

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLITICA SOCIAL  
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

**MEYRIELI DE CARVALHO SILVA**

**A QUESTÃO RACIAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL  
NO SISTEMA ÚNICO DA ASSSITÊNCIA SOCIAL – SUAS.**

VITÓRIA  
2020

MEYRIELI DE CARVALHO SILVA

A QUESTÃO RACIAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL NO  
SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Política Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Elpídio Abreu.

VITÓRIA

2020

**A QUESTÃO RACIAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL  
NO SISTEMA ÚNICO DA ASSSITÊNCIA SOCIAL – SUAS.**

MEYRIELI DE CARVALHO SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Política Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Helena Elpídio Abreu.

Aprovada em 27 de novembro de 2020 por:

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Helena Elpídio Abreu  
Universidade Federal do Espírito Santo (Orientadora)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Jeane Andreia Ferraz Silva  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marcia Campos Eurico  
Faculdade Paulista de Serviço Social

---

Dr<sup>a</sup> Luizane Guedes Mateus  
Universidade Federal do Espírito Santo

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever.

**Glória Anzáldua – 21 de maio de 1980**

## AGRADECIMENTOS

Não chego até aqui sozinha. Comigo estão muitos passos, muitas mãos e pés, muitas memórias e muitas histórias. Lancei-me nesse desafio num desejo individual, mas também coletivo. Ser negra é se constituir coletivamente, então por isso afirmo, não chego aqui sozinha.

Ao meu primeiro quilombo, a minha família, ofereço toda minha gratidão! Meus pais – Sebastiana Pedrelina de Carvalho Silva e Jeiel da Silva - são a minha inspiração para avançar, se eu caminho, eu os trago em meus passos e assim também levo àqueles/as que vieram antes deles. Aos meus 5 irmãos, Valéria, Eliel, Harlen, Wesley e Helen, a gratidão e o orgulho, que é recíproco e que nos embala no melhor dos afetos e ajuda mútua. Os agradecimentos de estendem a toda minha família, e por meio da minha Tia Luzia (a quem me acolheu em sua casa em parte da produção deste estudo) eu abraço todos/as que desde a minha existência me acolhem e me protegem.

Aos amigos e amigas, reafirmo minha gratidão! Nesse caminho pude segurar a mão de cada um/ uma, fui acolhida, com risadas, mesa farta e corações fartos de companheirismo e amor. As amigas Rovana, Lilian, Valquíria, Andrea Danton e Leia Kiefer por ser o amparo carinhoso sem julgamentos, a Mônica Patrícia e Hingridy – vocês são inesquecíveis na minha história, mas em 2020 vocês arrasaram! A Amanda, Cyntia, Roberta, Elaine e Marcela, meu reconhecimento por ter um pouquinho de cada uma de vocês comigo.

Ao movimento negro capixaba, espaço educativo, de luta, de acolhimento e estabelecimento de vínculos afetivos. Foi no movimento negro que conheci a literatura negra, livros e pensadores que nunca sairão da minha memória. Em especial, junto a mulheres negras organizadas em coletivos identifiquei dores, que não eram apenas minhas, mas também conheci, e continuo conhecendo estratégias de lidar com elas.

Aos trabalhadores/as da política de assistência social que conheci nas Prefeituras Municipais de Cariacica (2008 a 2009) e Vitória (2014 a 2020). Vocês foram fundamentais para que toda minha experiência fosse proveitosa e

desenvolvida coletivamente. Escrevi essa dissertação lembrando cada um de vocês. Em especial cito os CREAS e CRAS de Vitória, por serem feito de encontros com trabalhadores/as e usuários que se transformaram a cada dia e cada intervenção.

Ao Programa de Pós Graduação em Política Social da UFES, aos/as docentes e demais servidores/as pela solicitude e competência em compartilhar caminhos e saberes. Recordo-me que muitas aulas eram um grande diálogo prazeroso e angustiante sobre as concepções e dilemas da política social,

A Maria Helena Elpídio às melhores lembranças de todo esse processo. Cada orientação foi especialmente regada de muita ancestralidade, de felizes olhares ao encontrar um caminho na escrita, de acolhimento de sua experiência, me dando a dimensão das condições do que é trabalhar e estudar para uma mulher como eu. Cada encontro nosso está guardado, por que eu guardo a experiência que me acrescenta e me faz bem. Obrigada por disponibilizar não somente sua biblioteca, mas por disponibilizar uma docência real, roots, raiz e que me ensinou tanto.

À generosidade da Banca de Qualificação. A Prof<sup>o</sup> Dra. Marcia Campos Eurico e Prof<sup>o</sup> Dra. Jeane Andrea Ferraz minha gratidão! Professoras que se permitem ser espelho, que horizontalizam o conhecimento com competência e intelectualidade, refletindo o que são em muitas mulheres, e certamente sou uma delas. Minha admiração e profundo respeito a vocês.

E na Banca de Defesa conto novamente com a solicitude e contribuição Prof<sup>o</sup> Dra. Marcia Campos Eurico e Prof<sup>o</sup> Dra. Jeane Andreia Ferraz. A Dr<sup>a</sup> Luizane e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Targina Rodrigues Ferraz, minha gratidão por fazerem parte de maneira tão especial de minha formação e trajetória enquanto assistente social.

Amigos/as que constituí no mestrado, eu os/as admiro imensamente. Cada um/a de vocês me fez muito bem em todo o percurso. Seguiremos juntos/as! Meu carinho e agradecimento ao Lutz, Carol, Pollyana, Paula, Leandro, Hugo, Rodrigo, Cleidson, Monya e Athur.

À generosidade e parceria dos gestores das políticas públicas que trabalhei enquanto estava em formação no mestrado, a saber: Marcilea Xavier, Fabíola Calazans, Carlos Lopes e Roseane Fernandes.

A gestão do Cress 17º Região – É preciso estar atenta e forte. Entre presença e algumas ausências seguimos juntos/as por construir um espaço e diálogo com os/as assistentes sociais na nossa cadência, no nosso ritmo, defendendo nossa profissão a partir de nossas histórias e engajamentos. É sempre bom contar com vocês.

E por último, e não menos importante, ao meu companheiro da vida. Ao meu afroamor Romildo, que além de compartilhar a vida comum, acrescenta as melhores coisas que eu considero pra ter uma vida boa. Ao Romildo a gratidão por vibrar, estimular, acreditar, torcer e amparar. Eu tenho na minha vida o Sorriso Negro que Dona Ivone Lara um dia cantou.

Quando estou escrevendo e quando outras mulheres negras estão escrevendo, me vem à memória a função que as mulheres africanas - dentro das casas-grandes, escravizadas - tinham de contar histórias para adormecer a casa-grande. Eram histórias para adormecer. Nossos textos tentam borrar essa imagem. Nós não escrevemos para adormecer os da casa-grande, pelo contrário, é para acordá-los dos seus sonos injustos.

**Conceição Evaristo – 2017.**

## RESUMO

O presente estudo buscou analisar a questão racial e suas implicações ao Serviço Social brasileiro e, a partir disso, compreender sua atuação no Sistema Único de Assistência Social desde sua implementação e organização ocorrido em 2011. Para alcançar esse objetivo e compreender como tais implicações comparecem, utilizamos a pesquisa qualitativa a partir de duas técnicas: revisão bibliográfica e a pesquisa documental. Além disso, nos propusemos a compartilhar relatos autorais de memórias e experiências profissionais com base na *escrevivência* como possibilidade de reflexão acerca da construção de práticas antirracistas no espaço profissional, tendo como cenário em específico a política de assistência social. Na pesquisa documental, analisamos o documento SUAS sem Racismo do Ministério do Desenvolvimento Social, publicações do Conjunto CFESS/CRESS sobre questão racial. Por meio da revisão bibliográfica, apontamos a questão racial como elemento estruturante e fundante na questão social brasileira, considerando sua particularidade na formação histórica e social do país. Apresentamos, inclusive, elementos da questão racial que mascaram seu aspecto fundante na questão social brasileira, tendo como ponto de partida a moralização e conservadorismo presentes na questão social. Evidenciamos mediações que a questão racial coloca tanto para o serviço social quanto para a política de assistência social. Além disso, demonstramos na história recente do serviço social brasileiro construções e caminhos para a efetivação de uma profissão que tem, por horizonte ético e princípios fundamentais, uma prática antirracista. Por fim, traçamos um breve panorama da trajetória recente do serviço social, que vai do racismo ao antirracismo, ao abordar o efervescente momento de produções teóricas a respeito da questão racial, para enfim apresentar quais práticas antirracistas no serviço social se fazem a partir de espaços coletivos, juntos aos trabalhadores e usuários da política de assistência social, considerando o percurso que tem se estabelecido no serviço social com relação ao debate racial e a política de assistência social e suas contradições.

Palavras-chaves: questão racial, serviço social, política de assistência social, racismo

## **ABSTRACT**

The present study sought to analyze the racial issue and its implications for the Brazilian Social Service, and from there to understand its performance in the Unified Social Assistance System from its implementation and organization in 2011. To achieve this objective and understand how such implications appear, we use qualitative research based on two techniques, bibliographic review and documentary research. In addition, we set out to share authorial reports of professional memories and experiences based on the clerkship as a possibility for reflection and possibilities in the look and construction of anti-racist practices in the professional space, with the social assistance policy as a scenario. In the documentary research we analyzed the document SUAS without Racism from the Ministry of Social Development, publications of the CFESS / CRESS Group on racial issues. Through the literature review, we point out the racial issue as a structuring and founding element in the Brazilian social issue, considering its particularity in the country's historical and social formation. We present elements of the racial issue that mask its founding aspect in the Brazilian social issue, taking as a starting point the moralization and conservatism present in the social issue. We highlight mediations that the racial issue poses for both social work and social assistance policy. In the recent history of Brazilian social work, we have demonstrated constructions and paths for the realization of a profession that has an anti-racist practice as its ethical horizon and fundamental principles. Finally, we draw a brief overview of the recent trajectory of social service, which goes from racism to anti-racism, when addressing the effervescent moment of theoretical productions about the racial issue, to finally present that anti-racist practices in social service are made from spaces collectives, together with the workers and users of the social assistance policy, considering the path that has been established in the social service in relation to the racial debate and the social assistance policy and its contradictions.

Key-words: racial issue, social service, social assistance policy, racism.

## SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social
BDTD -	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CPMT	Centro de Pesquisa e Memória Técnica
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
FLACSO	Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais –
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
PAS	Política de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1</b>	<b>A QUESTÃO RACIAL COMO ELEMENTO ESTRUTURAL NA SOCIEDADE E SEUS REBATIMENTOS NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA.....</b>	<b>34</b>
1.1	PERSPECTIVAS BRASILEIRAS SOBRE A QUESTÃO RACIAL...	34
1.2.	A INTERAÇÃO ENTRE RAÇA E CLASSE .....	57
1.3.	CAPITAL(RAC)ISMO: UMA PARCERIA DE LONGA DATA.....	69
<b>2</b>	<b>QUESTÃO SOCIAL E QUESTÃO RACIAL: ESPELHOS QUE SE REFLETEM NO SERVIÇO SOCIAL E NA ASSISTÊNCIA SOCIAL .....</b>	<b>75</b>
2.1	MORALIZAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL E A QUESTÃO RACIAL.....	76
2.2	O CONSERVADORISMO E O RACISMO COMO MATRIZES IDEOLÓGICAS NA GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL.....	85
2.3	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL MEDIADOS PELA QUESTÃO RACIAL NO BRASIL .....	97
<b>3</b>	<b>A HISTÓRIA RECENTE DO SERVIÇO SOCIAL E O ENFRENTAMENTO AO RACISMO: POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO NO SUAS .....</b>	<b>110</b>
3.1	DO RACISMO AO ANTIRRACISMO: UM CAMINHO SEM VOLTA PARA O SERVIÇO SOCIAL?.....	110
3.2	CAMINHOS NA BUSCA POR UMA PRÁXIS ANTIRRACISTA NO CAMPO PROFISSIONAL.....	127
3.3	<i>ESCREVIVÊNCIAS</i> PROFISSIONAIS: EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NOS ESPAÇOS DO SUAS .....	134
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>150</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>156</b>

## INTRODUÇÃO

Todo o introito de uma pesquisa tem, em si, uma atmosfera a qual se constrói uma série de expectativas e anseios, sejam eles nos âmbitos pessoais, profissionais ou científicos. Logo, o leitor encontrará, nas palavras iniciais deste ensaio, as razões centrais em que aponto as bases de interesse em estudar exatamente a questão racial, concernente ao Serviço Social em particular, aliado à como tal tema foi sendo tecido ao longo dos anos de vivência, militância e profissão.

Recorro a poesia de Sérgio Vaz para dizer que *escrever dói, arranca pedaços e deixa marcas profundas no coração*, visto que refletir e escrever sobre uma dor diaspórica, em toda sua dimensão, atravessou também o trabalho profissional enquanto assistente social. Escolhemos aqui a dor e ao mesmo tempo a satisfação de escrever, ao associar-me a várias vozes dentro e fora do serviço social para refletir sobre o tempo no qual vivemos sem perder de vista o chão que nos trouxe até aqui.

Para compreender essa questão racial, entretanto, é necessário recorrermos a seu ponto de partida que é o seu conjunto de dimensões sociais e históricas. Segundo Ianni (2004), constitui-se como uma construção social aquilo que é forjado na história a partir de relações de poder com vistas ao exercício da dominação/exploração. E é por meio da questão racial, e, especialmente, da situação social dos/das negros/as no Brasil que pretendemos refletir, seja no contexto de exploração e discriminação, seja nas condições objetivas e subjetivas destes/as no país e seja nas mediações que julgamos indispensáveis ao serviço social.

Buscamos estudar na dissertação que se apresenta, ainda, a questão racial e suas implicações para o serviço social com referência na organização da política de assistência social a partir de 2011. Além de seu fortalecimento na criação de debates em torno dela, em especial nos últimos anos de construção

da resistência e de luta antirracista. A partir disso, buscamos identificar as possibilidades do serviço social contribuir no enfrentamento ao racismo institucional e estrutural, partindo-se do acúmulo a qual a profissão tem construído em torno da questão racial, usando como mediação a *escrevivência* ancoradas em minhas memórias e experiências profissionais<sup>1</sup> em serviços e programas ofertados pelos SUAS. Para isso, o presente estudo realizou uma imersão sobre a questão racial e suas implicações para o Serviço Social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo por referência a política de assistência social implantada a partir de 2011.

A pesquisa possui uma pergunta central, a saber: Quais implicações a questão racial coloca para o serviço social no âmbito do Sistema Único da Assistência Social? Com a seguinte pergunta objetivei conhecer por onde perpassam as respostas para estabelecer estratégias para o enfrentamento ao racismo institucional no campo do serviço social, considerando como lócus a Política de Assistência Social, sobretudo no SUAS.

Não atribuímos exclusivamente a uma profissão ou a um profissional em específico a responsabilidade de enfrentamento ao racismo. Entretanto, considerando os princípios éticos que regem os/as trabalhares/as do serviço social (dos quais iremos abordar com mais precisão no capítulo 3) e a população negra que busca acessar os serviços e programas da Política de Assistência Social, nos indagamos enquanto pesquisadora em como se estabelece o enfrentamento ao racismo, e, sobretudo, o racismo institucional, tendo como base uma sociedade forjada na relação de dominação e poder que combinam *raça* e *classe*.

Para entender a questão racial é preciso primeiramente recorrer à formação histórica do Brasil como chave para a compreensão da forma como o racismo se estrutura na sociedade brasileira, a partir da perspectiva de sua produção e

---

<sup>1</sup> Na qualificação defendida no ano de 2019, a proposta que estava desenhada na metodologia compreendia a realização de dois grupos focais com trabalhadores/as do SUAS no município de Vitória. A realização do grupo focal estava prevista para maio de 2020, mas diante das medidas de prevenção contra a disseminação do novo Corona Vírus, optamos por suprimir a realização do grupo focal. Após leituras e diálogos no processo de orientação da pesquisa, chegamos à proposta da *escrevivência* como recurso metodológico para que tivéssemos a evidência da prática profissional, mesmo que de forma autoral.

reprodução.

Nesse aspecto, Ianni (1992, p.120) defende que:

“As raças são categorias históricas, transitórias, que se constituem socialmente a partir das relações sociais: na fazenda, engenho, estância, seringal, fábrica, escritório, escola, família, igreja, quartel, estrada, ruas, avenidas, praças, campos e construções. Entram em linha de contar caracteres fenotípicos. Mas os traços raciais visíveis, fenotípicos, são trabalhados, construídos ou transformados nas tramas das relações sociais.

Ianni (1992) reforça que a palavra *raça* é uma categoria que se constitui no âmbito das relações sociais, tirando assim o foco exclusivamente das questões biológicas. Pontuando suas análises sobre o termo *raça*, ele combina as interações sociais marcadas por poder e dominação, envolvendo o modo de vida da população negra, em especial a brasileira, visto que a imbricação do racismo com o colonialismo no nosso país foi evidente.

Demarcamos aqui, então, que o debate sobre a questão racial cujo este estudo problematizará, considera que o racismo possui relação direta com as relações de produção e reprodução da vida social. Pautado nos termos desta pesquisa, o/a negro/a, enquanto sujeito da história, será evidenciado no sentido de conhecer e reconhecer em *sua*<sup>2</sup> história o arranjo intencional de expropriação não somente da vida do/a negro/a pelo capital, mas de sua memória, tradição, cultura, religiosidade e modos de ser e existir.

Antes de apresentar as razões que me trazem a esse estudo, contudo, é importante ressaltar que trabalharemos com palavras do universo da questão racial, que por ora se complementam, mas que popularmente podem ser

---

<sup>2</sup> Por meio do pronome *sua* refiro-me ao processo de entrega e apreensão de saberes e conhecimentos sobre o povo negro, como meu povo. Por vezes a leitura atingiu-me em minha subjetividade. , causando estranhamentos, sofrimento e resignação para pensar o objeto de pesquisa. Reconheci que por meio do processo de “tornar” assistente social, era necessário empretecer e decolonizar meu entendimento sobre minha profissão, a profissão de uma mulher negra. Esse processo me traz de volta a academia, me leva a trilhar um caminho de volta ao conhecimento e reconhecimento do “novo” e do “velho” sobre mim e sobre meu povo.

confundidas ou até mesmo lhe ser atribuídas a um mesmo significado. Racismo, discriminação racial e preconceito racial, por exemplo, fazem parte de um mesmo conjunto de relações de opressão e dominação, mas com funcionalidades e especificidades que são importantes de serem classificadas para melhor organização do enfrentamento e organização tanto da população negra, quando dos setores da sociedade que precisam se colocar como aliados na luta.

Reconhecemos em Almeida (2019, p. 32), uma série de conceitos das expressões supracitadas que entendemos elucidar com nitidez as dúvidas em torno de racismo, preconceito e discriminação. Para o autor, o racismo é *uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento*. Adiante trataremos em quais condições essa ideia se materializa e conforma a sociedade brasileira. Na mesma intenção, Almeida (2019, p. 32) salienta a importância de não confundir racismo com preconceito racial, visto que a última se configura como *o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a determinado grupo racializado*. E por último o autor trás seu entendimento sobre discriminação racial, que consiste *na atribuição de tratamento diferenciado e membros de grupos racialmente identificados*.

Portanto, em um primeiro momento introduziremos tais noções para que tenhamos um ponto de partida para as reflexões as quais pretendemos despertar ao longo do texto, de maneira que estas possibilitem as conexões e mediações apropriadas para os vários cenários de análise a respeito da questão racial no Brasil, sobretudo no serviço social e na política de assistência social.

Dito isto, realizar um cuidadoso estudo teórico sobre o racismo, nos coloca diante das inquietações que repousaram na nossa trajetória enquanto assistente social e que remontam os encontros com a população negra, que incessantemente compareciam a nós, não como público alvo de uma política social a priori. Ao contrário, estes vinham como extensão de nossa história enquanto sujeitos coletivos, que é a de preta de classe trabalhadora. Esse movimento de *ser* e *estar* com o povo negro me conduziu até aqui, porém

acrescido de uma identidade e lugar construído enquanto assistente social. Cabe dizer que neste estudo, a articulação tão almejada que orientam o debate dos fundamentos do serviço social, de fato se materializa nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa ao confrontar realidade, causalidade e teleologia.

Busquei no retrovisor da história<sup>3</sup>, enquanto assistente social, lançar luz sobre relevantes iniciativas que proporcionaram o debate da questão racial para o Serviço Social brasileiro. Dentre elas, destacamos que a partir dos anos 2000, uma série de iniciativas de entidades representativas e organizativas (CFESS/ CRESS, ENESSO e ABEPSS), que reconheceram por meio de lutas e tensionamentos que resultaram em iniciativas como:

[...] a criação e o desenvolvimento do GTP “Serviço Social, relações de exploração/ opressão de gênero, raça/ etnia e sexualidade” da ABEPSS; a campanha do CFESS “O Serviço Social/; Mudando o rumo da história” de 2003; o 39º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/ CRESS que aprovou a defesa das políticas afirmativas e cotas raciais por parte do Serviço Social ; a brochura do CFESS publicada em 2016; “ Assistentes Sociais no combate ao preconceito – Caderno 3 “Racismo”; a elaboração e mobilização em torno do documento “As cotas na pós-graduação: orientações da ABEPSS para o avanço do debate” (2017); o lançamento da mais recente campanha do conjunto (2018-2021): Assistentes Sociais no Combate ao Racismo” lançada pelo CFESS no ano de 2018; as edições do “CFESS Manifesta” em alusão ao 20 de novembro; dentre outras iniciativas promovidas pelas UFAs, Conselhos Regionais, as defesas de teses e dissertações; e, as produções em períodos como: revista Libertas (2013), Temporalis (2014), Argumentum (2017), Ser Social (2017) e Serviço Social e Sociedade (2018). (ABEPSS, 2018, p.09).

O movimento das entidades organizativas do Serviço Social evidencia que existe um caminho, no sentido de fomentar o debate da questão racial de forma crítica, tanto nos espaços de formação quanto nos de trabalho profissional. E é diante dessa trajetória que o presente estudo se coloca lado a lado, na intenção de somar e agregar forças na produção de saberes sobre a questão racial e suas implicações no Serviço Social.

Para o Serviço Social o debate sobre a questão racial é importantíssima! Uma

---

<sup>3</sup> Como sugere José Paulo Netto, em seu texto “Por uma nova história do Serviço Social” (2016).

vez que é na esfera das relações sociais que a questão racial ganha amplitude, espelhada na forma como a população negra acessa a riqueza socialmente produzida, estabelecendo relações afetivas, ao acessar a permanência no mercado de trabalho, na invisibilidade escolar e afins (EURICO, 2013). Enfim, é na vida cotidiana que a diversidade racial ganha contornos de desigualdade racial. Mas, a negritude não deve ser encarada como mero objeto. Um dos desafios de recuperarmos coletivamente mediações que adensem este emaranhado tecido no conjunto das relações de produção e reprodução da vida, onde as desigualdades são apenas a ponta de um devastador iceberg.

No documento *A Introdução ao Método*, José Paulo Netto extrai da obra de Marx em *O Capital* a seguinte frase como epígrafe – “*todo começo é difícil em qualquer ciência*” (1996, p. 129). E nesse sentido quanto a mim, cabe a beleza da arte de uma negra mulher escritora, Carolina Maria de Jesus, que dizia em sua obra *Diário de Bitita* que “*todos os dias havia coisas pra entrar na minha cabeça*”, ou seja, uma pesquisa é também construída no dia a dia, no movimento da realidade. É nesse cuidado, perspectiva e inspiração, que a aproximação a Teoria Social Crítica de Marx, e, portanto, as exigências que o seu método coloca, que o presente estudo será cautelosamente erigido, não entendendo o método como um conjunto de regras para orientar a pesquisa, e sim, buscando compreender o movimento real do objeto por meio desse método. (NETTO, 2009).

Compreender o desafio que todo objeto de pesquisa coloca é fundamental, ou seja, ir além da aparência fenomênica, das determinações imediatas e empíricas, buscando a totalidade e contradição dos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais que perpassam as expressões da questão racial. Para isso é importante considerar a totalidade do objeto, onde o conhecimento concreto é operado considerando a universalidade, a particularidade e a singularidade do mesmo, não reduzindo a apenas um conjunto de processos. Diante disso, “*apreender a totalidade da qual a problemática levantada faz parte, identificando inclusive os sujeitos históricos a quem essa problemática se refere*” (NETTO, 2011, p. 25).

Segundo Madeira (2017), é salutar para o entendimento da questão racial no Brasil o diálogo por meio de uma teoria crítica,

[...] numa perspectiva histórica que seja reveladora de como se constituiu a formação econômica, social, política e cultural e a ação política dos sujeitos com suas condições específicas nesse país, do que representou o escravismo, a abolição inacabada e o que foi reeditado na formação social em termos de produção econômica e reprodução da cultura, das subjetividades e do pertencimento racial (MADEIRA, 2017, p.25).

O racismo possui uma funcionalidade no modo de produção capitalista. O documento da ABEPSS lançado no fim de 2018 apresentou dentre outros aspectos, a análise de Almeida (2016) quando afirma que diferente do que é defendido pelas perspectivas liberais, o racismo não está relacionado apenas a questões éticas. Entretanto ele se constitui também como uma categoria jurídica nas relações sociais que se estruturam na política e na economia.

Sendo assim, sob a perspectiva da totalidade, o debate acerca das opressões e exploração de classe não devem caminhar separados das determinações raciais, que são estruturais e estruturantes das relações sociais em todas as dimensões da vida social no Brasil, e para a articulação com o debate da formação em serviço social, é fundamental essa compreensão. (ABEPSS, 2018).

Abordar a questão racial como um elemento estruturante e estrutural na sociedade é também relevante na compreensão de que o racismo institucional perpassa os espaços não só da vida cotidiana da população negra, mas também se materializa nos serviços públicos, visto a lógica de hierarquização estabelecida pelas relações entre classe e raça.

Para esse entendimento, o Instituto de Pesquisas Aplicadas – IPEA (2011) apresentou dados que evidenciou que o público majoritário atendido pela assistência social é constituído por mulheres negras. A população negra lidera o grupo de beneficiários dos programas socioassistenciais visto as condições de vida e subjugação enquanto negras, mulheres e trabalhadoras. Esse estudo

leva em consideração a caracterização da população negra, e sua trajetória na formação sócio histórica do Brasil (IPEA, 2011), não perdendo de vista a visão da população negra sobre si.

Acrescentamos ainda outra dimensão: o serviço social na Política de Assistência Social a partir da implementação do SUAS. Nesse sentido, apresenta-se a necessidade de um serviço social que parta de uma concepção crítica diante das diversas manifestações do racismo, visto que a população que acessa as unidades de atendimento do SUAS, como descrita nesse estudo, se autodeclara majoritariamente negra.

Em pesquisa recente, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), contabilizou que 14 milhões de famílias que são beneficiárias do Programa Bolsa Família, e, mais de 90% dos responsáveis familiares são mulheres e 75% do total são mulheres negras (BRASIL, 2018). A cartilha *Suas sem Racismo*, lançada numa parceria entre a Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR) e MDS, é o primeiro documento no campo da assistência social brasileira que trata da temática racial. Tal cartilha apresenta uma série de dados e informações sobre a população negra atendida no SUAS e a organização dos serviços que podem ser acessados por essa população. (BRASIL, 2018)

O documento (BRASIL, 2018) coloca que:

[...] urge o estabelecimento de uma discussão mais aprofundada sobre a questão racial no Sistema Único da Assistência Social, sempre adotando uma perspectiva transversal à política de promoção da igualdade racial, para a prevenção e o enfrentamento ao racismo e às desigualdades raciais. Pois, o cotidiano das instituições públicas e privadas ainda revela significativamente o racismo institucional, necessitando assim, atenção e esforços para que possa construir uma consciência de que todas as pessoas devem ser respeitadas em suas diferenças. (BRASIL, 2018, p. 11).

Atuando por 12 anos na Política de Assistência Social como assistente social concluo que este tema me causou tamanhas inquietações e reflexões que, de fato, me serviram de inspiração e instrumento para o ingresso nas lutas

antirracistas no âmbito profissional, impulsionando-me também a estudar a questão racial. A condição do corpo que hábito enquanto negra mulher e assistente social e a forma como percebo e olho meus pares coloca-me num lugar fértil de reflexão a respeito do fazer profissional junto à população negra.

Além disso, minha inserção no movimento negro se constitui como elemento de fundamental relevância para refletir os processos de trabalho do ponto de vista das implicações da questão racial no trabalho profissional enquanto assistente social. Gomes (2019) coloca que o movimento negro enquanto um ator político é também educador, pois cumpre um lugar central na construção de projeto educativo e emancipatório. Há gratidão, formação e muita contribuição do movimento negro nesse caminho de pesquisar.

O exercício profissional é o meio pelo qual conecto minha realidade de trabalhadora da Política de Assistência Social como elemento dinâmico e revelador das contradições que existe no âmbito das políticas sociais. Na minha trajetória em programas e serviços da assistência social, sempre me propus a refletir a origem, a história e o cotidiano dos/das usuários/as dos projetos e programas dos quais atuei. O envolvimento ainda em minha juventude com o movimento negro, e nos últimos quatro anos, com os coletivos de mulheres negras na cidade de Vitória, intensificou o meu fazer profissional a necessidade de entender a questão racial como algo estruturante nas relações sociais e, portanto, como um elemento que estrutura a questão social na particularidade brasileira.

Ao longo do ano de 2015, trabalhei diretamente com a questão étnico/racial, como coordenadora do projeto Núcleo Afro Odomodê – Inclusão da Juventude Negra no município de Vitória. No ano seguinte, 2016, participei de uma iniciativa entre a Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais – FLACSO e Fundação Carlos Chagas, como pesquisadora no Projeto Movimentos em Movimento, que mapeou organizações da sociedade civil que compõem o movimento negro no Brasil.

Ainda no mesmo ano, como consultora no Projeto Fortalecendo as *Ações da*

*SEPPIR nas Áreas de Saúde, Políticas para a Juventude e Políticas para Comunidades Quilombolas*, fiz parte, como pesquisadora, da cooperação técnica entre o Fundo da População das Nações Unidas e a SEPPIR num trabalho de identificação e mapeamento de lideranças jovens negras nos estados brasileiros e distrito federal.

As atividades profissionais para além das que destacamos, foram preponderantes para me conduzir até a pesquisa e o interesse em também habitar outros espaços de construção de saberes, como é a pós-graduação. Diante do caminho ora apresentado, considero abordar a questão racial e suas implicações para o serviço social no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, a partir de sua organização legal em 2011, quando a legislação que organiza o SUAS é criada.

A escolha por estudar a questão racial e suas implicações para o Serviço Social no Sistema Único de Assistência Social está atrelada ao projeto de sociedade defendido por esta profissão, pautado no Código de Ética (Lei 8.662/93), que estabelece os Princípios Fundamentais, do qual destacamos aqui a:

Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo e o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças. (CFESS, 1997, p.03).

Diante dos princípios ora apresentados no campo da ética profissional, o presente estudo aborda a questão racial, suas implicações o Serviço Social, no contexto da política de assistência Social. A questão racial marca a sociedade brasileira como um elemento fundante na exclusão dos/as negros/as da sociedade e dos seus direitos (CFESS, 2016), constituindo-se como parte integrante e constitutiva da questão social que se configura como objeto para o Serviço Social e permanece latente até os dias atuais.

As pesquisas desenvolvidas sobre questão racial e Serviço Social começam a deixar de ser incipiente diante dos mais de 80 anos de existência do Serviço

Social brasileiro. Essa colocação se dá em virtude da busca que realizamos, priorizando as categorias Serviço Social e questão racial na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

Alguns trabalhos se destacaram no sentido de estimular a reflexão sobre o nosso desejo de pesquisar. Por meio do seu estudo a “Questão racial e serviço social: uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do assistente social, de Márcia Campos Eurico, produzida no ano de 2011 a autora buscou investigar a percepção dos profissionais acerca do racismo, do preconceito e da discriminação racial no seu trabalho cotidiano, considerando os profissionais alocados na política de saúde e no judiciário.

O estudo de Maria Luiza da Costa Fogari sobre o “Serviço Social e as políticas públicas para os usuários afrodescendentes” defendido no ano de 2010, na Universidade Estadual Paulista (UNESP) problematizou a questão racial, porém estabeleceu como foco, os/as usuários/ as autodeclarados/as negros/as. Em 2016, a mesma autora concluiu sua tese de doutorado (UNESP) com o tema “Transitando entre as Políticas de Assistência Social e Igualdade Racial”. Nesse estudo, a autora buscou apontar como ocorre a mobilidade dos negros urbanizados nas políticas de assistência social e a igualdade racial brasileira contemporânea.

Na tese de “*A Incorporação da Temática Étnico-Racial do Processo de Formação em Serviço Social: Avanços de Desafios*”, Roseli Rocha da Fonseca apresentou uma análise da inclusão da temática étnico-racial na formação em serviço social, além de seus rebatimentos na intervenção dos/as assistentes sociais com vistas a fortalecer o projeto ético-político da profissão.

“Repensando a funcionalidade do racismo para o capitalismo no Brasil contemporâneo”, de Franciane Cristina de Menezes (2013), que buscou referenciar seus estudos no aporte teórico acumulado no serviço social para compreender a funcionalidade do racismo na estrutura de exploração capitalista vigente. Seu trabalho também se soma ao importante legado que

assistentes sociais têm construído em torno dos estudos sobre a questão racial.

“Diversidade humana e racismo: notas para um debate radical no serviço social”, de Magali da Silva Almeida, em forma de artigo colocou importantes reflexões para debater *“a relação entre raça (e conceitos correlatos) e diversidade humana e problematizar, com base na ontologia do ser social, as possibilidades e limites dos indivíduos sociais superarem os constrangimentos impostos pelo capital no contexto da sociabilidade burguesa”* (ALMEIDA, 2017, p. 34).

Pautada nas pesquisas acima citadas, abstrai-se a dimensão de caminhos abertos para se refletir e problematizar exatamente esta lacuna deixada na formação em Serviço Social relacionado à temática racial. Contemplou-se também o lugar do Serviço Social no contexto da política de saúde e no poder judiciário com relação ao racismo institucional, além de estudos e análises sobre o Serviço Social, a assistência social e os/as usuários/as negros/as dessas políticas.

A relevância do debate da questão racial está posto tanto para a formação, e conseqüentemente, para o exercício profissional de assistentes sociais. Nesse sentido, é pertinente a contribuição de Rocha (2014), quando pontua que:

[...] mais do que “fotografar” a realidade da incorporação da temática étnico-racial pelo Serviço Social, o importante nesse processo é contribuir para que a discussão étnico-racial, com toda a sua riqueza e sua dimensão histórica, saia dos porões acadêmicos e assuma espaço de visibilidade e importância político-acadêmica nas pesquisas de pós-graduação, nas atividades de extensão universitária e, sobretudo, no processo de formação profissional. (ROCHA, 2013, p. 181).

O efetivo debate da questão racial é essencial ao Serviço Social quando o mesmo se realiza por meio de uma perspectiva crítica da sociedade capitalista e seu processo de produção e reprodução. Entre capitalismo e racismo estão estabelecidas relações que de acordo com Almeida (2018),

“O racismo, de acordo com esta posição é uma manifestação das estruturas do capitalismo, que foram forjadas pela escravidão. Isso significa dizer que a desigualdade racial é um elemento constitutivo das relações mercantis e das relações de classe, de tal sorte que a modernização da economia e até seu desenvolvimento também podem representar momentos de adaptação dos parâmetros raciais a novas etapas da acumulação capitalista. Em suma: para se renovar, o capitalismo precisa, muitas vezes, renovar o racismo, como, por exemplo, substituir o racismo oficial e a segregação legalizada pela indiferença em face da igualdade racial sob o manto da democracia”. (ALMEIDA, 2008, p. 144).

A partir dessa perspectiva, este estudo cumpriu o objetivo de considerar a questão racial sem anular a dimensão classista que está posta nos marcos do modo de produção capitalista. Faço menção das categorias raça e classe mais adiante, na definição das categorias teóricas.

Buscamos para este estudo recuperar a direção de pesquisas que já apontam a questão racial como elemento estruturante na sociedade brasileira, ou seja, o objetivo não é tratá-la como um mero tema ou um aspecto dentre inúmeros outros na formação do Brasil. Florestan Fernandes (1989, p.75) assegurava que *“na desigualdade existem os mais desiguais; a desigualdade racial é uma das desigualdades estruturais da sociedade brasileira”*.

Tratar de temas correlatos ao racismo em pesquisa é assumir um compromisso político e ético em defesa de uma atuação e de uma luta antirracista no Serviço Social. Com respeito a isso, no Mestrado do Programa de Pós Graduação em Política Social (PPGPS) constava em fase de elaboração em 2018 04 (quatro) dissertações que versavam sobre racismo, questão racial, movimento negro e encarceramento da população negra. Além disso, no mesmo período o pesquisador Arthur Lemos Coutinho defendeu a dissertação com o título *“Afirmção Política e política afirmativa – cotas para negros na Universidade Federal do Espírito Santo*.

No segundo semestre, a mestranda Carlyne Santos Lemos apresentará sua pesquisa intitulada *“A prisão no capitalismo dependente: encarceramento massivo de negros no Brasil”*. Totalizando 04 (quatro) pesquisas em andamento e duas que foram defendidas no ano de 2018. Coloco aqui a pesquisa de colegas pesquisadores/as por entender a importância de pessoas

negras usufruindo de um espaço conquistado para a produção e difusão de conhecimento a partir de narrativas que tocam a nossa negritude coletivamente. Além disso, é importante nomear os avanços do debate racial no interior do PPGPS.

Na pesquisa que propus, porém, busquei dar um passo adiante em estudar a questão racial e o Serviço Social no contexto da Política de Assistência Social. Um tema que presumi ser relevante ao Serviço Social, ao PPGPS e a Política de Assistência Social, e que, por sua vez, é endossado pelo fato de que a população negra representa 54% dos brasileiros (BRASIL, 2018).

As bases conceituais do Serviço Social e as referências legais e normativas serão revisitadas no âmbito dessa pesquisa. Faremos tal movimento no sentido de reconhecer na história da profissão as lacunas com relação ao debate da questão racial, mas atenta para não desconsiderar o movimento incipiente em torno do tema na história da profissão.

Nesse sentido, o projeto ético político estabelece para o Serviço Social uma determinada direção social que compreendem o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Alinhar as leituras em questão racial ao projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (NETTO, 1999) e adentrar na esfera da defesa de direitos que o profissional de Serviço Social é convocado a intervir, em específico à luz do projeto ético-político, também foram instrumentos de estudo desta análise. Principalmente porque é por meio desse projeto que se estabelece uma direção política, que propõe outra sociabilidade, com valores emancipatórios, onde as relações humanas sejam livres de qualquer exploração, opressão e discriminação de classe, racial e patriarcal. (CFESS, 2016).

O desejo enquanto pesquisadora foi adensar o arcabouço literário a respeito da questão racial no âmbito do Serviço Social, entendendo que o racismo media como fenômeno a vida e morte da população negra, dando o devido reconhecimento ao processo de luta, organização e resistência dessa população. Ideia essa aliada ao intuito de também escrever para ao/as colegas

de profissão, através do compartilhamento de percepções e evidências a respeito das implicações da questão racial que bate a porta dos escritórios, que caminha nas vielas e escadarias, que percorre corredores de hospitais e escolas, que comparece às unidades de acolhimento institucional e que pisa o tapete de “sejam bem-vindos” de tanto equipamentos públicos. É para esses/essas que pretendo escrever. Seja para estranhar, conhecer e se permitir pensar o cotidiano por meio de uma lente afrocentrada da realidade, seja por outros fatores que ainda não de se destacar posteriormente.

Diante do exposto, a presente dissertação buscou analisar como a questão racial comparece ao Serviço Social brasileiro e, a partir disso compreender sua atuação no Sistema Único de Assistência Social, mais uma vez salientando, a partir de sua implementação e organização em 2011.

Para alcançar os objetivos específicos, transformamos os mesmos em seções que resultaram respectivamente em três capítulos. O primeiro buscou problematizar a questão racial como elemento estrutural e estruturante da sociedade e seus desdobramentos para compreensão da questão racial no contexto brasileiro. O seguinte evidenciou como a moralização da questão social escamoteou o debate da questão racial estabelecendo um caráter de controle e repressão na história do Serviço Social combinado a política de assistência social e por último, foi analisado na história recente do Serviço Social a organização do enfrentamento ao racismo e suas possibilidades de intervenção no SUAS.

A cada visão analítica desta pesquisa, as categorias devidamente classificadas e compreendidas por: questão racial, serviço social e assistência social, serão abordadas considerando o entendimento de como elas se constituem e se relacionam. Dito isto, o caminho teórico que dará subsídio para compreender as implicações da questão racial e suas implicações para o Serviço Social no SUAS terão por caminho o diálogo de duas categorias que, para efeitos deste trabalho se encontram: raça e classe.

Para Hasenbalg (1979), classe e raça estão articuladas em uma engrenagem no qual as desigualdades estruturais são inseparáveis à sua formação e

consolidação, visto que a construção ideológica de raça é um elemento chave para entender a formação das classes, já que as minorias raciais não estão fora da estrutura de classes nas sociedades capitalistas multirraciais, possuindo como determinante primário o racismo para definições de “lugares” nessas sociedades. (HASENBALG, 1979).

Segundo Guimarães (2006, p.50), “*raça não é apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil*”. Mesmo que superada a noção biológica do termo, contribuindo para a conservação de uma sociedade desigual nas várias dimensões da vida humana. Raça é, portanto, uma categoria analítica imprescindível, pois, é “*a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de “cor” enseja são efetivamente raciais e não apenas de “classe”*” (GUIMARÃES, 2002, p. 50).

Para a revisão bibliográfica, referenciei-me em leituras minuciosas das obras de Marilda Iamamoto como *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil, Trabalho e Indivíduo Social* e *Serviço Social em tempos de Capital Fetiche*. O objetivo foi realizar um diálogo com as particularidades da profissão e do trabalho dos/as assistentes sociais por meio da perspectiva da autora.

Ainda no que se refere à revisão bibliográfica, apoiei-me em obras que contribuíram para o estabelecimento do percurso metodológico de orientação deste estudo na obra de Carlos Nelson Coutinho (*O Estruturalismo e a Miséria da Razão*), associada ao artigo de José Paulo Netto (*Razão, Ontologia e Práxis*), publicado na *Revista Serviço Social & Sociedade* 44 Ano XV, Abril de 1994. Tais leituras tem subsidiado a contribuição necessária para ao processo de reflexão e escrita desta pesquisa, visto as exigências que o método crítico dialético requer por meio de suas categorias.

Com relação à temática racial, dentre as obras que apresentam o debate sobre a questão racial, apreendi de autores/as de tradição crítica reflexões e compreensões a respeito da questão racial, visto a escolha na tradição marxista para inspiração e diálogo com o objeto de pesquisa que apresentamos aqui, a saber: a questão racial no Serviço Social brasileiro.

Nesse caminho, autores como Silvio de Almeida (Racismo Estrutural), Clóvis Moura, (A Dialética Radical do Brasil Negro), Octavio Ianni (Raças e Classes no Brasil) e Florestan Fernandes (A Integração do Negro na Sociedade de Classes e O Significado do Protesto Negro) dentre outros autores e estudiosos serão “convidados” ao diálogo na jornada de compreender a questão racial no processo de formação da sociedade brasileira.

Sendo assim, a questão social foi tratada com a devida atenção para a apreensão do seu movimento na sociedade brasileira, de modo a captar como a mesma se apresenta nos projetos profissionais dos assistentes sociais. Segundo Iamamoto (2007), os assistentes sociais atuam junto às múltiplas expressões da questão social, considerando a forma como ela se estrutura na vida dos sujeitos, por meio de políticas sociais na luta por direitos. A autora nos chama a atenção para a necessidade de decifrar as novas mediações por meio das quais a questão social se estrutura no modo de produção capitalista.

Apreender a questão racial no debate da questão social foi imprescindível a esta pesquisa, pois possibilitou ampliar o olhar sob as desigualdades sociais e compreender as mediações necessárias que estão postas entre a questão social e questão racial, no entendimento de que a última constitui-se como questão fundante e estruturante a questão social.

Foi considerando também o destaque que o Serviço Social teve ao longo de sua execução onde, neste caso, abordamos o mesmo como uma profissão que tem na questão social a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho (IAMAMOTO, 2007). Nessa perspectiva, dialogamos com Ianni (1992, 2004) e Guimarães (1979), autores dos quais entenderam que a questão social passou a ser considerada como “processo de criminalização”, e nesse horizonte os programas assistenciais são formatados por meio de uma dupla natureza de focalização/ repressão, questão que desenvolveremos para falar da natureza das ações empreendidas, sobretudo pelo Estado a população negra.

Com relação aos procedimentos metodológicos, optamos por meio da pesquisa documental e as produções no âmbito do Serviço Social, com destaque para os documentos e publicações do conjunto Conselho Federal de Serviço Social/ Conselho Regional de Serviço Social – CFESS/CRESS e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, que registram produções em torno da questão racial e a importância do debate no interior do serviço social. No campo da assistência social, analisamos a cartilha SUAS sem Racismo, mesmo que este seja o único documento do âmbito da assistência social que trata da especificidade do racismo e da população negra

O estudo configurou-se numa pesquisa qualitativa, que responde a questões particulares, trabalhando com o universo de significados, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que relaciona a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2011). E por meio da abordagem qualitativa, Bardim (1977), menciona que a pesquisa corresponde a uma tarefa intuitiva, porém maleável e flexível, e nesse sentido tal ideia é importante no sentido de subsidiar a matéria prima de onde partiremos para fazer as análises, sobretudo ao longo do capítulo 3.

A revisão bibliográfica e a pesquisa documental possuíram relevância em todo o processo da pesquisa, mas, sobretudo, foram pertinentes para entender o processo de formação sócio histórico brasileiro, bem como o debate que o serviço social tem estabelecido com relação à questão racial, levando em consideração o SUAS a partir de 2011. A escolha temporal no ano de 2011 se deu em virtude da Lei Nº 12.435/ 2011 que complementa a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e normatiza o sistema articulado de operacionalização da política de assistência social nos estados, municípios e distrito federal.

Com reverência e reconhecimento, o saber e as experiências de mulheres negras intelectuais tiveram um lugar especial nessa dissertação, imprimindo um olhar ancestral e lógico para ancorar suas produções, conjunto semântico este no qual encontrei respaldo para a construção dessa dissertação. Como

forma de articular a discussão que realizaremos por meio deste estudo as experiências e vivências que acompanharam minha trajetória como negra trabalhadora assistente social, tiveram por inspiração a escritora Conceição Evaristo (2017), onde encontro no termo designado por *escrevivência*, o ato que a escritora define *como experimento em construir escrita e vida, ou como ela se refere, escrita e vivência* (CONCEIÇÃO, 2017, p. 9).

Estudar a questão racial é também deflagrar enquanto negra e assistente social uma das expressões da militância e luta antirracista no âmbito de universidade pública e gratuita, e para isso é necessário nos reconhecer e nos acolher enquanto trabalhadora que também é pesquisadora. Isso ao mesmo tempo demonstra as condições adversas da formação em pós-graduação de negros/as, mas também no desafia a deixar tais condições atravessarem o ato de pesquisar.

Quando comecei a escrever meu primeiro livro, achei que era necessário seguir à risca o treinamento acadêmico que me ensinou a não focar no pessoal, a manter um tom erudito. Entretanto, conforme meu engajamento com o pensamento e a prática feminista progredia, eu começava a questionar a noção dessa voz acadêmica que soa mais neutra. (HOOKS, 2019, p. 18).

Assim como o título do livro de Bell Hooks, queremos com essa pesquisa *erguer a voz!* E se imperativamente me coloquei nessa pesquisa, minha *escrevivência*, nos termos de Conceição (2017), comparecerá como insumo e matéria prima para refletir sobre experiências que vivi resguardados nomes de cidades, pessoas, bairros, instituições e órgãos públicos. O presente estudo agrega razões que explicam incômodos e indignações, numa sensação semelhante à de Hooks (2019, p. 32) que *“para construir minha voz, eu tinha que falar, me ouvir falar – e falar foi o que fiz -, lançando-me pra dentro e pra fora de conversas e diálogos de gente grande, respondendo a perguntas que são dirigidas a mim”*.

Negra e autora que parte de sua trajetória para escrever, Sueli Carneiro (2019), na obra *Escritos de uma Vida*, compartilhou suas impressões de um Brasil que insiste em se reinventar na luta contra o racismo. Os escritos descrevem a

trajetória e luta de Carneiro, e suas memórias materializadas em forma de escrita compõem a história do povo negro brasileiro. Semelhante a Carneiro (2019) a *escrevivência* de minhas experiências encontraram em minha memória o lugar de onde parti para buscar as mediações para refletir as possibilidades do enfrentamento do serviço social ao racismo no âmbito do SUAS.

Junto a negras mulheres escritoras de si e de seu tempo, Neuza Santos Souza em seu livro *Torna-se Negro* coloca que “uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo” (SOUZA, 1983, p. 17). A autora retratou o olhar da experiência de ser-se negro numa sociedade branca, e mesmo assim colocar-se no sentido de construir um discurso do negro sobre o negro.

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas expectativas, compelida a experiências alienadas. Mas é também, e, sobretudo, a experiência de comprometer-se a **resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades**. Aqui esta experiência é a matéria prima. É ela quem transforma o que poderia ser um mero exercício acadêmico, exigido como mais um resquício de ascensão social, num anseio apaixonado de produção de conhecimento. É ela que, articulada com a experiência vividas de outros negros e negras, transmutar-se-á num saber que – racional e emocionalmente – reivindico como necessário para negros e brancos, num processo real de libertação. (SOUZA, 1983, 18, grifo nosso).

Uno-me também a Souza (1983) para reafirmar que *a experiência de comprometer-se a resgatar sua (minha) história e recriar potencialidades* é também uma possibilidade para alinhar o conteúdo teórico dessa pesquisa com a *escrevivência* como caminho metodológico, que encontra em minhas memórias o aporte aos conteúdos articulados aos saberes dos autores que encontraremos nesse estudo. Na mesma perspectiva, o escrever, nos termos de Carneiro (2011) é um instrumento, uma ferramenta na luta antirracista, e coloca que escrever foi,

“... uma chance ou condição de remover a trava que a timidez coloca em meu desejo de comunicar minha indignação frente as injustiças do mundo. Escrever me permitiu organizar e qualificar a reflexão que, na fala, se manifestava desconexa e irritadiça pela insegurança da oratória. (CARNEIRO, 2011, p.11)”.

Escrever é também uma forma de exercer disputa, é uma maneira de se colocar no mundo, não apenas literariamente, mas historicamente, sem neutralidade, mas com comprometimento por àqueles/as que nos encontrarão nas páginas desta dissertação, assim como me encontrei nas páginas do autores/as que me subsidiaram até aqui.

## **1. A QUESTÃO RACIAL COMO ELEMENTO ESTRUTURAL NA SOCIEDADE E SEUS REBATIMENTOS NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA**

*A raça se configura como pólvora no paiol.*

Florestan Fernandes

### **1.1. PERSPECTIVAS BRASILEIRAS SOBRE A QUESTÃO RACIAL**

Como começar o processo de escrita sobre um fenômeno tão amplo, complexo e intrigante? Tão imbuído de interpretações e dilemas? A questão racial, segundo Ianni (2004) é vista pela janela por muitos autores e estudiosos, ou seja, sem a aproximação devida que essa categoria merece. Com essa expressão, o autor nos ajuda a entender como o distanciamento inerente ao debate da questão racial na literatura brasileira, reflete em tantos desafios enfrentados atualmente em várias áreas do conhecimento. E isto não será diferente com a apreensão dessa categoria no campo do Serviço Social, local de onde trataremos o debate da questão racial, com a devida atenção relacionada ao exercício profissional.

A questão racial possui múltiplas dimensões, de forma que podemos encontrar no século XX autores que estudaram suas determinações e arranjos, estudos estes que serão devidamente apresentados a seguir. Vale atentar-se, em particular, para o objetivo dessa primeira parte da pesquisa, que é poder identificar e compreender a questão racial na formação da sociedade brasileira.

A questão racial é uma categoria fulcral para o desenvolvimento do presente estudo. Sabendo dessa importância, nos apoiaremos em múltiplos autores e abordagens dedicadas ao tema. Para os primeiros passos de apreensão da questão racial, considerar-se-á a análise da trajetória dos/as negros/as no Brasil, tendo como fio condutor, as contradições inscritas nas linhas e

entrelinhas da história, visto que as narrativas em disputa apresentam aspectos e argumentos que vão desde a passividade até a subversão do povo negro.

Concordamos com o historiador Clóvis Moura de que “... *se todos os escravos fossem disciplinados, fizessem acordos, aceitasse a cultura da escravidão, segundo o critério da concessão do senhor, então, como diria Marx, a história pararia*”. (MOURA, 1994, p.21).

A história não parou! E podemos dizer então que as relações sociais estabelecidas no período colonialista e escravista (embrionadas no capitalismo em seus primeiros lampejos no Brasil), moldaram a questão racial, projetando em sua gênese reflexos de sua opressão nas gerações pós-abolição.

É a partir desse lugar na história, que as bases que sustentam este capítulo pretendem constituir-se como o “abre alas” para o entendimento da questão racial, abordando os aspectos históricos na formação social brasileira, de forma a estabelecer o contorno necessário das relações colonialistas e do processo de escravização. Em seguida, as categorias raça e classe, serão abordadas no sentido de lançar, por meio da reflexão de teóricos de tradição marxista, o entendimento da gênese da classe trabalhadora brasileira e o processo de adensamento da força de trabalho, sobretudo considerando seus rebatimentos junto à população negra.

Num terceiro momento, considerando ainda o capítulo I, serão discutidos os elementos que indicam a funcionalidade do racismo para o capitalismo, sendo o primeiro, uma opressão que hierarquiza, em todas as dimensões, a vida da população negra.

Para adentrar aos elementos que caracterizam a questão racial no Brasil, faz-se necessário revisitar de forma breve os principais expoentes dos estudos relacionados a essa temática no Brasil. A chamada escola de sociologia paulista logrou um caminho até então inédito na análise das questões relacionadas à situação dos/as negros/as brasileiros/as. Os pesquisadores da Universidade de São Paulo como Octavio Ianni, Florestan Fernandes e Roger Bastide, dentre outros, destacaram-se por abrir os caminhos nos estudos das

relações raciais, por meio do “Projeto Unesco”<sup>4</sup>. Na obra *Raça e Classe no Brasil – um estudo comparativo quanto à raça e classe à luz de Florestan Fernandes & Roger Bastide e Thales de Azevedo*, a pesquisadora Fernanda Barros Santos coloca que, com relação ao “Projeto Unesco”:

“... as elaborações de Thales de Azevedo sobre a Bahia e de Florestan Fernandes e Roger Bastide sobre São Paulo, possuiu no primeiro caso respectivamente, uma narrativa carregada de ambiguidade, entremeada por uma “expressão discriminatória” e “relatos positivados” sobre as relações entre negros e brancos. No segundo e mais consagrado caso, a posição firme de fazer “desmoronar”, a partir do estudo de São Paulo, as bases de um relato entusiasmado e elogioso da sociabilidade racial no país”.

O pesquisador Marcos Chor Maio, por meio de sua tese de doutoramento “*A história do projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*” faz uma análise da escolha da nação brasileira para os estudos sobre relações raciais. De acordo com o autor;

[...] gerou um amplo e diversificado quadro das relações raciais no Brasil, mas também contribuiu para o surgimento de novas leituras acerca da sociedade brasileira em contexto de acelerado processo de modernização capitalista. De uma outra perspectiva, o Projeto Unesco veio a possibilitar a análise das trajetórias sociais e intelectuais dos pesquisadores envolvidos, das redes internacionais de cientistas, dos conteúdos teórico-metodológicos que informaram as pesquisas e do estado da arte de determinadas disciplinas, especialmente a Antropologia e a Sociologia. Ou seja, o ciclo de investigações cancelado pela instituição intergovernamental ofereceu uma oportunidade singular para o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil dos anos 50. (MAIO, 1997,p.141).

---

<sup>4</sup> O “Projeto Unesco” debruçou-se sobre o Brasil dos anos de 1950 para desvendar, no momento pós II Guerra Mundial, as relações raciais no Brasil, visto que as ideias de Gilberto Freyre difundiam uma relação harmoniosa entre brancos, índios e negros, preconizando assim, uma espécie de democracia racial no Brasil. Nesse contexto, várias obras foram lançadas no sentido de realizar uma ampla revisão do passado escravista e do presente (década de 1950) das populações negras no Brasil. A autora destaca as obras AS elites de cor numa cidade brasileira – um estudo de ascensão social & classes sociais e grupos de prestígio (1953), de Thales de Azevedo, e Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo (1955). (SANTOS, 2016, p. 23).

A presente contextualização teve por objetivo situar de onde este estudo parte ao estabelecer o debate sobre a questão racial no Brasil, e assim introduzir alguns de seus principais expoentes. Segundo Maio (1999), a Unesco foi um agente catalizador, que revelou "... a riqueza das articulações, das visões, as mudanças de percurso e a autonomia dos intelectuais neste contexto". (MAIO, 1997, p. 143,).

Dito isto, iniciamos a apresentação de autores que lançaram-se ao estudo da questão racial por Otanio Ianni<sup>5</sup>. Na obra *Raças e Classes no Brasil* (1987), o autor aborda como ponto de partida, a transformação do negro escravizado em trabalhador livre no país, análise esta ancorada na tradição marxista, com atenção especial a questão racial e os antagonismos de classe e seus rebatimentos no modo de existência da população negra.

Cumprir iniciar as considerações de Ianni, partindo do pressuposto de que a conformação da questão racial no Brasil possui como pano de fundo os marcos da sociedade capitalista. Para Ianni (1987) é a partir dessa civilidade que a "questão racial é uma expressão das tendências de acomodação, reajustamento ou expressão dos mercados de força de trabalho". (IANNI, 1987). Isso pressupõe que a questão racial se assenta nos interesses mercantis e de ajustamento da força de trabalho, tendo como aliada, a base colonialista presente nas relações sociais do Brasil.

Nas palavras de Ianni (1987),

[...] a trajetória do negro posterior a Abolição da Escravatura ocorrida em 1888, é de certa forma, a história de sua proletarização. Recém-saído da condição de escravizado, o negro viu-se na condição nova e até então, inédita. Devido as condições embrionárias do capitalismo em solo brasileiro, o negro não pode ser absorvido de forma imediata. (IANNI, 1987, p.305).

---

<sup>5</sup> Sociólogo integrante da Escola de Sociologia Paulista, que contribuiu com os estudos sobre relações raciais e a questão racial no Brasil por meio de suas principais obras: "Cor e Mobilidade Social em Florianópolis" (1960, em colaboração com Fernando Henrique Cardoso), "Homem e Sociedade" (1961, em colaboração com Fernando Henrique Cardoso), "Metamorfoses do Escravo" (1962); "Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil" (1963), "Política e Revolução Social no Brasil" (1965), "Estado e Capitalismo no Brasil" (1965), "O Colapso do Populismo no Brasil" (1968), *Raças e Classes Sociais no Brasil*, (1972).

O autor coloca que o processo do/a negro/a ser considerado/a um/a trabalhador/ora livre a partir da abolição em 1888, instaura na verdade a não absorção imediata do/a negro/a como mão-de-obra livre, sendo o que Ianni (1987) chamou de *condição incompleta da abolição*. Aqui é possível vislumbrar um apontamento importante para o desenho da questão racial no Brasil. O que o autor chama de *condição incompleta da abolição* reverbera na atualidade no acirramento das desigualdades que perpassam, por meio de ciclos geracionais, a população negra.

Retomando, nos últimos suspiros do século XIX, a ordem escravocrata no Brasil apresentava-se incapaz de atender as novas exigências de produção pautada pelos elementos embrionários do capitalismo. O trabalho livre incipientemente foi se firmando, de modo que a campanha abolicionista apoiou-se no trabalho como algo honroso.

No decorrer da segunda metade do século XIX, a estrutura econômica e social no Brasil mudou profundamente. De acordo com Ianni (1987), ampliou-se a produção mercantil e criaram-se interesses econômicos novos, distintos daqueles configurados na cafeicultura. Todo esse arranjo interferiu no processo de proletarização do/a negro/a e na forma como este/a deveria, ou não, ser incorporado a uma nova sociabilidade. (IANNI, 1987).

De acordo com Ianni (1987),

“A expansão econômica faz-se acompanhar, pois, de uma diferenciação crescente do sistema econômico social. “A segunda metade do século XIX assinala o momento de maior transformação econômica na história brasileira”. No decênio posterior de 1850, fundam-se “ 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transporte urbano, 2 de gás e finalmente 8 de estradas de ferro. Começa a configurar-se uma estrutura econômica diferenciada” (IANNI, 1987, p.27,).

Segundo Ianni (1987) a racionalidade inerente à economia mercantil penetra progressivamente a unidade produtiva (fazenda), de maneira que a expansão mercantil nos centros urbanos, embora com ritmo ameno, dava o tom das transformações em curso. A comercialização do café impôs a reelaboração

da organização da fazenda. Ianni (1987) destaca que essa racionalidade de organização determinou mudanças ao fazendeiro e ao trabalhador. Neste contexto, o fazendeiro descobre que o escravizado é relativamente oneroso. A perspectiva da força de trabalho ser vendida, e não mais tratada no âmbito do escravismo salta aos olhos desses proprietários em potencial dos meios de produção.

O regime escravocrata, como componente da questão racial no Brasil, representa um obstáculo à expansão indispensável à aceleração a produção de lucro. Ao transformar o negro escravizado em trabalhador livre, provoca a libertação do ônus da propriedade de um fator do qual agora só interessa a sua capacidade de produzir valor. O negro escravizado como força de trabalho, e não como mercadoria. Esse é o sentido essencial da abolição, onde trabalhador só é livre quando pode oferecer sua força de trabalho ao mercado. (IANNI, 1987).

As considerações de Ianni (1987) são pertinentes, uma vez que apresentam elementos constitutivos do capitalismo no Brasil atrelados a questão racial, pois identifica na história, o processo de acumulação primitiva de capitais, apresentando a funcionalidade do/a negro/a como escravizado e em sequência, como proletário.

A reflexão de Ianni (1987) desnuda a narrativa romantizada da abolição, da benevolência e caridade da Princesa Izabel, dando um caráter historicizado à questão racial no Brasil, por meio de elementos integrados a lógica do acúmulo de capitais no Brasil Colônia.

“A abolição e o próprio abolicionismo explicam apenas parcialmente a transformação do escravo em trabalhador livre. Os processos econômicos e sociais responsáveis pela expulsão do escravo da esfera dos meios de produção são os mesmos que provocaram os afluxos de imigrantes e, em menor escala, o deslocamento de caboclos e roceiros para as fazendas de café e os núcleos urbanos”. (IANNI, 1987, p. 24.).

Os processos econômicos e sociais que Ianni (1987) se refere, trata justamente dos processos racionais do modo capitalista de produção, que se apresentam

conflitantes com a condição escravizada do/a negro/a. Com isso, o autor nos aponta que, concomitante ao processo de luta do movimento abolicionista, as transformações sociais, econômicas e culturais de meados do século XIX, impulsionaram a transformação do/a negro/a escravizado/a em trabalhador/ora livre. De um lado a liberdade estava posta contra a opressão e dominação exercida por quase quatro séculos, e de outro, a liberdade defendida tendo como finalidade o trabalho para o novo tempo que surgia.

No caminho de situar a questão racial no Serviço Social, os elementos apresentados por Otavio Ianni trazem uma contribuição no âmbito da categoria profissional, de modo que, a forma como o/a negra/ foi “tornado” trabalhador/a livre, tem profunda relação com as condições e interesses do “como” essa população transpôs a condição de escravizada para a de trabalhadora.

Destarte, apresentamos elementos para refletir a questão racial a partir de Florestan Fernandes, autor que estabelece um trabalho de grande relevo social para os estudos questão racial no Brasil. Destaca-se de início sua obra *A Integração do negro na sociedade de classes*, onde Fernandes desmistifica a natureza harmoniosa da escravidão no Brasil. O autor avança no sentido de apresentar elementos que demonstram o quanto a população negra ficou impossibilitada de ter melhores condições de vida, devido o *modos operandi* do processo de abolição.

Outra contribuição importante da obra de Fernandes (2003) diz respeito ao engodo referente à democracia racial. Florestan Fernandes em *O significado do Protesto Negro* (1989) inicia o capítulo intitulado *O Mito Revelador* afirmando que “... os mitos existem para esconder a realidade. Por isso mesmo eles revelam a realidade íntima de uma sociedade ou de uma civilização”. (FERNANDES, 1989, p.13,).

Sobre isso, Silva e Carvalho refletem que (2010),

“O mito da democracia racial então na ótica de Florestan teve um papel de manutenção do *status quo* e só começou a ser contestado a partir do momento em que os próprios negros alcançaram condições materiais e intelectuais de combaterem esta ideologia que não era

apenas o pensamento das elites burguesas, mas também uma ideologia de Estado”. (SILVA; CARVALHO, 2010, p. 10).

É inevitável reconhecer a relevância dos autores Fernandes e Ianni, que em seus contextos históricos, foram fundamentais para refutar que o processo de escravização no Brasil foi harmonioso, questão amplamente difundida por meio dos estudos da escola culturalista, onde se destaca a obra de Gilberto Freyre<sup>6</sup>, *Casa Grande Senzala*. A natureza benevolente da escravização de negros/as no Brasil, era enaltecida internacionalmente, de forma que permeava entre os adeptos do culturalismo brasileiro a ideia de democracia racial. Nesse sentido, Fernandes (2003), por meio dos seus estudos concluiu que concordar com a ideia de que havia democracia racial, era legitimar uma ideologia que mascarava o racismo e a dominação de classes no Brasil.

A democracia racial, enquanto mito reverbera até os dias atuais e no imaginário comum, a ideia de igualdade de oportunidade e de condições entre os diferentes povos representados no Brasil, de acordo com a lógica Freyriana. Compreender a questão racial a partir do desmoronamento do mito da democracia racial é apreender a ideia de Fernandes (2003) para provocar rupturas, por exemplo, no campo dos saberes das profissões. No Serviço Social, é refletir no interior da profissão, que a população negra atendida por meio das políticas públicas, possui especificidades e particularidades.

Para além de Ianni e Fernandes, temos no campo do serviço social importantes contribuições de (EURICO, 2013), que adensam o debate da questão racial, marcando no campo da pesquisa e docência tal questão como uma categoria importante a profissão. Nesse sentido a autora nos alerta que,

[...] não é mais tolerável na atualidade à falta de compromisso profissional coletivo em relação à questão racial, seja porque há um amplo debate na sociedade sobre a promoção da igualdade racial — ainda que historicamente os grupos dominantes continuem tentando

---

<sup>6</sup> Se em Gilberto Freyre observamos um dos principais teóricos do século XX que apontaram o caráter benevolente da escravidão, ou seja, foi um processo basicamente harmonioso e quase ausente de conflitos entre senhores e escravos. Em Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Jacob Gorender tem-se a negação da tese freyriana e a afirmação contundente da extrema violência praticada pelo regime de produção escravista sobre os negros. (SILVA; CARVALHO, 2010).

desqualificar a luta coletiva —, seja porque o projeto ético-político profissional do Serviço Social, explicitado no Código de Ética de 1993, reconhece a liberdade como valor ético central, propõe a defesa intransigente dos direitos humanos, o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a não discriminação como princípios éticos fundamentais. (EURICO, 2013, p. 308).

Apreender a produção teórica sobre a questão racial a partir dos autores que estamos dialogando no âmbito desse capítulo é captar nas palavras de Yamamoto (2011) como “...o “moderno” se constrói por meio do “arcaico”. Como no Brasil colonialista as “novas” relações se produziam e reproduziam preservando “velhas” estruturas. Por isso, a leitura da realidade compreendendo a dialética como uma exigência do método materialista histórico é imprescindível para alcançar as mediações necessárias no estudo da questão racial.

Retomando Florestan Fernandes (1987) a compreensão sobre a questão racial é relevante também no sentido de contextualizar e identificar a opressão vivenciada pelos/as negros/as num processo de desumanização de suas vidas. De maneira que falar da categoria racial, apresentando-a como uma questão, é entender que:

[...] Os negros são os testemunhos vivos da persistência de um colonialismo destrutivo, disfarçado com habilidade e soterrado por uma opressão inacreditável. Por que ele sofreu todas as humilhações da escravidão. De uma abolição feita como uma revolução do branco para o branco, e dos ressentimentos que teve que acumular, vegetando nas cidades e tentando ser gente, isto é, cidadão comum (FERNANDES, 1987, p. 08).

Fernandes (1978), também considerou em suas análises que o/a negro/a não obteve as condições necessárias para oferecer sua força de trabalho no mercado, visto sua condição desfavorável em relação à população branca. O autor coloca que o/a negro/a possuía uma “herança cultural rústica”, fazendo-se necessário se reeducar para o sistema de trabalho livre.

[...] Os valores culturais específicos do ambiente urbano, influenciados pelo padrão europeu, põe em evidência a incompatibilidade entre escravidão e liberdade. O desenvolvimento econômico-social e a concomitante diferenciação interna da sociedade brasileira colocaram em evidência as limitações do regime escravista. (FERNANDES, 1989, p.19.).

Aliado as questões de inserção do/a negro/a na sociedade como pessoa livre, e a “herança cultural rústica” nos termos de Fernandes (1987), recupero aqui, a análise de Santos (2016), com relação a Fernandes (2003). De acordo com a autora “... *Fernandes torna-se equivocado ao não considerar a intervenção estatal para promoção do grupo, tendo em vista que o próprio sociólogo apontou para a necessidade de educação e profissionalização do ex-escravo*” (SANTOS, 2016, p.91).

Na trama do processo de proletarização do/a negro/a, a política imigratória conduzida no Brasil a partir do século XIX, estabelece um novo contorno para a questão racial no Brasil. Tal política colaborou com o retardamento da integração dos/das negros/as escravizados/as no emergente arranjo industrial nos grandes centros. A política imigratória em curso priorizou corpos e civilidade europeia já que estes representavam a chegada do progresso industrial e da modernização.

Os autores Silva e Carvalho (2010), no ajudam a compreender um fato interessante e deixam um contraponto pertinente com relação à imigração. A crença na superioridade técnica e moral do trabalhador europeu lhe garantiam privilégios diante dos postos de trabalho nos grandes centros. Entretanto outra crença coexistia com a primeira, a de que o processo de marginalização que o/a negro/a estava exposto na sociedade de classes se dava em virtude do/a mesmo/a não conseguir atender as requisições e as técnicas do trabalho sob a lógica capitalista em virtude da permanência de valores culturais da ordem tradicionalista, racista e conservadora.

A apatia, indolência e imprevidência, características por sua vez atribuídas pelas elites à população negra, eram consideradas responsáveis pelo atraso econômico brasileiro. Sendo assim, a imigração europeia era apresentada como uma solução plausível para o “problema” do trabalho causado pela

abolição. Além de contribuir em longo prazo para o branqueamento da população no Brasil (HALSENBAG, 1979).

Compreendendo a importância e acúmulo que os autores aqui apresentados da escola de sociologia de São Paulo, lançamos mão de autores/as que estabeleceram outras mediações que são relevantes no sentido de incorporar outras análises sob a questão racial. Nessa perspectiva, a obra *Onda Negra, Medo Branco* – de Maria Celia Marinho de Azevedo (1987), apresenta de forma crítica e audaciosa “... a instituição do mercado de trabalho livre em substituição ao escravo no Brasil do século XIX” no debate do campo da política imigracionista no Brasil. (AZEVEDO, 1987, p. 20). Para isso, a autora trabalhou o aspecto do *medo* como uma dimensão da história, como elemento que ficava oculto, e por sua vez, não ficava aparente nem mesmo àqueles que vivenciavam o momento histórico estudado.

Azevedo (1987) buscou encontrar na história a resposta para uma pergunta recorrente no Brasil do século XX, a saber: O que fazer com o negro?<sup>7</sup>. Para isso a autora aprofunda seu estudo e lança as bases de sua tese, referenciando a imigração europeia como ferramenta de embranquecimento civilizatório no Brasil, apresentando-a também, como uma barreira para a *onda negra*, ou seja, para os processos de resistência e levante da população negra. A historiadora coloca que:

[...] o negro apático para o trabalho livre e acostumado à coação de um sistema irracional de produção não pôde fazer frente à concorrência representada pelo imigrante europeu, trabalhador este já afeito a uma atividade disciplinada, racionalizada e regulada a partir de contrato de compra e venda da força de trabalho. “...o ex-escravo e seus descendentes saíram espoliados da escravidão e despreparados para o trabalho livre, incapazes, enfim, de se adequar aos novos padrões contratuais e esquemas racionalizadores e modernizantes da grande produção agrícola e industrial, tornando-se doravante marginais por força da lógica inevitável do progresso capitalista.” (AZEVEDO, 1987, p. 21,).

---

<sup>7</sup> Tal pergunta encontra-se de forma provocadora no prefácio escrito por Peter L. Eisenberg para a obra de Azevedo (1987). O autor coloca que a pergunta em si, carrega um grande viés racista, numa tentativa de manipular o negro e o índio como objeto num jogo de poder, além de supor que alguém precisa ter os meios de fazer alguma coisa com, ou para, ou contra, o negro. Eisenberg questionou que não havia a pergunta: o que fazer com o branco? (AZEVEDO, p. 13, 1987).

Cabe destacar que o despreparo para o trabalho livre citado pela autora não diz respeito a uma característica inerente aos ex-escravizados, e sim, da condição desumana em que as famílias negras se encontravam diante dos arranjos do progresso capitalista que se assentavam no Brasil na ocasião.

A partir dessa reflexão, a ideia de uma população negra, considerada pela elite burguesa, um grupo inábil, inculto e desajustado tinha como fulcro central formulações de teor étnico racista, que buscavam na imigração europeia uma alternativa plausível em substituição ao negro, considerando as relações sociais que se colocavam no processo de elaboração da ordem social competitiva. (AZEVEDO, 1987).

Entretanto, é importante fazer um contraponto, ou seja, uma mediação importante, visto que parte das famílias europeias que tinham o Brasil como destino, possuíam hábitos e vivências camponesas. Aqui já é possível refutar a ideia de “trabalhadores acostumados com a lógica industrial” e entender que estava em curso um processo de embranquecimento da população, e de corroboração de outra sociabilidade, que não fosse a de pessoas negras escravizadas e “atrasadas”. (SILVA; CARVALHO, 2010).

Concomitante a essa perspectiva, Azevedo (1987), expõe que na segunda metade do século XIX havia uma preocupação das elites em definir como seria a relação e a convivência após a ruptura da relação entre senhor-escravo, visto que se discutiam soluções que tivessem como ponto comum a ânsia de instituir uma nacionalidade, diante da ameaça da “onda negra” que rondava o país. Essa questão fica evidente quando a autora coloca que,

[...] a vingança generalizada contra os brancos, os ouvidos educados não só ouviram como começaram a falar e sobretudo a escrever, registrando todo um imaginário em que se sobressai a percepção de um país marcado por uma profunda heterogenia sócio-racial, dividido entre uma minoria branca, rica e proprietária e uma maioria não-branca, pobre e não-proprietária. (AZEVEDO, 1987, p. 36).

Nesse sentido, as soluções imigrantistas começam a identificar no exterior um povo ideal como saída para a construção de uma nacionalidade brasileira. E a pergunta “o que fazer com o negro?” começa a ser sobreposta, tendo como pedra basilar a possibilidade de povoar o país com o “... imigrante ideal ou do tipo racial mais adequado para purificar “a raça brasílica” e engendrar por fim uma identidade nacional”. (AZEVEDO. 1987, p. 37).

É a partir disso, que as mudanças na concepção produtiva no Brasil no final do século XIX formam o cenário para a gênese da classe trabalhadora, compreendendo a força de trabalho do imigrantismo europeu tão celebrado, junto ao contingente do “povo das senzalas”, os quais estavam prestes a “abrir” suas portas.

Retomamos neste instante, Clóvis Moura, que por meio dos seus estudos contribuiu com rigor científico e destreza a trajetória do povo negro no Brasil, numa perspectiva crítica, capturando as contradições que compreendem a exploração do/a negro/a no país, com destaque nos seus processos de resistência coletiva. O legado de Clóvis Moura é fundamentalmente pertinente ao debate da questão racial, bem como essencial a compreensão da questão racial para o estudo que aqui nos propomos.

Na obra, *História do Negro Brasileiro durante o Brasil-Colônia* “... os escravos negros eram as mãos e os pés do Brasil” (MOURA, 1989, p. 8). Tal compreensão remonta o processo de escravização no Brasil como uma importante base para acumulação primitiva do capital. Durante a segunda metade do século XIX, as relações sociais e econômicas no Brasil mudaram profundamente em virtude da produção mercantil e dos novos interesses econômicos com a gênese das atividades não agrícolas.

A partir disso, Moura (1989) coaduna com a ponderação feita por Ianni (1989) na medida em que o autor se propôs a caracterizar a incompatibilidade da coexistência entre mercadoria e escravo, visto que para o cenário que se estabelecia, o mais apropriado seria o/a negro/a dispor da sua força de trabalho.

A consolidação do escravismo no Brasil tem como sustentáculo a intensa captura e importação de africanos, salientando que o desenvolvimento do Brasil apenas seria possível se fosse operado pelo trabalho escravo. (MOURA, 1994). Tal fase, segundo o autor, caracterizou-se por *escravismo pleno*. Nesta constatação do autor, percebe-se que a questão racial configurava-se num arranjo que favorecia o Brasil por meio da escravização dos corpos pretos.

Clóvis Moura (1994), ao tratar do escravismo tardio, coloca em suas considerações teóricas, uma *modernização sem mudança*. O autor afirma com isso que em determinado tempo histórico (fim do escravismo pleno), inicia-se certo progresso econômico, tecnológico, cultural dentre outros, entretanto, as relações entre os homens no processo de trabalho permaneceram retrógradas, apresentando resquícios conservadores da estrutura anterior.

Cria-se uma contradição na estrutura que começa a produzir choques, assimetrias e conflitos com reflexos e reduções dessa diferença. Essas contradições e desestruturações manifestam-se das mais variadas formas, quer na área do trabalho, onde elas são mais agudas, quer no nível ideológico, gerando ideias em grupos e organizações que passam a reproduzir o que tem de *moderno*, isto é, a ciência e a tecnologia avançadas. Mas por outro lado, ao serem aplicadas essa ciência e essa tecnologia elas irão servir aos detentores do poder, às suas instituições e elites executoras desse poder, que representam o passado e criam níveis de resistência à mudança social. Em outras palavras, o *moderno* passa a servir o *arcaico*. (MOURA, 1994, p. 53).

Moura (1994), acertadamente coloca que o escravismo tardio é o “... cruzamento rápido e acentuado das relações capitalistas em cima de uma base escravista”. (MOURA, 1994, p. 53). Ele destacou que essas relações capitalistas são estabelecidas predominantemente por capitais vindos de fora, de forma que quase todos os espaços econômicos que tinham a possibilidade de serem ocupados por uma “... burguesia autóctone e em formação, foram ocupados pelo capital alienígena, na sua esmagadora maioria, inglês”. (MOURA, 1994, p. 53).

A partir das reflexões de Moura (1994) a respeito do escravismo tardio, a configuração, ou seja, o movimento da questão racial compreendia o

esfacelamento do modo escravista de produção, e prospectava o trabalho livre como uma inevitável condição para o desenvolvimento das forças produtivas no Brasil no fim do século XIX.

Considerando os aspectos que compõem o desmoronamento do escravismo tardio, Moura (1994), elenca cinco medidas modulares<sup>8</sup> que foram preponderantes no processo de estabelecimento do trabalho livre. Para o momento, destacaremos a Lei da Terra (1850) como um mecanismo regulador e controlador, que teve por finalidade garantir os interesses fundiários da classe senhorial, em detrimento de uma abolição que não resguardasse a negros/as (na condição de pessoas livres), a integração na sociedade por meio de doação de terras pelo Estado.

O Estado, no ano de 1850, promulgou a Lei Nº. 601, pela qual o mesmo abria mão "... do seu direito de doar e conceder as terras no mercado para a venda a quem dispusesse de dinheiro para adquiri-las". (MOURA, 1994, p. 70). Àquele que possuía disponibilidade de crédito, teriam, por conseguinte privilégios para aquisição de terras. No Brasil Colonial, as terras eram propriedades do rei, e, portanto, concedidas por ele mediante aos critérios morais e serviços prestados a Coroa. Na eminência de uma população negra livre, Moura (1994) analisa que,

[...] ao propiciar possibilidades de contratos àquelas camadas que poderiam adquiri-la através da compra – populações livres – poderemos concluir que, à medida que se afastou o poder público, do dever social de doar aos ex-escravos (quando saíssem do cativeiro) parcelas de terras às quais tinham direito "por serviços prestados" e nas quais pudessem integrasse-se, como proprietário, na conclusão do processo abolicionista, criou as premissas da sua marginalização social". (MOURA, 1994, p. 71).

Tal perspectiva aponta que a Lei de Terras se constituía como uma ferramenta política e ideológica na visão do autor, no sentido de impedir que a população negra livre dispusesse de qualquer possibilidade de acesso a terra, seja por

---

<sup>8</sup> Tarifa Alves Branco (1844), a Lei da Terra (1850), a Lei Euzébio de Queiroz (1850), a Guerra do Paraguai (1865-1870), a Política Imigrantista.

reparação do Estado pelos anos de espoliação, ou por ferramenta de integração dessa população a condições objetivas e subjetivas de sobrevivência. Com relação ao conteúdo político da lei, Moura (1994), acrescenta que impossibilitar uma lei abolicionista radical, que incluísse o acesso a terra àqueles que construíram com suor e sangue o Brasil, era estimular ao imigrante que chegava a perspectiva de ser um pequeno proprietário.

Além disso, a possibilidade de manter grandes concentrações de terras, e importar trabalhador livre constituiu-se nas palavras de Moura (1994), como um arranjo (exitoso) que manteve o/a negro/a escravizado/a apartado/a de qualquer possibilidade de acesso a terra.

Nas reflexões contidas na obra *História do Negro Brasileiro*, Moura (1989) reitera que a quilombagem (muitas vezes renegada por estudiosos) “... demonstra ter sido um elemento dos mais importantes no desgaste permanente, quer social, quer econômico, quer militar, no processo de substituir o trabalho escravo pelo assalariado”. (MOURA, 1989, p. 32).

É possível perceber, debruçando-se sobre a obra de Moura (1994), que a questão racial possuía um movimento de acordo com os arranjos da história e interesses de grupos distintos. Tanto o escravismo tardio, quanto o escravismo pleno, eram estruturas prenes de resistência e luta da população negra sob estado de violência. Essa perspectiva não pode ser negligenciada. A questão racial carrega em si múltiplas correlações que foram forjadas na funcionalidade que o Brasil possuía diante das metrópoles.

No campo da legalidade, a Lei Nº. 601 trazia uma racionalidade para a posse e usufruto da terra para imigrantes, e concomitante a isso, a quilombagem (um fenômeno nacional) propunha outra racionalidade com relação a terra, aos que se abrigavam e se acolhiam nela, aos que tinham a terra com resistência e espaço coletivo, contrapondo a lógica individualista e mercadológica posta no escravismo tardio. O povo negro, por meio deste contexto, é também o povo que deflagrou os interesses da classe dominante e conjugou a luta pela terra contrapondo-se aos interesses coloniais.

Para além das fronteiras brasileiras, sobre o processo de escravização de pessoas negras, o historiador Eric Willians publicou no ano de 1944 a obra *Capitalismo e Escravidão*, que nos possibilitou compreender de forma detalhada a “... escravidão negra e do tráfico de escravos no fornecimento do capital que financiou a Revolução Industrial e a maturidade do capitalismo industrial em destruir o sistema escravista”. (WILLIANS, 2012, p. 09). O autor coloca que “... num país como a Inglaterra, a abstinência total da produção escrava era impossível, a não ser que se quisesse ir para o mato e viver de raízes e frutas” (WILLIANS, 2012, p. 212). Com essa perspectiva, o historiador demonstra a necessidade da mão de obra de negros/as escravizados/as como alavanca de exploração para acumulação primitiva de capitais.

Em O Capital, Marx ao tratar do processo de acumulação primitiva coloca que:

“A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva”. (MARX, 1996, p.370).

Sobre os fundamentos dessa compreensão, Marx, no capítulo XXIII d'O Capital, descreveu com precisão e relevância a Lei Geral da Acumulação, que para esta sessão que trata da questão racial, auxilia na compreensão de como o processo abolicionista se deu em um contexto de reprodução ampliada do capital. *Escravidão e Racismo*, obra assinada por Octavio Ianni, também contribui no sentido de identificar no processo de acumulação primitiva, o papel das colônias do “Novo Mundo”. De acordo com o Ianni (1978), a relação entre escravidão e capitalismo produzia na Inglaterra uma força motriz para o capitalismo industrial e ao mesmo tempo esse processo estava cunhado na escravatura em terras brasileiras.

“Foi o capital comercial que comandou a consolidação e a generalização do trabalho compulsório no Novo Mundo. Toda formação social escravista dessa área estava vinculada, de maneira

determinante, ao comércio de prata, ouro, fumo, açúcar, algodão e outros produtos coloniais. Esses fenômenos, protegidos pela ação do Estado e combinados com os progressos da divisão do trabalho social e da tecnologia, constituíram, em conjunto, as condições da transição para o modo capitalista de produção. Assim, para compreender em que medida o mercantilismo “prepara” o capitalismo, é necessário que a análise se detenha nos desenvolvimentos das forças produtivas e das relações de produção. Mas para compreender esses desenvolvimentos é preciso situá-los no âmbito das transformações estruturais englobadas na categoria acumulação primitiva. Nesse sentido é que a acumulação primitiva expressa as condições históricas da transição para o capitalismo. Foi esse o contexto histórico no qual se criou o trabalhador livre, na Europa, e o trabalhador escravo, no Novo Mundo. Sob esses aspectos, pois, o escravo, negro ou mulato, índio ou mestiço, esteve na origem do operário”. (IANNI, 1978, p. 4).

O processo de escravização no Brasil estabelece também contornos específicos à produção e reprodução do capital, uma vez que, a acumulação capitalista interna, como processo histórico específico, ganha impulso, graças ao excedente econômico gerado pelo trabalho escravo. Isso significa que o “mundo moderno” iria surgir, aqui, de uma acumulação originária de capital amparada na espoliação do negro pelo branco. E, indo mais longe, a proletarianização teve suas origens e seus limites não no “mundo que o português criou”, mas no “mundo que o escravo produziu” (FERNANDES, 1989, p.26).

À grosso modo, pode-se que a população negra é diretamente atingida por essa lógica da acumulação capitalista, sendo, portanto, alvo intencional nas consequências diretas de um processo marcado pelas desiguais condições de acesso às novas ocupações econômicas advindas da mercantilização da economia. (HALSEN BAG, 1979).

A contribuição de Eisenberg (1989) no que se refere à escravidão e capitalismo no Brasil, não está descolada de uma perspectiva historicista. O autor coloca que de diversas formas o escravismo abriu caminhos para o tipo de economia moderna que estava se assentando. Eisenberg (1989) coloca que a escravidão Brasil não deve ser considerada como um obstáculo ao estabelecimento do capitalismo, de modo que:

“... o escravo constitui uma antecipação do moderno proletário”<sup>9</sup> ou “o proletário possível”, e, como tal, contribui para possibilitar o capitalismo, seja por meio da realização de uma acumulação primitiva sobre o trabalho escravo, seja pela incorporação de ritmos e métodos capitalistas de trabalho”. (EISENBERG, 1989, p. 205).

Atrelada a essas transformações no tecido social à época, a constituição de uma “*superpopulação relativa ou exército industrial de reserva*” são as duas das principais decorrências da acumulação do capital para a classe trabalhadora (MARX, 1985, p. 198). No que se refere à constituição de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, o que se percebe é que a acumulação do capital com os atributos e tendências que possui, acarreta necessariamente ao aparecimento de um contingente de trabalhadores que, relativamente supérfluos à produção capitalista, conformam uma reserva de mão-de-obra desempregada. (MONTENEGRO; MELO, 2014). Recorrendo ao clássico, conclui-se,

“ Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional. (MARX, 1985, p. 263,).

O dia seguinte ao 14 de maio de 1888 engendrou uma massa de negros/as “livres como pássaros” nos termos de Marx (1996, p.279), entretanto essa condição demonstra que (...) *a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, com a responsabilidade de reeducar-se e de corresponder os novos padrões, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e capitalista.* (FERNANDES, 1978, p.78).

De acordo com Fernandes (1987), a gênese do capitalismo no Brasil apresenta várias crises de profundidade. A crise de transformar o/a negro/a escravizado/a

---

<sup>9</sup> Tal expressão é cunhada por Antônio Barros de Castro, na obra intitulada *a Economia Política, o Capitalismo e a Escravidão*. 1980.

em trabalhador livre é a mais importante. A relevância dela está intimamente ligada ao processo de produção e reprodução ampliada do capital. Ianni (1987), completa que uma crise no âmbito das transformações relacionadas à ruptura da escravização, diz também do processo da relação entre trabalhador e os meios de produção.

[...] A expulsão do trabalhador da esfera dos meios de produção é um acontecimento ao mesmo tempo preliminar e interno à formação do capitalismo industrial no Brasil. É nessa ocasião que se inicia uma fase importante da acumulação capitalista no âmbito da sociedade nacional. Ao mesmo tempo, inicia-se também um novo ciclo de reacomodações do Brasil no quadro do capitalismo mundial. (IANNI, 1987, p. 12).

Tratando da questão racial, tal debate é importante ser encarado, visto que no contexto do modo de produção capitalista, o processo de divisão social do trabalho, regido pelos requisitos da acumulação, cria as posições que são hierarquicamente ordenadas na distribuição de remunerações, bem como na reprodução das relações de dominação ideológica e política. Segundo Halsenbag (1979), a partir desses elementos, a questão racial no Brasil, estava também configurada para marcar nas relações sociais a imbricação de poder e dominação, designando assim um lugar na pirâmide que a população negra deveria permanecer.

Até o momento, apresentamos no desenho da questão racial, elementos combinados e simultâneos que compõem as questões que perpassaram a história de escravização e abolição o povo negro no Brasil. E nessa perspectiva abordamos questões que em suma compreendem: o processo de expropriação e espoliação da população negra por meio do escravismo; o imigrantismo como alternativa de civilizar um país majoritariamente preto; as narrativas de compreendiam uma relação harmônica entre as raças representadas por meio da ideia de democracia racial; a organização das elites dominantes em face da “onda negra” e o abolicionismo combinado ao processo de acumulação primitiva do capital num contexto de Brasil Colônia.

Prosseguindo, temos ainda em relação às faces da questão racial no Brasil, outra dimensão relevante neste debate diz respeito às análises de Moura (1994), que discute como a questão racial trás em seu interior um movimento, uma disputa. Até o momento abordou-se neste estudo, a perspectiva crítica acerca da questão racial, cunhada em determinações que contribuem para um desenho historicizado do/a negro/a no Brasil.

A apresentação das contradições do Brasil colonial e imperial serão descritas através das relações entre os senhores e os/as escravizados/as para introduzir aspectos do tensionamento do processo de resistência da população negra. Essa tensão estabelecida indicava que;

“... o aparelho administrativo montado na colônia tinha dupla finalidade: defender os interesses da Coroa e garantir a segurança dos senhores da insurgência negra escrava, que se mostrava dinâmica nessa fase do modo de produção escravista (escravismo pleno). Se de um lado, esmeravam-se na defesa dos direitos do Rei, da segurança da classe senhorial, e da eficiência da máquina administrativa local, de outro, estruturavam-se militarmente para conter os escravos que se recusavam ao trabalho, quer através da fuga individual, quer através de quilombos que se organizavam em toda a Colônia. Durante o tempo em que o escravismo pleno funcionou, os negros viviam em constante corpo-a-corpo com os senhores e com as autoridades. (MOURA, 1994, p. 20).

Esta é também uma dimensão importante da questão racial! A resistência e organização dos/as negros/as no Brasil são trabalhadas por Clóvis Moura, compreendendo o acirramento e a luta no interior da questão racial no Brasil. Em Ianni (1987) tem-se a abordagem de uma dimensão da questão racial relacionada à acomodação da força de trabalho na fase germinativa do capitalismo no século XIX. Por meio dos estudos de Fernandes (1989, p.08), a abolição é entendida como uma “... revolução feita do branco para o branco” o que aprofundou a subjugação do/a negro/a, impedindo assim que o protesto negro acontecesse como uma ferramenta de luta política. Entretanto, as percepções de Moura (1994) avançam no sentido de lançar a resistência dos/as negros/as e não a sua passividade no desenho da questão racial.

Clovis Moura (1998) elabora eficazmente um contraponto entre a abolição e a luta de negros/as por liberdade. Como exemplo, Moura destaca ao longo do período colonial, os grupos de quilombolas que detinham o domínio de estradas e extensões territoriais imbuídos da luta por resistência e habilidade organizacional. Isso demonstra a luta, a organização e a força coletiva por um horizonte sem opressão ao povo negro. (MOURA, 1998).

A obra *O significado do Protesto Negro*, de Florestam Fernandes (1989), elucida com base na experiência da cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX, o processo de articulação e mobilização de negros/as na luta por inserção e reparação. Entretanto o autor se detém a abordar a resistência e a sobrevivência de negros/as no Brasil do século XX, de forma que os processos de luta e organização da população negra no século XIX não tiveram destaque em sua obra, tempo histórico tão importante para a mobilização dos que continuavam a chegar ao Brasil e dos que aqui já estavam.

Moura (1989) avança com relação a Fernandes (1989), no sentido de problematizar que o protesto e a resistência negra não se deram apenas no século XX, mas localiza que a resistência, o conflito e a negociação operada pelos/as negros/as se deu em diversos momentos da história brasileira, inclusive antes do século XIX.

O movimento de rebeldia, problematizado por Moura (1989), foi organizado e dirigido pelos/as próprios/as negros/a escravizados/as, e se fez presente ao logo do escravismo em todo território nacional. Por meio da quilombagem, o autor coloca que os/as negros/as provocaram um início de ruptura significativo ao sistema escravista.

“A quilombagem é um movimento emancipacionista que antecede, em muito, o movimento liberal abolicionista; ela tem caráter mais radical, sem nenhum elemento de mediação entre seu comportamento dinâmico e os interesses da classe senhorial. Somente a violência, por isto, poderá consolidá-la ou destruí-la. De um lado os escravos rebeldes; de outro os seus senhores e o aparelho de repressão a essa rebeldia. O quilombo aparece assim, como aquele módulo de resistência mais representativo (quer pela

sua quantidade, quer pela sua continuidade histórica) que existiu”. (MOURA, 1989, p. 23).

A busca pela sintetização da abordagem da pesquisa apresentada até este momento elenca elementos que configuraram a questão racial no Brasil sob a inserção da égide do capitalismo entre os séculos XIX e XX. A expressão de Ianni (2004) “... a questão racial é vista da janela”, contribui no sentido de destacar sua importância e não secundarizar o debate, visto que a questão racial possui seus pressupostos nas raízes históricas do Brasil, não sendo apenas mais um tema nos estudos sobre escravização, e sim parte estruturante da formação social e histórica brasileira.

Após as exposições realizadas, consideramos que a questão racial é composta por dimensões que compreendem o escravismo, a abolição e conseqüentemente o processo de tornar negro/as em trabalhadores/as livres como fenômenos do desenvolvimento das relações sociais, econômicas e culturais inseridos no modo de produção capitalista.

O sociólogo Ianni (1989), aborda a questão racial como uma espécie de acomodação do Brasil do quadro do capitalismo mundial, tendo em vista as relações coloniais considerando Brasil, Portugal e Inglaterra. Essa acomodação recai sobre a população negra por meio da imposição do trabalho escravo e toda violência que o envolvia. Concordamos com o autor, quando coloca que a relação do/a negro/a escravizado/a como mercadoria precisava ser superada, para que as forças produtivas se configurassem numa sociedade que tinha urgência pelo trabalho livre.

O imigrantismo e as medidas cunhadas sob o racismo como a Lei de Terras também compreendem a formatação da questão racial no Brasil. Esses dois elementos configuram o alijamento da população negra do trabalho livre e assalariado e do acesso a terra, de forma que essa população continua no centro de uma espiral de espoliação e dominação. Entretanto, como estudado por Moura (1994), a organização e luta por meio dos quilombos e insurreições colocaram, nos termos de Azevedo (1987), o *medo da onda negra* que emergia como resposta a barbárie de quase quatro séculos de escravização no Brasil.

Dito isto, é possível considerar que a questão racial no Brasil possui um fulcro central atrelado ao processo de acumulação de capital, e, por conseguinte se materializa por meio de determinações sociais e históricas, capitaneadas pelas elites locais, num tensionamento entre resistência do povo negro e preterimento às riquezas e bens construídos por meio dos braços e pés de corpos africanos e seus descendentes no país.

## **1.2. A INTERAÇÃO ENTRE RAÇA E CLASSE A PARTIR DO BRASIL MODERNO.**

“Raça é a maneira como a classe é vivida”.

Angela Davis.

Discutir raça no Brasil implica em não fazê-lo no isolamento conforme afirma Gomes (2019), visto o seu diversificado contexto. Trataremos o sentido de raça e classe a partir do Brasil Moderno, de maneira a relacioná-los aos aspectos históricos, políticos, econômicos, culturais e sociais.

O debate sobre raça no Brasil precisa-se tornar algo evidente, notório, pois o racismo é evidente e pujante nessa sociedade. Nos Estados Unidos, segundo Silva (2000), o conceito de raça é evidente, visto que provar a necessidade em estudá-lo e desvendá-lo não se consiste mais como uma necessidade prioritária. Entretanto no Brasil, a autora coloca que trazer a produção de conhecimento sobre raça na esfera científica consiste ainda num desafio, sendo este lugar bravamente ocupado, sobretudo pelo movimento negro, que tem pautado a questão racial em suas bandeiras e lutas desde os primórdios de sua organização.

O antropólogo Munanga (2004), em seu artigo *Uma Abordagem Conceitual das noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia* apresenta de forma didática o debate sobre raça, abordando as transformações conceituais que esta categoria possuiu ao longo da história. O autor expõe o sentido etimológico da

palavra raça, que no italiano significa *razza*, que também tem origem no latim *ratio*, que quer dizer sorte, categoria, espécie. Ao longo de seu artigo Munanga (2004), descreve que os aspectos genéticos e biológicos defendidos por teorias eugenistas para explorar e dominar grupos que eram considerados inferiores a raça branca não encontrava legitimidade na cientificidade. A partir disso, tem-se a celebre afirmação de Munanga (2004) quando expressa que:

[... ]o conceito de raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etnosemântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etnosemântico, político-ideológico e não biológico. (MUNANGA, 2004, p. 06).

À luz dessa perspectiva, compreende-se que a dimensão ideológica que caracteriza raça de acordo com o autor congolês, marca uma construção a partir de aspectos morais, culturais e que envolve crenças para imputar relações de dominação sobre os vários aspectos da vida. E acrescenta ainda, que sua aplicação possui funcionalidades específicas de acordo com os interesses dos dominadores ao longo da história. Entretanto, não se pode desconsiderar que é uma palavra carregada de ideologia, e que se materializa a partir de determinado tempo e espaço.

Ainda envolto por estes arcabouços teóricos, temos outro autor que apresenta relevante contribuição ao analisar a categoria raça, é o sociólogo Guimarães (2008), que inicia seu artigo *Raça, Cor e outros conceitos analíticos*, abordando o aspecto biológico que se apresenta nesse debate. “... as raças são, cientificamente, uma construção social”, e, portanto são, “... discursos sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas, etc.”. (GUIMARÃES, 2008, p. 65).

Um desafio posto ao debate da categoria raça, e que mais do que nunca comparece no senso comum, diz respeito à compreensão do racismo, a partir da esfera individual das relações e não reconhecê-lo como uma questão coletiva e estrutural, de extrema capilaridade na formação social brasileira. Segundo Shwarcz (1998), quando se trata de assumir o racismo como um processo discriminatório, logo em seguida vem o processo de refutá-lo, negá-lo.

No mesmo sentido, Kabenguele Munanga numa entrevista a Revista Fórum no ano de 2012, problematiza que “nosso racismo é um crime perfeito”. Tal frase exemplifica que o racismo gera desigualdades que são naturalizadas, e que, portanto, ainda são negadas.

Guimarães, (2002), nos ajuda a compreender de maneira direta e simples que raça não é apenas uma categoria política imprescindível para organizar a resistência no Brasil, mas é também categoria analítica imperativa: a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de cor enseja são efetivamente raciais e não apenas de classe. (GUIMARÃES, 2002).

Sendo assim, compreender como no movimento da história a imbricação entre raça e classe se materializou é de fundamental importância para visualizar a forma de dominação na qual a classe trabalhadora brasileira foi exposta. Para isso, a análise que Santos (2015) resgata e garante historicidade e totalidade em sua produção, exemplificando os movimentos das classes dominantes no findar do século XIX, e que por sua vez, evidenciavam a exploração na combinação entre raça e classe.

Segundo Almeida (2019, p. 187), “*não existe consciência de classe sem consciência do problema racial*”. O racismo no modo de sociabilidade capitalista é historicamente nos termos de Almeida (2019), um elemento de divisão não apenas entre as classes, mas também no interior das classes. Considerar o racismo como sistema de opressão em sua totalidade é imprescindível para refutar a ideia de que classe não é uma categoria analítica importante à população negra. Florestan (1989, p. 75) coloca que, “*depois de vencer o limiar da pobreza, o negro tem outros problemas que os brancos não*

*têm. A desigualdade racial é uma das desigualdades estruturais da sociedade brasileira”.*

A lei de terras de 1850, recuperada aqui por Santos (2015), retrata, por meio de um instrumento jurídico e normativo, o impedimento de acesso a terras por parte da população negra, lei esta que intencionalmente instituída no mesmo ano em que ocorreu a proibição do tráfico de escravizados, sendo esta também uma emblemática relação entre raça e classe. A lei de Terra é uma prova cabal e institucional de que o Brasil imperial soube articular interesse das elites locais, de modo a impedir o acesso a terra, que antes era realizada por meio de doação, e não intervir na questão racial que acometia os/as negros/as. (MOURA, 1989).

Dito isto, é pertinente compreender que o próprio contorno e conteúdo da história demonstra que “... não há uma dicotomia entre raça e classe na produção das desigualdades; estas categorias, na realidade, fazem parte do mesmo processo de dominação classista”. (SANTOS, 2018).

Evidenciando essa dicotomia, Carlos Hasenbalg (1979) contribui na reflexão de que a discriminação no Brasil é reduzida apenas por origem de classe e não por raça. O recorte racial segundo o autor evidencia-se, sobretudo no acesso ao mercado de trabalho.

[...] era necessário criar mecanismos sociais que, em nome de uma desigualdade natural, permitam a acomodação dos negros a um sistema assimétrico de posições e privilégios. Desta forma, as práticas racistas após a abolição são ativadas pelas ameaças reais ou imaginárias feitas pelos negros à estrutura de privilégios sociais dos brancos. (HASENBALG, 1979, p. 79).

No caso brasileiro, as diferenças sociais e raciais ficam evidentes na divisão social do trabalho, de modo que a população negra ocupa historicamente os piores indicadores com relação à remuneração e acesso a bens e serviços. Hasenbalg (1979) complementa que a discriminação e o racismo tiveram novos arranjos na estrutura social, pois, ao desvalorizar os “não brancos” e preteri-los

de disputas, o grupo dominante branco, reproduz benefícios materiais e simbólicos para si.

Não vislumbrar na formação social do Brasil a combinação entre raça e classe é, de acordo com Santos (2015), desconsiderar a luta de classes, e reforçar a concepção de racismo como um fenômeno que se perde na história da humanidade, tratando-o de forma a-histórica.

Os autores apresentados que tratam da categoria raça têm por finalidade lançar os pressupostos para reflexão acerca da questão racial no âmbito do serviço social brasileiro. Por esse caminho, concordamos com o Professor Mauro Iasi, quando diz que "uma das ideias da dialética diz que na semente já está contida a árvore".

Para tratar de classe, tomaremos como perspectiva de diálogo e debate, as determinações dessa categoria no modo de produção capitalista. Montañó e Duriguetto (2014), na obra "Estado, Classe e Movimento Social", destacam, entre outras obras de Marx, o sentido de classe social, que para efeitos dessa pesquisa, nos interessa o que os autores destacam em Marx e Engels, no Manifesto Comunista, e n'O Dezoito Brumário. Em Marx, é possível compreender o processo de formatação da sociedade em classes, visto que,

“ a concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca de produtos, é a base de toda ordem social, de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição de produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz, e como produz e pelo modo de trocar os produtos”. (MARX, 1975, p. 44).

Santos (1983) resgata que o conceito de classe social não foi uma criação do marxismo. Entretanto, é partir do modo de produção capitalista que marca a modernidade que buscaremos apreender o que nos interessa para este estudo

que é, a saber, de que forma as classes sociais estão organizadas e quais interesses e representações as mesmas disputam.

As classes fundamentais, para Marx, são constituídas a partir dos antagonismos entre os produtores diretos da riqueza (escravos, servos e trabalhadores) e dos proprietários dos meios de produção (a terra, a indústria, as ferramentas, as máquinas, os recursos materiais). A modernidade marca para o autor, um determinado tipo de sociedade e o modo como a mesma se organiza. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2014).

Cumprir evidenciar certo zelo que Santos (1983) aborda ao tratar de estudos sobre classes na com base nas obras de Marx. O autor instrui que:

“Contudo, apesar da importância fundamental do conceito de classes sociais na obra de Marx, não há de receber o tratamento sistemático e rigoroso que deu a outros conceitos. Sua obra-prima, O Capital, ficou interrompida precisamente no capítulo em que começava a tratar das classes sociais. Além disso, em muitas obras anteriores, Marx empregava esse conceito, às vezes sem muito rigor, o que deu origem a uma série de confusões sobre seu verdadeiro sentido. Por fim, é preciso não esquecer que Marx, como todo pensador, desenvolveu este conceito, ao longo de suas investigações, o que implica que ele o foi sistematizado progressivamente”. (SANTOS, 1983, p. 08).

Apesar de Theotônio dos Santos nomear sua obra de Conceitos de Classes Sociais, ao longo da leitura é possível perceber que o autor não pretende desenvolver um conceito (fechado, imóvel) sobre classes, mesmo por que não estaria resguardando o movimento dialético da categoria classe social. Entretanto Santos (1983) buscou apresentar ao leitor caminhos, a partir da obra de Marx, de modo a identificar no modo de produção capitalista, a descrição e perspectivas em torno dessa categoria.

Os níveis de conceito de classe são tratados por Santos (1983) por meio das seguintes designações: modo de produção (primeiro nível), estrutura social (segundo nível), situação social (terceiro nível) e conjuntura (quarto nível). Respectivamente, o primeiro nível destaca a análise no modo de produção, onde as forças produtivas e as relações de produção assumem finalidades específicas de relação na história. Nessa perspectiva, a luta de classes é, nos termos de Santos (1983), um conceito chave para se compreender classes

sociais. Portanto sua relação com a descrição de classe social está intimamente relacionada à superação de uma determinada formação social.

No segundo nível, a estrutura social, diz respeito a como o modo de produção coloca situação sociais historicamente específicas de relação entre grupos diferentes. Santos (1983), cita como exemplo novos setores sociais como “aristocracia operária” e as “novas classes médias”. O terceiro nível, situação social. Neste nível, o autor trabalhar com valores socialmente dados, onde a estrutura de classe apresenta “... os interesses de classe de uma classe e seus interesses imediatos”. (SANTOS, p. 27, 1983).

Por último, a conjuntura! Ela dará o contorno de determinadas conjunturas ao estudar classes na perspectiva abordada por Santos (1983). Para o autor, considerar os aspectos fenomênicos (considerando no modo de produção capitalista), os ciclos, as crises e as contradições atribuem a este quarto nível um elemento criterioso que diz do movimento do capital.

Os níveis que caracterizam classe social na visão de Santos (1983) são relevantes no sentido de articulá-los com os elementos que compõem os conceitos e descrições relacionados à categoria raça. Tanto de modo de produção, estrutura social, situação social e conjuntura perpassam dialeticamente as determinações teóricas sobre raça. Tais níveis dão a descrição sobre raça a partir do modo de produção capitalista elementos historicizados que contribuem na identificação de suas determinações no contexto do Brasil Colônia até os dias atuais.

Mantendo-se atidos ao debate sobre classes sociais, Montaño e Duriguetto (2014) referenciam Marx, ao tratar como estas, no modo de produção capitalista, se constituem inicialmente na esfera produtiva, de modo que se formam em razão do papel que desempenham e o lugar que os sujeitos ocupam no processo produtivo. Assim, é pela função que os indivíduos passam a pertencer a uma classe social. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2014).

Segundo Montaño e Duriguetto (2014), estruturalmente, a formação de classes concentra-se em torno de duas concepções essenciais (burguesia e

proletariado), entretanto em Marx, a polarização social não elimina as diversas classes que tendem a se fundir em torno da burguesia e do proletariado.

“As pequenas classes intermediárias anteriores, os pequenos industriais e comerciantes, os rentistas, os artesão e os camponeses, todas essas classes engrossam as fileiras do proletariado, seja porque o seu pequeno capital não chega para o grande empreendimento industrial e sucumbe na concorrência com os capitalistas maiores, seja porque sua habilidade profissional é desvalorizada por novos métodos de produção. Assim, o proletariado se recruta em todas as classes da população”. (MARX; ENGELS, 1998, p. 14).

Na esteira da heterogeneidade das classes, existem três dimensões de um mesmo processo, que são: classe, consciência de classe e luta de classes. (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2014). Santos (1983, p. 30), descreve consciência de classe “... como a representação consciente possível de seus interesses num dado modo de produção”. E tal consciência nos termos de Montañó e Duriguetto (2014, p. 98) é determinada pela realidade social, “... e ela é condição para sua transformação. A objetividade (da realidade existente) e a subjetividades (dos sujeitos que delas fazem parte) unem-se num mesmo processo”. Isso nos permite refletir que a consciência de classe pode ter sentidos diversos para a classe trabalhadora considerando a realidade em que essa classe historicamente foi formada, bem como as condições em que os sujeitos que fazem parte dela estão inseridos.

No sentido de complementar o entendimento de consciência de classe, Montañó e Duriguetto (2014) discorrem que o processo de vivências dos sujeitos sobre determinada realidade social origina um tipo de consciência, entretanto esta pode se processar de variadas maneiras e níveis de acordo com a forma de inserção e apreensão na/da realidade, individualidade grupal ou humano-genérica.

Um dos aspectos de compreensão da consciência de classe diz respeito ao trabalho, e para este debate, trabalho, segundo a tradição marxista, na sua dimensão ontológica e histórica. Nos termos de Lukács (1979),

“Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha do ser meramente biológico ao ser social”. (LUKÁCS, 1979, p. 35).

De acordo com Lukács (1979) uma ontologia do “ser social”, ou seja, uma procura por determinações reais que singularizam o ser em sociedade, diz do momento em que o ser humano começou a realizar atividades racionalmente imbuídas de finalidade, e que não foram naturalmente estabelecidas. O trabalho também apresenta em sua essência nos termos de Lukács (1979), uma atividade teleológica, quando tratamos de classes social, visto que possui finalidades e condições racionalmente compreendidas, de se relacionar com a natureza e transformá-la. Nesse sentido, encontramos nas palavras de Montañó e Duriguetto (2014) citando Lukács, onde trabalho é considerado,

[...] como modelo de práxis social, caracteriza o salto ontológico o momento fundante, que peculiariza o ser social – trabalho, em articulação com a linguagem e a sociabilidade, caracteriza e é fundamento da gênese e da constituição do ser social – vejam que não falamos de momento “primeiro”, mas fundante, nem de “característica mais importante”, mas fundamento; trata-se de determinar o que peculiariza o ser social. (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2014, p. 80).

A palavra fundante, destacada propositalmente pelos autores diz da importância de não secundarizar ao trabalho a centralidade na ontologia do ser social, de modo que, combinado a outros elementos, como a linguagem e a sociabilidade remontam o princípio da formação do ser social.

Tal perspectiva compõe o pensamento sobre consciência de classe, no entanto, é importante considerar a vida cotidiana e a consciência social como elementos relevantes no que diz respeito à interlocução histórica necessária ao pensarmos a questão racial como categoria de expressão nessa pesquisa. Na lógica capitalista, como consciência e alienação se associam e assim buscar, na Ontologia de Lukács, o “... fundamento do gênero humano e daí desvelar o

caráter do racismo como alienação, para superar a ideia do homem e de sua história como mero desenvolvimento da espécie” (SILVA, 2012, p. 74).

Para pensar a existência do ser social, há que se ter como mediação a vida cotidiana. Essa colocação, segundo Lukács (1979) forma parte intrínseca da vida de homens e mulheres, de modo que sem ela é inevitável pensar a existência do ser social. Heller (1972) traz grande contribuição ao marxismo contemporâneo ao abordar o indivíduo como temática central de suas reflexões quando coloca que a vida cotidiana é heterogênea e composta por partes orgânicas, que ele chama de “*organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação*” (HELLER, 1972, p. 18). Tais elementos orgânicos da vida cotidiano, vão indicar segundo Heller (1972) um conteúdo hierárquico e que, portanto, se move e se modifica a partir de diferentes estruturas econômicas e sociais.

“ A vida cotidiana é a vida de todo inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda sua intensidade”.(HELLER, 1972, p. 17).

Nas últimas décadas, algumas tendências dos estudos no campo das ciências sociais e econômicas procuraram avançar diante dos possíveis reducionismos econômicos, numa tentativa de demonstrar as reais interferências dos problemas relacionados a gênero, raça, religião, entre outros, tinham múltiplas dimensões na vida cotidiana.

Segundo Maio (1997) historicamente criou-se intencionalmente no imaginário dos outros países que o Brasil se constituiria como uma referência exitosa de relações raciais. Anteriormente abordado neste estudo, autores como Freyre (2011) e Azevedo (1955, 1966) contribuíram com pesquisas que transmitiram ao mundo a noção de que a presença de grupos raciais distintos seria harmônica, ou seja, democracia racial, essa configuração com ausência de

interações conflituosas na sociedade era uma grande ganho para a sociedade brasileira.

Aqui retomamos a contribuição de Fernandes (1989) no sentido de contribuir para o desmantelamento do termo democracia racial, visto que o mesmo remonta a ideia de relação harmoniosa que não existiu no processo de escravização. Entretanto, ao tratar a interação entre raça e classe, Fernandes (1989), acreditava que a primeira seria resolvida pela segunda, à medida que as classes fossem abolidas. O autor coloca o conhecido trecho, onde discorre que a,

[...] a ideia de raça e classe existe objetivamente e fornece uma via para transformar o mundo, para engendrar uma sociedade libertária e igualitária, sem raça e sem classe, sem dominação de raça e sem dominação de classe. O nosso debate e o fim do nosso movimento é este. No Brasil não se pode proclamar simplesmente: "proletários de todo o mundo, uni-vos". A nossa bandeira não arca com as contingências do nosso eurocentrismo inerente ao nosso capital industrial emergente. Ela se confronta com o sistema de poder mundial financeiro e oligopolista (ou monopolista). E que nos dita: proletários de todas as raças do mundo, uni-vos. A consequência é a mesma, eliminar a classe como meio de exploração do trabalho e de preservação de desigualdades e iniquidades que ela determina inclusive as raciais. Isso significa em nossa sociedade, proletários, negros e brancos, uni-vos para forjar a sua sociedade, não a dos capitalistas. (FERNANDES, 1989, p. 12).

E importante salientar que para efeitos deste estudo, que classe precisa ser expressa enquanto totalidade, pois, ao fazer esse exercício imprescindível, a categoria raça não fica secundarizada. Nesse sentido, é possível fazer um contraponto a Fernandes, nos termo de Almeida (2015), por meio do entendimento que:

[...] o racismo não deve ser tratado como uma questão lateral, que pode ser dissolvida na concepção de classes, até porque uma noção de 'classe' que desconsidera o modo com que essa mesma 'classe' se expressa enquanto relação social objetiva torna o conceito uma abstração vazia de conteúdo histórico. (ALMEIDA, 2015, p.749),

Santos (2018) faz uma interessante exposição, onde se destaca a maneira como as diversas análises brasileiras não consideraram as determinações centrais da relação dialética entre raça e classe. Considerar as determinações históricas com relação à raça é compreender que como raiz dessas

determinações está o racismo como componente estruturante, indicando o lugar de negros/as na sociedade. Nesse sentido Guimarães (1998) defende que o:

"desafio mais crítico para aqueles que lutam contra o racismo no Brasil está justamente em convencer a opinião pública do caráter sistemático e não-casual destas desigualdades; mostrar a sua reprodução cotidiana através de empresas públicas e privadas, através de instituições da ordem pública como a polícia e os sistemas judiciário e correccional; através das instituições educacionais de saúde pública. assim pode-se esperar levantar o véu centenário que encobre as dicotomias elite/povo, branco/negro na sociedade brasileira". (GUIMARÃES, 1998, p. 43).

Nesse sentido, abordar os elementos constitutivos da coexistência de raça e classe precisa ser conduzido de forma dialética, porque ambos se estabelecem numa condição concomitante a exploração capitalista, sendo este um modo fulcral para constituir a dominação europeia sobre outros povos e continentes. (SANTOS 2015).

Diante disso, raça e classe no contexto brasileiro evidenciam para a classe trabalhadora não apenas a exploração peculiar ao modo de produção capitalista (PEREIRA, SAMPAIO, 2018). Essa relação fomenta o processo de subalternização, que possui suas raízes na escravização e racismo no Brasil. De acordo com as autoras,

[...] o capitalismo no Brasil constituiu o racismo como poderoso veículo de fratura na classe trabalhadora. Essa fratura funciona duplamente, isto é, serve para criar formas de opressão que maximizam a exploração e, tragicamente, para produzir uma desconfiança o interior da própria classe trabalhadora, ou seja, através da produção do medo no seu próprio interior, entre seus próprios pares, fragiliza-a politicamente enquanto sujeito capaz de promover a revolução. (PEREIRA; SAMPAIO, 2018, p. 444).

Entretanto no Brasil houve estudos e autores que defendem a predominância de classe em relação à raça. Nas palavras de Silva (2000)

"Pierson, em seu estudo sobre relações raciais na Bahia, salienta a diferença entre as relações raciais no Brasil e aquelas dos Estados Unidos. Para ele, na sociedade brasileira predominava certa cordialidade entre os brancos e os negros, sendo que as distâncias sociais entre os dois grupos fundamentavam-se, sobretudo, numa questão de classe e não de raça. A posição social inferior do negro era justificada pela recente passagem de uma conjuntura de

escravidão para a liberdade. Portanto, necessitava de mais tempo para que as desigualdades fossem resolvidas. Mas a responsabilidade em superar a condição inferior dependia, segundo Pierson, da própria habilidade do negro. Se ele fosse capaz sairia daquela realidade, que o segregava também espacialmente". (SILVA, 2013, p. 111).

Tal perspectiva é visível hodiernamente, de modo que delega/responsabiliza os sujeitos pelos processos de mudança, com base no discurso de inexistência de dívida histórica e reparação a população negra. Do mesmo modo, Azevedo (1966), coloca que os casamentos inter-raciais a época eram uma possibilidade de reduzir distâncias sociais, demonstrando também que o preconceito de cor era dirimido nas relações matrimoniais entre brancos/as e negros/as.

"Como o conceito de 'cor' envolve elementos antropofísicos e sociais e as relações raciais são carregadas de notas de classe, toda a união heterocrônica consiste em um simultâneo rompimento de preconceito de 'cor' e das distinções e distâncias sociais derivadas da posição e da consciência de classe." (AZEVEDO, 1966, p.8).

Entretanto é em Ianni (1978) que a análise que não sobrepõe classe a raça que sobressalta as disparidades existentes entre trabalhadores/as negros/as e trabalhadores/as brancos/as. Para o autor, o/a negro/a está em desvantagem, pois o processo de dominação e poder colocado pelo racismo, o desfavorece tanto em relação à raça, como em relação a classe.

"O negro toma consciência de sua dupla alienação: como negro e como membro de classe. Nesse sentido, para reduzir ou eliminar as condições de alienação, da sua condição duplamente subalterna, o negro é levado a pôr-se diante de si mesmo e do branco como membro de outra raça e membro de outra classe. Enquanto membro de classe está mesclado com membros de outras raças e precisa lutar a partir dessa condição. Nesse contexto, raça e classe subsunem-se recíproca e continuamente, tornando mais complexa a consciência e prática políticas do negro". (IANNI, 1978, p. 80).

Para efeitos dessa pesquisa, entendemos que a categoria raça, e, portanto a questão racial, não deva ser secundarizada, um apêndice. Concordamos com Ianni (1978) que a imbricação entre classe e raça evidencia no Brasil, que o racismo continua operando na vida de negros/as que superam a condição de pobreza, mesmo sendo classe trabalhadora, e se acentua de forma perversa onde as condições objetivas e subjetivas de vida são mínimas e inexistentes.

### 1.3. CAPITAL(RAC)ISMO: UMA PARCERIA DE LONGA DATA

Racismo e capitalismo são faces de uma mesma moeda. Alimentam-se de suas potencialidades destrutivas para se fortalecerem. Entende-se, dessa forma, porque a luta pela construção da identidade étnico-racial e contra o racismo é fundamental para o combate à exploração capitalista e para unificar a lutas do/as trabalhadores/as brasileiro (a)s. Williams (2012, p. 34): “A escravidão não nasceu do racismo: pelo contrário, o racismo foi consequência da escravidão”.

Giralda Seyferth (1993) discorre de forma detalhada as teorias racialistas que influenciaram o Brasil entre os séculos XIX e XX, e demarca como era a associação entre a caracterização racista dos estereótipos, sobretudo de negros, índios e mestiços com a necessidade de branqueamento da população brasileira, numa espécie de remissão de uma identidade nacional. A autora coloca que:

“ o uso sistemático de estereótipos e a associação entre raça e ocupação neste discurso racista, na verdade, serve para dividir e localizar os indivíduos na sociedade — já que o princípio que rege as classificações sociais é o da desigualdade biológica e cultural entre os diferentes grupos humanos refletida, em última instância, na estratificação social. Numa divisão maniqueísta da sociedade, existe um lugar para cada raça e para os mestiços (que não têm raça alguma): aos negros, o trabalho braçal (de preferência na condição de escravos, como queria Oliveira Vianna); aos brancos, o poder político e econômico, o poder "civilizatório"; aos índios, a selva e o extermínio; aos mestiços, o papel de ralé, da qual emergem os eleitos produzidos pela dosagem certa de "sangue inferior", destinados ao sucesso nas artes, literatura, oratória, e outras "qualidades" associadas à inteligência. (SEYFERTH, 1993, p. 190).

A primeira leitura que tivemos contato que unia racismo e capitalismo, com mediações oportunas, inclusive a luz do arcabouço teórico-metodológico Serviço Social, refere-se ao artigo da Franciane Cristina de Menezes. De maneira perspicaz e assertiva Menezes (2013), lança-se a investigar “... qual a funcionalidade do racismo na estrutura de exploração capitalista do Brasil contemporâneo”. (MENEZES, 2010, p. 16).

Com inspiração em Menezes (2014), buscaremos apresentar elementos que interligam o racismo ao capitalismo de maneira sistematizada. Nas seções interiores, tratamos aspectos gerais da questão racial no modo de produção capitalista, leituras e percepções acerca da categoria raça e classe. Para este momento, nosso objetivo é demonstrar na realidade brasileira, as feições do racismo, considerando que o capitalismo submeteu os povos dominados a um modo de produção determinado pelos dominadores.

A escravização ocorrida de corpos negros no Brasil, tratada nesta pesquisa, nos revela como essa expropriação e espoliação foi relevante para o processo de acumulação primitiva de capital na fase industrial do capitalismo na Inglaterra. (IANNI, 1978). Entretanto, no movimento da história, esse mesmo modo de expropriação de mão de obra escravizada, passou a não responder aos interesses do avanço do capital, referindo-se especificamente aqui ao processo de abolição. A necessidade de ampliar o mercado consumidor por parte da Inglaterra foi primordial para o Brasil estabelecer a proibição do tráfico de negros/as escravizados de África. (MENEZES, 2013). A autora retoma que:

[...] o pleno desenvolvimento das forças produtivas na Grã-Bretanha resultou na instalação e aprofundamento das formas primitivas de exploração da mão de obra (escravização de africanos) na periferia do mundo naquela época (incluindo o Brasil). Ou seja, a busca pelo progresso britânico e a conseqüente necessidade de desenvolvimento de suas forças produtivas subsidiaram a foram credoras de um modo de produção no Brasil, voltado a exportação de matérias-primas, cuja força de trabalho foi submetida a penas perpétuas e também hereditárias em regime de escravização. Existia, portanto, uma relação de reciprocidade e complementaridade entre o desenvolvimento da metrópole e o atraso da colônia. (MENEZES, 2013, p. 23).

Fica evidente que desenvolvimento da metrópole significava o soterramento da colônia, seja nas condições objetivas e subjetivas da vida. O Brasil pós-abolição dispôs de uma formatação de mecanismos racialistas e de perduração da herança escravista de modo que o/a negro/a ficou com condições insuficientes para dar prosseguimento a outro tipo de modo de vida que não fosse mediante as relações servis.

Menezes (2013) aponta que a desqualificação dos aspectos subjetivos e difusos do racismo constituem-se como empecilho (e não propriamente um impedimento) para organização de ações articuladas por parte da população negra. A existência do racismo enquanto “uma prática”, nos termos da autora, contribui para que se mistifique e identifique seus autores.

Tal apontamento de Menezes abre caminhos para se apropriar da perspectiva do pesquisador Silvio de Almeida, que não legitima esse caráter individualizado e pessoal do racismo, mas que considera que “... o racismo não é um ato ou um conjunto de atos e tampouco se resume a um fenômeno restrito às práticas institucionais; é, sobretudo, um processo histórico e político em que as condições de subalternidade ou de privilégio de sujeitos racializados é estruturalmente reproduzida”. (ALMEIDA, 2018, p.20).

A contribuição de Almeida (2018) é relevante em apontar que racismo é um fenômeno que precisa ser historicizado, possuindo raízes profundas na fundação da sociedade moderna, sobretudo considerando o Brasil. O autor avança no sentido de caracterizar o racismo como elemento estruturante e estrutural na produção e reprodução das relações sociais.

Nos termos de Menezes (2010), o racismo é estruturante e estrutural em virtude da questão racial está intimamente relacionada à dominação e exploração histórica do capital. A autora adensa o debate no sentido de problematizar que abolir a divisão de classes não resultará na superação das desigualdades sociais.

Florestam Fernandes (1989) no mesmo sentido complementa que “... existem duas polaridades que não se contrapõem, mas se interpenetram como elementos explosivos – a classe e a raça”. (FERNANDES, 1989, p.61). Como isso o sociólogo diz que uma não se esgota na outra e não se contrapõe a outra.

Na discussão da funcionalidade do racismo para o capitalismo, Menezes (2010) ainda acrescentar a pluralidade da classe trabalhadora, no sentido dessa ser heterogênea e multicromática, acrescentando ainda que é preciso também captar suas especificidades e particularidades. A autora destaca o

debate que é interessante e funcional ao capitalismo hierarquizar os/as trabalhadores/as por características raciais/ negroides. Tal estratégia nos termos de Menezes (2013);

[...] possibilita que, no processo de exploração do capital sobre o trabalho, os trabalhadores não se identifiquem entre si nem se reconheçam como igualmente explorados e oprimidos (sob estratégias diferentes), e ideologicamente passem a avalizar sua própria exploração. (MENEZES, 2013, p. 49).

O racismo é pertinente ao modo de produção capitalista, pois auxilia no arcabouço ideológico das classes dominantes, produzindo um efeito de discriminação no interior da classe trabalhadora, como aponta Menezes (2013). Nesse sentido, o capitalismo também hierarquiza os trabalhadores por fenótipos raciais. Para a autora, o racismo também é funcional a capitalismo não somente para o capitalista, mas para parcela da classe trabalhadora em virtude da hierarquização das relações no trabalho.

Nesse sentido, Menezes coloca que:

“no processo de exploração do capital sobre o trabalho, os trabalhadores não se identificam entre si nem se reconheçam como igualmente explorados e oprimidos (sob estratégias diferentes), e ideologicamente passem a avalizar sua própria exploração. É por esta razão que discordamos, ao analisar a situação enfrentada pela população negra no Brasil, da armação de que o capitalista seria o único beneficiado pelo racismo existente no país”.(MENEZES, 2013, p. 49).

Sendo assim, concordamos que o racismo possui funcionalidades difusas no capitalismo, visto o acirramento das violações para a classe trabalhadora e, sobretudo os trabalhadores negros, que são expropriados e espoliados na sua condição de proletário e racial. A compreensão do racismo como instrumento de dominação do modo de produção capitalista, será para esta pesquisa, uma conexão e entendimento para a reflexão do racismo institucional, do enfrentamento do racismo no campo da política de assistência social e os rebatimentos na intervenção dos assistentes sociais.

O racismo é uma ideologia, desde que se considere que toda ideologia só pode substituir se estiver ancorada em práticas sociais concretas. (ALMEIDA, 2019, p.67). Segundo Silvio de Almeida (2019), o que está por trás das práticas discriminatórias por onde o racismo se materializa é colocado pela ideologia, que dizer, pela forma como o imaginário que é construído e reforçado nos meios de comunicação, pelo sistema educacional e pelo sistema de justiça agindo conjuntamente com a realidade.

É preciso superar frases e expressões que identificam no racismo um problema de falta de inteligência ou ignorância, pensamento comum, por exemplo, em operadores de políticas públicas. A permanência do racismo exige, em primeiro lugar, a criação e recriação de um imaginário social em que determinadas características biológicas ou práticas culturais sejam associadas à raça, em segundo lugar, que a desigualdade social seja naturalmente atribuída à identidade racial dos indivíduos ou, de outro modo, que a sociedade se torne indiferente ao modo com que determinados grupos raciais detêm privilégios. (ALMEIDA, 2019, p.74).

No Brasil, a negação do racismo e a ideologia da democracia racial sustentam-se pelo discurso da meritocracia. Se não há racismo, a culpa pela própria condição é das pessoas negras. Em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avaliza a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal. No contexto brasileiro, o discurso da meritocracia é altamente racista, uma vez que, promove a conformação biológica dos indivíduos à desigualdade racial. (ALMEIDA, 2019, p.82).

## **2. A MORALIZAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL E O DEBATE DA QUESTÃO RACIAL NA HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL COMBINADO A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

*Brasil, meu nego  
Deixa eu te contar  
A história que a história não conta  
O avesso do mesmo lugar  
Na luta é que a gente se encontra  
Samba Enredo da Mangueira 2019*

A moralização da questão social escamoteou o debate da questão racial estabelecendo um caráter de controle e repressão sobre a classe trabalhadora em diferentes tempos históricos, que certamente rebete em práticas profissionais na história do serviço social, em especial, nas vertentes conservadoras de suas origens e desenvolvimento, considerando como especificidade a política de assistência social.

No capítulo anterior, percorremos os diversos elementos que compõem a questão racial no Brasil, uma vez que esta possui diversas perspectivas que vão desde a transformação de corpos negros/as em mercadoria no escravismo até a condição de trabalhadores/as (tendo seu trabalho como mercadoria), tudo isso levando em consideração os inúmeros movimentos de luta e resistência, concretizando revoltas, levantes e organização quilombola como estratégias de busca de liberdade por parte do povo negro no Brasil.

Neste capítulo, por sua vez, teremos por objetivo discutir os aspectos moralizantes em torno da questão social, de modo a evidenciar como os elementos morais, elitistas e religiosos afastaram a compreensão da questão racial como categoria fundante no modo de produção capitalista e, sobretudo de como esta é inerente ao debate da questão social e suas expressões, considerando a particularidade brasileira no movimento da totalidade histórica. A partir da reflexão de tais elementos, buscaremos lançar bases para compreender como a questão racial se entrelaça à política de assistência social e ao serviço social, por meio de mecanismos que, via de regra, reproduzem o racismo institucional, evocando o uso da força e da violência de Estado em

direção a esta população, ampliando as formas de ajustes, repressão e controle da população negra.

## **2.1. MORALIZAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL E A QUESTÃO RACIAL**

A questão social nos “termos de Netto (2006, p.45), “*é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo*”, logo ela era apenas compreendida na relação contraditória entre capital/ trabalho, ou seja, na exploração do capital sobre a classe trabalhadora.

Ao falar da gênese da questão social na obra *Relações Social e Serviço Social no Brasil*, Iamamoto e Carvalho (2006) inicia o texto com uma importante afirmação que situa um dos elementos da questão racial. A saber: “... a *“questão social”, seu aparecimento, diz respeito diretamente a generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente*” (IAMAMOTO, CARVALHO 2006, p.125).

Ora, inserir na mesma oração *trabalho livre e escravidão* no contexto da gênese da questão social, considerando a realidade brasileira, é apontar dois componentes de classificação e hierarquização de raças, onde o modo escravista “libertou” o/a negro/a, porém não o inseriu nas mesmas condições que os trabalhadores não negros, no trabalho livre. E essa falta de inserção foi organizada, com medidas intencionais por parte das elites tradicionais, de modo que os/as escravizados/as são nesse momento os pauperizados do passado recente nos marcos de uma sociedade burguesa, na mesma medida em que também são os tornados indesejáveis para o novo Brasil que precisava ser construído.

Junto à questão social, as determinações da Lei de Acumulação Capitalista deu forma e intensificou o processo de exploração da classe trabalhadora, visto que a combinação destas, “*condena à ociosidade socialmente forçadas amplos contingentes de trabalhadores aptos ao trabalho e impedidos de trabalhar, mais além dos incapacitados para a atividade produtiva*” (IAMAMOTO, CARVALHO 2006, p. 11).

A sobrevivência do trabalhador e a sua manutenção, condicionadas à venda da força de trabalho dominada pelo capital em plena expansão, fez com que este se submetesse à exploração desenfreada do capital, como apresentado por Iamamoto e Carvalho (2006). A desmedida exploração que o trabalhador é exposto promove também uma ofensiva do proletariado, que é entendida pela burguesia como um risco aos “...seus mais sagrados valores, a *“moral, a religião e a ordem pública”*”.

A partir deste elemento ideológico, a venda e compra da força de trabalho enquanto mercadoria, ou seja, na condição de exploração, necessitaria para lograr êxito, de ações de regulação e de controle social. Iamamoto e Carvalho (2006) desbravam em seu texto apoiados em Marx, como o Estado foi o regulamentador jurídico das relações de mercado, onde este se alia às frações da classe dominante e a Igreja, no intuito de exercer controle mediante aos levantes que surgiam organizados pelo proletariado.

Para compor a finalidade deste capítulo, destaco do texto de Iamamoto a *moral, a religião e a ordem pública*, aspectos apresentados como sagrados à burguesia nacional, como fatores que imprimiram uma marca conservadora em torno da questão social, que por sua vez, culminou no processo de camuflagem da questão racial como uma questão estruturante nas relações sociais e na reprodução dessas relações (IAMAMOTO, CARVALHO, 2006).

Ao tratar dos valores morais defendidos pelas classes dominantes no que se refere à questão social, é preciso recuperar a forte influência do movimento eugenista no Brasil. Góes (2015), apresenta exitosamente os fundamentos do pensamento eugenista nos países de sociedade industrial, destacando a figura de Francis Galton<sup>10</sup>, que no final do século XIX difundia a ideia de que o comportamento dos indivíduos estava intimamente ligado às questões biológicas.

---

<sup>10</sup> A obra de Weber Lopes Góes apresenta Francis Galton como o precursor da ciência eugênica, de modo que ele pavimentou o pensamento das elites a encontrar alternativas de melhoramento de grupos populacionais que apresentavam características atribuídas por ele como “...não degenerados e degenerados; os bem-sucedidos, os limpos e puros e os sujos e impuros”. Para a sociedade se desenvolver, era necessário extirpar os grupos indesejáveis.

De acordo com Galton (1984), citado por Góes (2015, p. 36), eugenia quer dizer “*em grego eugenes, ou seja, de boa raça, dotado hereditariamente de nobres cuidados*”.. Segundo a pesquisa de Góes (2015), tal conceito é imbuído de uma série de elementos que vão ecoar como base de sustentação do movimento eugenista em vários países, e sobretudo, no Brasil.

O movimento eugenista para classificar seres humanos como de *boa raça*, precisou apontar também quem não eram os de *boa raça*. Essa chave de compreensão é relevante no sentido de entender que as intencionalidades dos estudos eugênicos se constituíam numa alternativa para extinguir da sociedade aqueles sujeitos que moralmente apresentavam comportamentos que não eram considerados honrosos num determinado meio, a exemplo dos chamados delinquentes e prostitutas. (GÓES, 2015).

Considerando a formação social e histórica do Brasil, é possível atribuir rostos e perfis daqueles/as que tinham suas histórias perpassadas pela questão social e suas múltiplas expressões. O pensamento eugênico funcionou como uma espécie de indicador para atribuir os que não eram e não eram de *boa raça*, levando em consideração os aspectos do debate racalista já apontados no capítulo anterior.

Na realidade brasileira, Góes (2015) destaca que a partir do advento de uma sociedade industrial no país, as elites locais buscaram garantir mecanismos, com bases científicas, para o enfrentamento da chamada “questão social”. Portanto designar quem eram os que não deveriam vender sua força de trabalho no modo de produção capitalista, em um país de forte herança colonial, possuiu especificidades com relação aos países centrais capitalistas. Além disso, no contexto brasileiro, a racialização de pessoas negras operando concomitantemente ao conceito e práticas eugenistas operou um conjunto de opressões para diversos grupos a partir da virada do século XIX para o século XX.

Quando se menciona *racialização de pessoas negras*, consideramos aqui, nos termos de Carneiro (2015, p. 63), “o fenômeno historicamente construído ou destruído” a respeito da identidade étnica e racial dos sujeitos. Que dizer, a classificação e hierarquização de pessoas negras é realizado para dominar,

para subjugar, e mais, para designar quem vive e quem morre nessa sociedade.

A moral burguesa conservadora presente nas elites precisava construir para o século XX um país onde o/a negro/a não podia estar! Tal projeto, ancorado no objetivo de produzir grupos limpos para idealizar um tipo de trabalhador, atribuiu ao/a negro/a recém “liberto/a” a indolência, a criminalidade, a prostituição e tantas outras justificativas que colocavam a eugenia e o racismo como mão e luva.

No Brasil da primeira República, destacam-se entre os defensores do pensamento eugênico a classe médica da época. Segundo Góes (2015), tais profissionais influenciados por Galton entre os anos de 1910 e 1920, tinham o entendimento de que as doenças e a pobreza poderiam ser enfrentadas com medidas e ações de cunho eugenista. Os conceitos de eugenia e raça são importantes mediações para olharmos a questão racial como categoria fundante e estruturante para o entendimento da questão social na especificidade brasileira.

Outro elemento literalmente sagrado à burguesia nacional que buscaremos refletir nesse capítulo, diz respeito à religião cristã e católica (branca e europeizada), instrumento por meio do qual as frações de classe dominante incidiam sobre as ações realizadas aos considerados desvalidos (GOES, 2015).

Sobre isso, Iamamoto (2006) em sua obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* nos ajuda a compreender como a Igreja Católica, por meio de sua doutrina social, buscou recuperar sua influência no país, visto que “*a religião católica perdeu sua ampla hegemonia enquanto concepção de mundo das classes dominantes*”. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2006, p. 114). A autora descreve como a chamada “reação católica<sup>11</sup>” se estabeleceu justamente para

---

<sup>11</sup> Iamamoto (2006) resgata que o objetivo de recatolização da nação e a perspectiva de que a Igreja Católica assumisse a questão social foi preconizado pelas diretrizes do Papa Leão XIII, e defendidas por diversas pastorais pelo Brasil. Tal movimento, também reivindicava que o Estado brasileiro legitimasse juridicamente o acesso da Igreja aos cofres públicos para que o regime republicano compartilhasse com a igreja parcela de sua soberania por meio da criação e fortalecimento de “*universidades católicas, jornais católicos, eleitorado católico organizado,*

recuperar as vantagens e lugar de destaque que havia no Brasil Império e que se reconfigurou no Brasil República, uma vez que a partir da década de 1930 a correlação de forças fruto da,

Indefinição de um bloco hegemônico, a bipolarização dos setores mais dinâmicos da pequena-burguesia e a reemergência do proletariado através da retomada, com maior intensidade, dos movimentos reivindicatórios e de uma estratégia política, criam as condições para que a Igreja seja chamada a intervir na dinâmica social de forma mais ampla. A hierarquia, explorando a fundo a nova situação conjuntural, quando no período de 1931-1935 a mobilização do laicado atingirá seu ponto mais alto, alcançará consolidar e recuperar seus privilégios, definir e legitimar suas posições na sociedade civil dentro de uma composição com o novo bloco dominante. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2006, p. 147).

A intervenção da Igreja na dinâmica social é tratada com ricas elaborações por Iamamoto (2006), mas para efeito da reflexão que objetivamos aqui, destacaremos o aspecto social da Igreja e sua tendência em atuar junto às obras de assistência por meio de uma perspectiva moral, visto que tal ponto de vista foi funcional a forma como o modo de produção capitalista estava configurado a época. O movimento católico estava político e ideologicamente comprometido com a natureza elitista, autoritária e fortemente corporativista, reproduzindo inclusive a essência de instituições que flertavam com o fascismo nacional, e Iamamoto e Carvalho (2006) evidenciam que o alto clero brasileiro simpatizava-se pelo fascismo europeu, na defesa da trindade “Deus, Pátria e Família<sup>12</sup>”, de modo que este apresentava forte recusa ao comunismo e a garantia da “família e da propriedade” como valores a serem defendidos. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2006). Não perdendo de vista a totalidade dos fenômenos, a moralização e banalização dos considerados “indesejáveis da sociedade” alimentaram-se da influência de teorias eugênicas, do forte movimento reacionário, e, nos termos de Iamamoto e Carvalho (2006) do espírito comunitário e caritativo. Esses elementos nos apontam que a

---

*ação social católica etc.*”. (IAMAMOTO, 2006, p. 143). E ao findar nos anos de 1920 era cada vez mais presente a relação entre Igreja e Estado.

<sup>12</sup> “Deus, Pátria e Família” no contexto da obra de Marilda Iamamoto nos remonta a dialogar com o nosso tempo, com a onda conservadora e o flerte da política atual brasileira com tais ideias, que recupera práticas patrimonialistas, assistencialistas e moralistas. A historicidade, categoria imprescindível no método crítico dialético contribui no sentido de perceber o movimento de luta da classe trabalhadora, da ofensiva do capital sobre o modo de controle e repressão da classe trabalhadora e de como tais violências se reconfiguram historicamente, até mesmo por meio da tônica das políticas sociais.

intervenção católica na questão social daquele contexto de produção e reprodução das relações sociais tinha por objetivo fomentar o apoio das classes oprimidas ao modelo exploração ora estabelecido.

Como exemplo do que estamos tratando, a dominação e o controle imbricados aos mecanismos racistas de manipulação operados pela religião cristã, europeia e branca, fez com que a “*a agressão espiritual que era submetida a população africana, a começar pelo batismo ao qual o escravo estava sujeito nos portos africanos de embarque ou nos portos brasileiros de desembarque* (NASCIMENTO, 2016, p.123)”. A doutrina cristã que apoiou a violência da escravidão no Brasil é a mesma que vai moralizar a condição da população negra no Brasil.

Quando situamos a influência da religião (cristã) como valor sagrado às classes dominantes no contexto da década de 1930, e a sua funcionalidade em moralizar a questão social no Brasil, não buscamos reforçar uma visão maniqueísta e ausente de contradições, pelo contrário, buscamos recuperar a ideia colocada por estas influências, de responsabilização individual do/a negro/a e atribuição a estes sujeitos da suposta culpa por sua condição desfavorável numa sociedade que estava em pleno processo de industrialização.

Um terceiro elemento apontado por Yamamoto (2006) diz respeito à *ordem pública*, que trataremos aqui partindo das medidas implementadas pelo Estado no sentido de conter os/as negros/as, situando especificamente no contexto de eclosão da questão social no Brasil.

Na obra *A Integração no negro na sociedade de classes*, Florestan Fernandes (2008) problematiza a situação da população negra e a difícil adaptabilidade aos moldes da sociedade de trabalho livre, além de desmistificar o caráter harmonioso da escravidão no Brasil. Fernandes coloca que:

“A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los

para o novo regime de organização da vida e do trabalho. (...) Essas facetas da situação (...) imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel”. (FERNANDES, 2008, p.29).

As primeiras décadas pós-abolição geraram uma multidão de “indesejados”. A descrição do historiador Luiz Edmundo (1938), em seu livro *O Rio de Janeiro do meu tempo*, ajuda a compreender a condição das moradias e vielas empobrecidas no morro de Santo Antônio, evidenciando um pouco da cartografia humana da então capital:

Por elas vivem mendigos, os autênticos, quando não se vão instalar pelas hospedarias da rua da Misericórdia, capoeiras, malandros, vagabundos de toda sorte: mulheres sem arrimo de parentes, velhos que já não podem mais trabalhar, crianças, enjeitados em meio a gente válida, porém o que é pior, sem ajuda de trabalho, verdadeiros desprezados da sorte, esquecidos de Deus...(...) No morro, os sem trabalho surgem a cada canto. (EDMUNDO, 1938, p.147).

Todos estes segmentos caracterizados pelo escritor eram os que comprometiam a ordem pública na concepção das classes dominantes, e conseqüentemente do Estado. E semelhante ao tempo que construímos essa pesquisa no que tange aos dados da população negra no Brasil, a biblioteca online do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) apresenta dados do primeiro levantamento populacional realizado por D. Pedro I no ano de 1892, que aponta que no fim do século XIX, 58% dos residentes no país se declaravam pardos ou pretos, contra 38% que se diziam brancos. (IBGE, 2019).

O quantitativo de pessoas negras no país, como apresentamos no primeiro capítulo dessa pesquisa, era considerado uma ameaça, visto os levantes e movimentos de resistência frente à violência do processo de escravização. E umas das respostas das classes dominantes a manutenção da ordem pública na lógica moral burguesa, diz respeito ao processo de criminalização de negros/as, alcançando as diversas dimensões da vida cotidiana dessa população.

Outro aspecto relacionado à manutenção da ordem pública, e que, portanto, diz respeito à moralização da questão social, está situada entre os anos de 1937 a 1945 do governo Getúlio Vargas, onde o Brasil instituiu a chamada Lei da Vadiagem, mais precisamente no ano de 1941. E exatamente na década de 1940, completavam-se aproximadamente 50 anos da abolição da escravidão no país, e uma grande massa de pessoas negras fazia parte da primeira geração do pós-abolição. (MARINGONI, 2011).

Neste contexto o Brasil instituiu a Lei de Contravenções Penais, estabelecida por decreto em 03 de outubro de 1941. A definição de vadiagem e a sua punição estão previstas num artigo que faz parte do capítulo VII da lei, que tem o sugestivo título “Das contravenções relativas à polícia de costumes”. No artigo 59, a lei considera vadiagem “entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita”. A pessoa classificada como vadia poderia ser levada à prisão simples, com pena de 15 dias até três meses. (MARINGONI, 2011).

O que ocorrera no Brasil sob a égide da Lei da Vadiagem, tinha por fundamentação a pobreza como fracasso e responsabilidade pessoal, e que essa lógica (moralizante) entrelaçada às teorias eugenistas e racialistas, estigmatiza e identificava nas pessoas negras e indígenas a falha, a precariedade e incapacidade à dignidade e a sobrevivência.

A partir do apanhado que combina moral, religião e ordem pública como mediações importantes na compreensão da moralização da questão social no Brasil, identificamos que tais elementos se ancoravam em estruturas racistas que mascaravam no âmago da questão social, a questão racial como uma questão fundante e estruturante do conjunto das relações sociais na sociedade capitalista. MARTINS e SILVA (2020) nos ajudam na compreensão da questão étnico-racial, que precisa ser considerada,

“como fundante na compreensão da “questão social” brasileira. Tal posicionamento se sustenta nas determinações da nossa formação social impressa nos processos de colonização, escravidão, constituição do capitalismo e formação da burguesia nacional” (MARTINS e SILVA, 2020, p. 140).

A moralização da questão social sem uma leitura crítica, não localiza na questão racial a sua composição e esvazia de historicidade a questão social no contexto brasileiro. A moralidade burguesa que imprime valores conservadores, combinada a influência da Igreja Católica (por meio das obras sociais), e associada à violenta criminalização da população negra impedida de vender sua força de trabalho nas mesmas condições que as pessoas brancas, mascaram o entendimento da questão racial como parte intrínseca e estruturante da questão social.

Para compreender o racismo estrutural e, portanto, a questão racial como fenômeno que sustentam a questão social no Brasil é importante considerar que o “*processo que constituiu as relações capitalistas no contexto brasileiro, foi o mesmo que forjou a questão étnico-racial*” (MARTINS e SILVA, 2020, p. 146). Podemos assim dizer que elas não estão em paralelo, podemos localizar na história que dialeticamente uma (questão social) contém estruturalmente a outra (questão racial). A compreensão dos pontos aqui apresentados objetivou não somente discutir a moralização da questão social, mas também lançar para a reflexão posterior a este trecho, um caminho de análise de como o serviço social e a política de assistência social no Brasil foram influenciados por tal concepção. No sentido de prosseguir, buscaremos apontar algumas evidências dessas influências de modo a concluir o objetivo deste capítulo, que é identificar como a moralização da questão social escamoteia o debate da questão racial no campo do serviço social e da Política de Assistência Social.

## 2.2. O CONSERVADORISMO COMO MATRIZ IDEOLÓGICA TANTO PARA O SERVIÇO SOCIAL QUANTO PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

A partir do que apresentamos na seção anterior buscaremos evidenciar a influência do pensamento conservador, sendo que esta perspectiva é comum ao serviço social e a política de assistência social no Brasil, principalmente para refletir a questão racial como mediadora entre os aspectos de controle e repressão.

Utilizamos a palavra *concepção*, pois queremos dar notoriedade ao seu significado de gerar, compreender, de idear, visto o objetivo que temos para este item. Sendo assim, dentre as concepções que atravessam o serviço social e a política de assistência social destacarei em particular o conservadorismo como uma concepção que se reconfigura de acordo com os avanços das forças produtivas na sociedade capitalista, uma vez que seus discursos e narrativas têm armadilhas e perigos que na aparência podem parecer inofensivos, mas que na sua essência recuperam o sentido das classes dominantes em não perderem seu lugar de privilégio e controle sobre a classe trabalhadora.

A ascensão da sociedade capitalista trouxe consigo uma série de reações por parte daqueles que se viram ameaçados com a eminência de uma nova forma de sociabilidade. A transição da sociedade feudal para uma sociedade de ordem burguesa foi permeada de preocupações e incertezas quanto aos privilégios e *status quo* que diversos grupos seriam submetidos a negociações e até mesmo perdas.

Robert Nisbet (1987) na obra *O Conservadorismo* realiza um primoroso apanhado filosófico e político do conservadorismo como fenômeno contextualizado a ordem burguesa, onde o autor apresenta o seu interesse essencial no conservadorismo moderno, abordando principalmente a tradição do pensamento de Edmund Burke<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Segundo Nisbet (1987), Edmund Burke constrói teoricamente a substância filosófica sobre o conservadorismo moderno, fruto de sua indignação à Revolução Francesa. Na obra de Burke, Nisbet (1987) destaca a defesa do autor na manutenção e importância do feudalismo e de

Nisbet (1987) buscou analisar o que ele nomeou de dogmática do conservadorismo, ou seja, *“as largas perspectivas, os critérios e propostas essenciais, e os impulsos intelectuais do conservadorismo desde que este conjunto de pensamento existe no Ocidente, há quase 200 anos”* (NISBET, 1987, p. 13). Segundo o autor, as perspectivas defendidas e estabelecidas no mundo ocidental após a Revolução Francesa retiraram a pertinência dos *“... direitos da Igreja, das classes sociais, da família, da propriedade, por um lado contra as reivindicações da teoria dos direitos naturais e do recente utilitarismo, e por contra o crescente estado nacional democrático”* (NISBET, 1987, p. 46).

Uma das contribuições que apresentamos da obra do Robert Nisbet trata da Religião e Moralidade como dogmas essenciais ao pensamento conservador no mundo moderno, Segundo o autor, entre as fundamentais ideologias políticas, *“... o conservadorismo é a única que atribui grande importância à igreja e à moralidade judeo-cristã”* (NISBET, 1987, p. 115). O fator institucional da religião que se entrelaça ao conservadorismo, visto que ela além de servir aos propósitos religiosos, serve também aos propósitos civis.

Tal perspectiva coloca-se também para o serviço social, quando considerando sua origem e desenvolvimento. É perante uma ameaça concreta aos fundamentos institucionais de uma sociedade que a ideologia conservadora desperta, reage e se define e isso atinge consideravelmente o serviço social enquanto profissão que tem a sua origem vinculada ao pensamento conservador (NETTO, 2011). Iamamoto (2004), ao resgatar as características do pensamento conservador buscou demonstrar como o mesmo influenciou um cenário para que o serviço social emergisse *“como uma atividade com bases mais doutrinárias do que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador”* (IAMAMOTO, 2004, p. 21).

Nesse sentido, Iamamoto (2004) destaca que o conservadorismo moderno se estabelece a partir de uma determinada situação histórico-social, a saber: o surgimento da sociedade de classes, e o lugar da burguesia nas relações de uma sociedade capitalista. A autora sintetiza uma afirmação que se apresenta

---

outras estruturas e instituições como a família patriarcal, a comunidade local, a Igreja, as associações e a região.

nos dias atuais como um desafio ao Serviço Social, bem como a política de assistência social,

A fonte de inspiração do pensamento conservador provém de um modo de vida no passado, que é resgatado e proposto como uma maneira de interpretar o presente e como conteúdo é um programa viável para a sociedade capitalista. (IAMAMOTO, 2004, p. 22)

Ora, se é um conteúdo viável a sociedade capitalista, não é viável a classe trabalhadora. Iamamoto (2004) reitera que o movimento conservador recupera compreensões antigas, travestidas de uma “nova” roupagem para que sejam obscurecidas, por meio dos interesses da classe dominante as contradições inerentes à sociedade capitalista. E nessa perspectiva, a autora nos ajuda a compreender que o pensamento conservador se atualiza do e (no) antigo, onde o passado se organiza e desfila “confortavelmente” pelo presente.

A obra de Iamamoto (2004) se atualiza hoje, sobretudo para os tempos em que nos debruçamos no ato de pesquisar, visto que o pensamento conservador, nos termos da autora não considera,

“princípios universalizantes e abstratos do pensamento dedutivo: seu pensamento tende a aderir a contornos imediatos da situação com que se defronta, valorizando os detalhes, os dados qualitativos, os casos particulares, detrimento da apreensão da estrutura da sociedade” (IAMAMOTO, 2004, p. 24).

E a apreensão da sociedade com suas determinações e contradições divergem do pensamento delimitado por contornos, e pelo reducionismo dos casos particulares preconizados pelo pensamento conservador. E isso se evidencia no contexto em que o serviço social emerge como profissão com influências “... *do pensamento conservador europeu, franco-belga, nos seus primórdios para a sociologia conservadora norte-americana, a partir dos anos 1940*” (IAMAMOTO, 2004, p. 26).

Os aspectos ideológicos do conservadorismo e sua reatualização que vem de um processo histórico também foram tratados por Barroco (2015). A autora destaca o *apelo à ordem* como uma ofensiva atual do ideário conservador e aponta o seu rebatimento no serviço social. Barro sintetiza que,

Em sua função ideológica, o conservadorismo reproduz um modo de ser fundado em valores historicamente preservados pela tradição e pelos costumes — no caso brasileiro —, um modo de ser mantido pelas nossas elites, com seu racismo, seu preconceito de classe, seu horror ao comunismo (BARROCO, 2015, p. 624).

Barroco (2015) também contextualiza que no contexto da crise mundial do capitalismo nos anos de 1970, houve uma associação de princípios econômicos do neoliberalismo, reatualizando o conservadorismo, agregando novos elementos e preservando sua maneira particular de compreender a realidade.

Dessa maneira, o neoconservadorismo coloca-se com veemência na defesa conservadora da sociabilidade capitalista, pautando o desmonte das políticas sociais e direitos sociais, onde o mercado deve se movimentar sem restrições e *“reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais* (BARROCO, 2015, p. 625). Nesse sentido, trazendo para os nossos tempos, é possível identificar na questão social e suas múltiplas expressões a forma o racismo aprofunda a vileza do neoliberalismo e do conservadorismo, que por sua vez ressurgem com força total como neoconservadorismo.

O ideário conservador é de imenso risco, sobretudo as famílias e indivíduos negros. É comum identificar nas narrativas de políticos, gestores e até mesmo de pretensos especialistas nas redes sociais que as questões que acometem as famílias ocasionando em fragilidades e rompimentos de vínculos dizem respeito a uma espécie de desagregação moral, ligadas as tradições e costumes. Nesse sentido, Barroco (2015) nos aponta que o apelo à ordem é por si só conservador,

Portanto, o apelo à ordem é duplamente conservador: primeiro, por evidenciar um dos valores fundamentais do (neo)conservadorismo; segundo, porque sua forma de objetivação é moralista, ou seja, moraliza as expressões da questão social, ao tratá-las como resultantes de “problemas” de ordem moral. Esse apelo moralista é facilitado pela reificação das relações sociais e pelo irracionalismo, contribuindo para o ocultamento de suas determinações socioeconômicas e para sua naturalização. (BARROCO, 2015, p. 625).

Vimos que as moralizações da questão social e de suas expressões escamoteiam a questão racial como sustentáculo da questão social. E esse ocultamento provoca grandes perdas, considerando o adensamento do debate da questão racial no serviço social brasileiro. É urgente que esse entendimento transite e ecoe por toda a categoria, em especial nas instancias de formação e fiscalização do exercício profissional.

Longe de fazer um apanhado minucioso dos elementos que constituem a base do conservadorismo na história da profissão, visto a existência de trabalhos sobre essa temática, destaco para esta seção aspectos que compareceram na gênese do serviço social e que se reconfiguram na contemporaneidade. Tal exercício é relevante no sentido de não se perder a moral como elemento presente tanto no interior da profissão, quanto posteriormente, na política de assistência social.

Tanto para o serviço social, quanto para a política de assistência social no Brasil, é possível identificar a lógica que Iamamoto (2004) chama de *individualização dos “casos sociais”*. Temos acordo quando a autora menciona que nessa perspectiva “os indivíduos são encarados como seres únicos e particulares, com potencialidades a serem desenvolvidas, desde que estimuladas” (IAMAMOTO, 2004, p. 29). Tal noção reatualiza elementos conservadores relacionados ao estímulo das potencialidades e habilidades dos sujeitos, de modo que estes sejam os únicos responsáveis pelas mudanças em suas trajetórias.

O pensamento conservador perpassou o serviço social quando também enfatizou sua prática profissional na “... *formação social, moral e intelectual da família*” (IAMAMOTO, 2004, p.29). Essa lógica reforça a ideia de que a “formação familiar” dos sujeitos determina o comportamento “desviante” e “anômalo”, fugindo, portanto de uma espécie de normalidade. Tal concepção encontra também nas práticas assistenciais perpetradas pelo Estado, a desvinculação das expressões da questão social das relações desiguais do modo de produção capitalistas, identificando “o problema” nos sujeitos e suas famílias.

As tendências impiricista e pragmatista, que marcaram a prática profissional do serviço social, também possuíram destaque na análise de Iamamoto (2004), quando as ações de pesquisa ganham espaço para delimitar a clientela da profissão. Nesse sentido a autora nos alerta que tais tendências buscavam na realidade evidenciar o modo de vida do proletariado com vistas,

“... a hierarquização dos riscos sociais a que sujeitos e indivíduos, famílias e grupos sociais e a consequente delimitação de uma população, alvo preferencial a ser atingida pelos programas assistenciais e pelo próprio Serviço Social. A hierarquização dos riscos obedece a uma classificação baseada numa escala de “tipos de desajustamentos biopsicossociais” que estigmatiza e rotula a população, e informa aos organismos institucionais a atitude a assumir perante cada grupo, atitude que pode oscilar de medidas paliativas rotineiras à multiplicidade de iniciativas de intervenção e controle. (IAMAMOTO, 2004, p. 30, grifo nosso).

A classificação dos sujeitos e de suas famílias com base na perspectiva que os estigmatiza e os rotula caminha em paralelo com o serviço social desde o seu surgimento até sua profissionalização nos anos 1940. Vale destacar que como sugere IAMAMOTO (2004), não partimos de uma análise linear da profissão, tais traços ora se retraíram na fase conhecida como Reconceituação e Ruptura do Serviço Social com o conservadorismo, marcado pelo chamado congresso da Virada em 1979. Ora, se reatualizam mediante o conservadorismo e neoconservadorismo que permanecem presentes no conjunto das relações sociais, e, por conseguinte, na profissão. (NETTO, 2007; IAMAMOTO, 2007).

Neste contexto, a incorporação de assistentes sociais por parte do Estado estava vinculada ao surgimento das instituições que tinham naquela conjuntura os intensos movimentos do processo de industrialização do Brasil. Sendo assim, o crescimento do proletariado e intensificação deste por melhores condições de vida impulsionou o Estado a criar mecanismos não apenas de regulamentação da força de trabalho, mas também no controle dos/as trabalhadores/as por meio de políticas assistenciais que correspondesse mais aos anseios da classe dominante (IAMAMOTO, 2004).

Recuperando os trechos apresentados aqui como “desajustamentos biopsicossociais” e “estigmatização e rotulação da população” Iamamoto (2004) dialoga com uma perspectiva que atravessa não somente a profissão em sua

gênese e história, mas também, com a forma que o Estado estabeleceu suas políticas, e sobretudo a política de assistência social. A concepção conservadora que forja as primeiras décadas do serviço social e se reatualiza no que a autora chama de *atualização da herança conservadora*, tem íntima relação com o pensamento eugênico quando atribui o “desajuste” dos sujeitos às características biopsicossociais, e quando também rotula e moraliza indivíduos por meio de estigmas que estão atrelados ao pensamento racista.

O pensamento conservador nesse sentido influenciou também as “políticas assistenciais”, que eram direcionadas, sobretudo, às famílias proletárias. As ações sociais no Brasil tem início sob a tutela do Estado a partir dos anos 1930, que data do período da Nova República. Como bem apontado por Silva (2014), o Estado brasileiro desde a sua concepção, constituiu-se ancorado em relações privatistas. A autora explica que,

Os direitos sociais garantidos pelo Presidente Getúlio Vargas na década de 1930 reproduziram desigualdades na sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que o alcance a esses direitos se deu pelas relações estabelecidas nos contratos de trabalho. Aos que ficaram de fora, restou a filantropia associada ao Estado, que combinava por discriminar a tratar a pobreza sob a ótica do fracasso e da não cidadania. São os não iguais, os pobres, os que são privados de qualificação para o trabalho, figura clássica da destituição (SILVA, 2014, p. 85, grifo nosso).

“Aos que ficaram de fora” são exatamente aquelas/es que foram tornados inaptos para os contratos de trabalho e “aptos” a destituição. O texto de Silva (2014) não nomeia “os não iguais”, contudo nos permite identificar na história onde a questão racial se manifestou na expansão da classe operária no Brasil, de modo que a transição com o modelo hegemônico agrário-exportador da lugar ao urbano-industrial, emergindo portanto nesse rompimento “*a questão social como “obrigação” do Estado, pois, até então, essa vinha sendo tratada como caso de polícia ou por meio de benesses das instituições filantrópicas*” (SILVA, 2014, p. 85).

A questão social considerada como “caso de polícia” ou tratada por meio de ações caritativas e filantrópicas, é mais uma manifestação do entrelaçamento do conservadorismo a questão racial no Brasil. A construção de respostas para o enfrentamento da questão social considerando-a como “caso de polícia”,

segundo Chalhoub (2001) está atrelada a mecanismos de controle e repressão, operado por autoridades policiais e judiciais, e no contexto da Primeira República, onde tal concepção tinha por finalidade adequar às forças de trabalho as condições estabelecidas pelo capital.

Pattos (1999) ao estudar a presença do aparato repressivo no Brasil República, destaca que esta nasceu sob o signo da *ordem pública*. A autora completa que “... *herdeiros de concepções político-filosóficas de cunho evolucionista que naturalizavam o social, intelectuais e militares que fundaram a República defendiam a tese do progresso ordeiro*”. Nesse sentido a questão social era vista como marginal na narrativa das classes dominantes, mas como componente fundamental no discurso da classe operária.

A configuração da repressão e do controle percorre o enfrentamento da questão social assumem “novas” roupagens nas páginas da política social no Brasil. Considerando as expressões da questão social, é perceptível a forma como a política de segurança pública, por exemplo, tem ações que na essência deflagram sua intencionalidade quando por exemplo observamos o conceito de classes perigosas.

Na obra *Operação Rio – o mito das classes perigosas* Cecília Coimbra (2001) recupera o conceito de classes perigosas enfatizando o processo de construção de subjetividades colocadas por equipamentos sociais que naturalizam e homogeneízam pobreza e criminalidade. Para isso, a autora parte do espaço urbano brasileiro e apresenta como teorias que desembarcaram no Brasil a partir de meados do século XIX ajudaram a edificar um conceito de “classes perigosas” atreladas a “cultura da pobreza”. Para sustentar na história o conceito de “classes perigosas”, Coimbra (2001) recupera o ponto de partida estabelecido por Guimarães (1982), onde tal conceito se estabelece,

"(...) no sentido de um conjunto social formado à margem da sociedade civil, surgiu na primeira metade do século XIX, num período em que a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva, segundo a acepção de Marx, atingia proporções extremas na Inglaterra, quando esse país vivia a fase juvenil da Revolução Industrial" (GUIMARÃES, 1982, p.01, apud COIMBRA, 2001, p.80).

Marx (1996) ao falar da legislação violenta criada na Inglaterra do final do século XV, descreveu como o então *proletariado livre como pássaros* foi expulso do campo e não absorvido pela manufatura com a mesma proporção de sua retirada. O novo modo de vida estabelecido nas cidades no cenário da Revolução Industrial não acomodou àqueles/as que foram retirados/as bruscamente da sua forma de sociabilidade. Marx (1996, p. 356) coloca que “*eles se converteram em massas de esmoleiros, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição e na maioria dos casos por forças das circunstâncias*”.

É com respaldo na obra de Marx, *O Capital*, que tanto Coimbra (2001) quanto Guimarães (1982) resgatam o entendimento de que a origem da riqueza e da acumulação de capital tem como resultado o seu oposto, a miséria. Tal perspectiva coloca, portanto que a miséria enquanto condição produzida por este modo de sociabilidade não pode ser vinculada aos sujeitos e sim a esse modelo de acumulação.

E no Brasil, a miséria produzida pelo próprio capital se expande, sobretudo concomitante ao processo de industrialização nas primeiras décadas do século XX. Tal fenômeno atrai significativo número de pessoas para as cidades, que juntamente a valorização imobiliária de determinados espaços urbanos, diversos grupos foram impelidos a buscar outras regiões das cidades onde predominava sobremaneira a ausência (saneamento básico, educação, saúde, lazer, dentre outros) que compromete e aniquila a vida. Importante intelectual brasileiro, Milton Santos (1993) sintetiza que,

Ao longo do século, mais, sobretudo nos períodos mais recentes, o processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com o da pobreza, cujo *locus* passa a ser, cada vez mais, a cidade, sobretudo a grande cidade. O campo brasileiro moderno repele os pobres, e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem mais nos espaços urbanos. A indústria do desenvolvimento com a criação de pequeno número de empregos e o terciário associa formas modernas e formas primitivas que remuneram mal e não garantem a ocupação (SANTOS, 1993, p.10).

Coimbra (2001) destaca algo que para esta pesquisa é valioso. É no espaço urbano que o discurso hegemônico correlaciona pobreza e criminalidade, e que, portanto tal discurso (e tal prática) é endossado pelo capital, no sentido de que ele *“se aproveita e goza benefícios, promovendo a reprodução desse mesmo sistema gerador de violência e garantidor de privilégios para as elites (COIMBRA, 2001, p. 82)”*.

Sendo assim, a ideia de “classes perigosas” se estabelece e se configura nesse contexto de formação das cidades, da produção da miséria e da aliança entre pobreza e criminalidade. Retomando a obra de Coimbra (2001), é possível compreender que o conceito de classes perigosas está inteiramente calcado nas teorias racialistas de bases eugênicas, de modo que os perigos sociais que o Brasil estava “entregue” possuíam total relação com a mistura indesejável das raças, que por sua vez explicam os que possuíam “comportamentos desviantes”, sendo estes uma ameaça, sobretudo as elites. Certamente, trata-se de corpos negros.

Os elementos apresentados até o momento integram o que temos pretendido identificar neste capítulo, ou seja, que o pensamento conservador na realidade brasileira é parte de um arranjo que está prenhe da questão racial, e que, portanto comparecerá e influenciará a resposta do Estado no “enfrentamento à pobreza” considerando os campos de saberes sócios ocupacionais apreendidos por este Estado, como por exemplo, o serviço social.

Existem várias facetas no enfrentamento a pobreza nas políticas sociais, entretanto uma em especial merece destaque, uma vez que dialoga intimamente com a questão racial no Brasil, diz respeito à pobreza compreendida como crime. Ianni (1989) discute que mesmo depois de mais de um centenário da abolição a criminalização da pobreza ainda manterá influência, embora se apresentando com outros discursos e práticas diferenciadas. Ainda sobre a pobreza, o autor discorre que,

“Diante de uma realidade social muito problemática, incômoda, às vezes explosiva, uma parte do pensamento social prefere “naturalizá-la”, considerá-la como uma “fatalidade” ou apenas como herança arcaica pretérita. Dentre as explicações que “naturalizam” a questão social, vale apenas destacar duas. Não esgotam o assunto, mas dão uma ideia das metamorfoses que transfiguram as desigualdades sociais. Uma tende a transformar as manifestações da questão social

em problemas da assistência social. O sistema nacional de previdência e o serviço nacional da assistência social são as expressões mais evidentes dessa forma de “explicar” e “resolver” a questão social. Outra explicação tende a transformar as manifestações da questão social em problemas de violência e caos. Daí a resposta óbvia: segurança e repressão”. (IANNI, 1989, p.150).

Paradoxalmente como aponta Ianni (1989), as respostas de enfrentamento a pobreza mesclam controle, repressão e violência numa lógica e discurso que buscam naturalizá-la por meio de uma obviedade conservadora e meritocrática daqueles que não se ajustaram as condições de vida e sociabilidade do modo de produção vigente.

O adensamento das desigualdades sociais e o crescimento do desemprego por si só deflagram como a perspectiva neoliberal se mostra exitosa para as classes dominantes, transferindo para os indivíduos a responsabilidade de buscarem seus próprios meios para a sobrevivência. (IAMAMTO, 2015). A drenagem do fundo público para interesses que não são públicos aprofunda também o privilégio de grupos que estão no poder. A autora relaciona que tais interesses estão diretamente ligados a uma formação social que,

É presidida por uma tradição autoritária e excludente, que se condensa no “autoritarismo social”, isso é, uma sociedade hierarquizada em que as relações sociais ora são regidas pela “cumplicidade” – quando as pessoas se identificam como iguais – ora pelo “mando e pela obediência “ – quando as pessoas reconhecem como desiguais -, mas não pelo reconhecimento da igualdade jurídica dos cidadãos (IAMAMOTO, 2015, p. 141).

Associado a este cenário, a submissão cada vez mais intensa do Estado aos interesses econômicos e políticos de classes dominantes, de teor conservador, afetam a diversidade da vida humana, criando um ambiente de incertezas e desesperanças. Mais uma vez o moderno se atualiza por meio do arcaico, de forma que Iamamoto (2015) reflete que a “velha questão social” *metamorfoseia-se, mas*, mantém suas especificidades fundante na dinâmica da sociedade brasileira, de modo que, os penalizados por essas transformações que mantém a mesma forma atingem em especial a população negra.

Na medida em que essa ofensiva exploração e desigualdade crescem, brotam como o mandacaru no sertão as lutas que contém a insatisfação, inconformismo e a indignação entre aqueles/as que historicamente são discriminados por sua condição de existência enquanto trabalhadores/as que fazem frente a luta pela terra, pela vida de negros/as, pelo direito ao meio ambiente, à moradia, bem como as demais necessidades básicas dos/as cidadãos/ãs. (IAMAMOTO, 2015).

A radicalização da questão social que lamamoto (2015) trata, coloca duas dimensões de penalização da classe trabalhadora, e, portanto, se torna um desafio para assistentes sócias. A primeira dimensão trata da ampliação das necessidades não atendidas da população, o que acarreta na crescente demanda por oferta e serviços. Por outro lado tem-se a diminuição de recursos para as políticas sociais governamentais, fruto das condições neoliberais para área social.

Nesse sentido, Almeida (2019) pontuando acerca da relação entre racismo e neoliberalismo, defende que as bases de uma economia neoliberal dá ao racismo uma nova forma. O autor compreende que o conjunto de medidas que tem por objetivo a supressão dos direitos sociais em nome da austeridade submete populações inteiras a condições precárias de vida, de modo que a própria sobrevivência destas ficam comprometidas.

Junto a essas medidas, Almeida (2019) associa do ponto de vista ideológico, a construção de uma narrativa que valorize a iniciativas individuais, como o empreendedorismo, paralelo ao desmonte da rede de proteção social, fruto da conquista da classe trabalhadora.

E numa espécie de efeito cascata, o autor menciona a naturalização da imagem do inimigo, do malfeitor que ameaça a integração social, onde meios de comunicação em massa apresentam programas sensacionalistas racistas que contribuem para reforçar o medo, e cobrar resposta repressiva e violenta por parte do Estado. Do ponto de vista de Almeida (2019), essas questões estão intencionalmente organizadas para frear o inconformismo social diante da violência provocada pela gestão neoliberal do capitalismo.

A partir da reflexão que abordamos a respeito do conservadorismo como uma matriz que acomoda as ações de repressão e controle da classe trabalhadora, sobretudo no que diz respeito à especificidade brasileira partimos agora para considerações a respeito da política de assistência social e do serviço sociais mediados pela questão racial no Brasil.

### **2.3. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL MEDIADOS PELA QUESTÃO RACIAL NO BRASIL.**

Considerando o período mais recente da PAS, tendo em vista o objeto deste estudo, diferentes pesquisas e publicações sobre a PAS, evidenciam que as políticas de proteção social que surgem a partir da sociedade capitalista estão enxertadas de contradições e de antagonismos de classes como bem aponta Mota (2008). A autora nos alerta que é preciso considerar sempre na análise o movimento entre as conquistas da classe trabalhadora concomitante às estratégias do capital atentando-se a cada formação histórica.

A partir da Constituição de 1988 a Política de assistência social assume um status legal de política pública, estabelecendo um grande salto, responsabilizando o Estado e elevando os sujeitos usuários dessa política como cidadãos. Compondo a seguridade social juntamente com a política de saúde e previdência social, a política de Assistência Social é garantida nos termos da Carta Magna tendo como pressupostos o caráter democrático, gestão descentralizada e participativa. (FONTENELE, 2016).

Ao estabelecer as bases do intitulado tripé da seguridade social, o texto constitucional atribui à política de saúde um direito previsto a todos/as, a previdência social àqueles/as que possuem prévia contribuição e a assistência social, que independe de contribuição, será de *direito a quem dela necessitar*. (PAIVA, 2012). Nos termos da autora tal imprecisão teórica e político legal é propícia à lógica focalizadora e limitante estabelecida pela lógica neoliberal.

Ainda sobre a seguridade social, no XXIX Encontro Nacional CFESS/ CRESS realizado na cidade de Maceió (AL), os delegados ali reunidos reafirmaram, no que ficou conhecido como Carta de Maceió,

“... sua concepção de seguridade, entendida como um padrão de proteção social de qualidade, com cobertura universal para as situações de risco, vulnerabilidade ou danos dos cidadãos brasileiros. A Seguridade Social, assegurada num plano legal, tem sido atropelada pelas reformas neoliberais que atentam contra o aprofundamento da democracia e da cidadania na sociedade brasileira (CFESS, 2000, p. 1).

Após 20 anos da Carta de Maceió, é necessário persistência em afirmar e defender uma concepção de seguridade social defendida pela carta visto o recrudescimento da ofensiva neoliberal e desmonte das políticas sociais, que reduzem cada vez mais as perspectivas de acesso a direitos conquistados pela classe trabalhadora.

No âmbito da seguridade social, a política de Assistência Social possui diversas dimensões e determinações, visto que ao mesmo tempo em que ela é estabelecida pelas classes dominantes como forma de enfrentamento a pobreza, ela também está situada para contribuir em *“projetos coletivos que atuem junto aos processos de participação dos segmentos populacionais a ela vinculados, na perspectiva da disputa real pelo excedente econômico e pela democratização do poder político”* (PAIVA, 2012, p. 49).

A assistência social, juntamente com a política de saúde e a previdência social integram a seguridade brasileira, que em termos gerais tem por objetivo formarem um extenso e estruturado mecanismo de proteção social. Entretanto Mota (2008, p.133) destaca que,

“enquanto avançam a mercantilização e privatização das políticas de saúde e previdência, restringindo o acesso e os benefícios que lhe são próprios, a assistência social se amplia, na condição de política não contributiva, transformando num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social, na medida que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil” (MOTA, 2008, p. 133).

Essa expansão da política de assistência social com a organização da gestão da PNAS por meio do seu sistema organizado – SUAS, estão alicerçados no

entendimento que esta política deixa de ser uma política pela qual se acessa as outras políticas setoriais e passa a exercer um papel central na política social.

Como apontado assertivamente por Mota (2008) a seguridade social está na dinâmica da reprodução social, e tal afirmação foi seguida de uma precisa análise da autora, que indicou ainda no ano 2008, que estava em curso *uma nova reforma social e moral da burguesia* como “nova” estratégia de dominação política. Tal ideia tem total diálogo com o que vamos estabelecer como reflexão para a parte final deste capítulo, pois “o agora” está imerso no movimento da história e tem encontro com toda a trajetória da política de assistência social. Não temos a pretensão de remontar a história da assistência social no Brasil, mas sim de captar as determinações e dimensões que se articulam com a questão racial no período recente que marca a profissão, considerando o SUAS como um sistema que organiza a oferta de serviços a partir de 2011.

A *nova reforma social e moral da burguesia* que Mota (2008) se referiu no fim dos anos 2000 é uma relevante chave analítica para compreendermos como as classes dominantes deslocaram a “questão social” como resultante da contradição do modo de produção capitalista e, portanto, do campo do trabalho, indicando-a conceitualmente como sinônimo às expressões da pobreza. Ora, esse entendimento relaciona a pobreza ao direito à assistência social e não ao trabalho.

Ao absorver as demandas derivadas do agravamento das condições de vida e trabalho da população brasileira através de políticas compensatórias, como é o caso da Assistência Social, o Estado brasileiro define sua principal estratégia de enfrentamento da “questão social”. Nestes termos, a Assistência Social passa a assumir, para uma parcela significativa da população, a tarefa de ser a política de proteção social e não parte da política de proteção social (MOTA, 2008, p. 144).

A dimensão compensatória no presente é intencionalmente realocada em virtude do aumento exponencial do desemprego e das fileiras de trabalhadores/as dispensáveis ao capital. No capítulo I deste estudo

discorreremos de como o exército industrial de reserva “produzido” no contexto da abolição da escravidão no Brasil foi fundamental para acumulação primitiva de capitais, “transformando” negros/as em trabalhadores livres. A questão racial no Brasil não nos deixa deslocado historicamente de quem compõe majoritariamente o exército industrial de reserva, tanto no fim do século XIX quanto na década que se inicia em 2020.

Os/as trabalhadores dispensáveis ao capital no Brasil precisam ser historicizados a luz de uma leitura racializada da classe trabalhadora! Se a perspectiva neoliberal designa a assistência social o papel de destaque na proteção social, temos aí a continuidade da desproteção a essa massa que compõe o exército industrial de reserva. Enquanto a força motriz da classe trabalhadora branca desde os idos do século XIX compreendia a luta por direito ao trabalho, a luta de negros/as no Brasil do século XIX era por existir e resistir.

A questão racial assume contornos de luta, mas também de ausência quando “agoniza, mas não morre” a população negra no Brasil, e para dar o contorno contemporâneo a presente análise, consideraremos a política de assistência social partindo do desenho da Política Nacional de Assistência Social – PNAS e da sua estrutura de gestão, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) coloca que tal política social é definida como direito do cidadão, visando o “*enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, aos provimentos de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais*” (Brasil, art. 2º, LOAS, 1993). A partir da LOAS, a expressão de que a assistência social “[...] será prestada a quem dela necessitar” indica a dupla natureza da política, apontada na problematização de Fontenele (2016), de passo que tal expressão mostra-se,

“ao mesmo tempo restritiva e elástica, uma vez que não define exatamente com parâmetros o que representa esse necessitar, a partir de quando e de que critérios se pode ter acesso à Assistência Social. Apesar dessa condição, o texto da LOAS deixa evidente que o público da Assistência Social são os pobres, os carentes, os necessitados”. (FONTENELE, 2016, p. 82).

A Lei Nº 12.435 de 2011 dispõe sobre a organização da assistência social e institui o SUAS e altera alguns artigos da LOAS ao mesmo tempo que insere novos, classificando as pessoas que procuram os serviços ofertados por meio da Política de assistência social, não se distanciando do que faziam as legislações anteriores (SILVA, 2014). Na obra *Assistência Social e seus usuários: entre a rebeldia e o conformismo* a autora em questão destaca que os termos *vulnerabilidade e risco social*<sup>14</sup> não são definidos no contexto da lei e que, portanto isso abre margem para diferentes interpretações quanto ao público usuário da Política de assistência social.

A perspectiva *limitante e limitada* nos termos que Alvarenga (2012) aborda com relação às/aos usuários/as da assistência social enquanto política, aponta a necessidade urgente de revisão de questões no âmbito da PNAS e do SUAS. Tais categorizações como risco e vulnerabilidade social deslocam para o campo privado das famílias e indivíduos a responsabilidade por sua condição de pobreza, além de revelarem um pensamento conservador quanto à gestão dessa política.

Na prática os conceitos de vulnerabilidade e risco social, como bem apreende Alvarenga (2012) pode representar múltiplos olhares conforme o prisma de análise de quem o opera. Sendo assim, se trouxermos a questão racial como lugar de apreensão de tais conceitos é possível inferir que contraditoriamente a população negra não é vulnerável, ela foi vulnerabilizada, expropriada, explorada e oprimida historicamente. A escravização, o projeto de embranquecimento, o impedimento de uma reforma agrária justa e todo o conjunto de inexistência de reparação e compensação pelos mais de três séculos de exploração e morte vulnerabilizou negros/as no Brasil. A palavra risco e vulnerabilidade ocultam o sujeito da ação, o sujeito que ocasiona o risco, mas a questão racial no contexto brasileiro nos indica como a mesma estrutura as relações sociais e revela a condição da população negra.

---

<sup>14</sup> Risco e vulnerabilidade social na Política Nacional de Assistência Social intitula a pesquisa da mestra Mirella Souza Alvarenga no Programa de Pós Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. O estudo da autora foi de relevante contribuição visto que desvelar “[...] termos podem ou não escamotear que as manifestações ditas de risco e vulnerabilidade como resultantes da exploração do capital sobre o trabalho, fundante do sistema capitalista estão a depender do mirante de análise” (ALVARENGA, 2012, p. 121).

Se a PNAS na dimensão de identificar seus/as usuários/as classifica contraditoriamente como vulneráveis e em risco social, temos no mesmo cenário o serviço social como profissão imersa nessa política, entrelaçado historicamente a ela de tal maneira que Boschetti (2016) nomeia “algumas confusões ainda predominantes” no que diz respeito aos assistentes sociais com relação ao SUAS. A autora discorre que,

“A primeira é a recorrente insistência de simbiose entre assistência social e Serviço Social. O Serviço Social não é assistência social e os/as assistentes sociais não podem e não devem subordinar a profissão e seu Projeto Ético-Político Profissional à Política de Assistência Social, ainda que nele atuem. Isso indica que o exercício e competências profissionais deve ser orientar pela intencionalidade de ampliar direitos, assegurar acesso a bens e serviços públicos de qualidade, e fazer da intervenção na assistência social um espaço de mediação para a pela igualdade de condições, e não favorecer o conformismo minimalista e o liberalismo da igualdade de oportunidade, que vem insidiosamente capturando a assistência social (BOSCHETTI, 2016, p.19).

Uma vez que a política de assistência social camufla seus/suas usuários/as atrás de termos como vulnerabilidade e risco social, a simbiose entre assistência social e serviço social abordada por Boschetti (2016) desafia os/as assistentes sociais a buscarem romper com o atrelamento da profissão a política de assistência social. A autora acrescenta que não se pode perder do horizonte profissional a leitura crítica para não se submeter às normas e regras institucionais como sendo estes valores e princípios norteadores do trabalho dos/as assistentes sociais. E para os/as assistentes sociais que trabalham na Política de assistência social, Boschetti (2016) incentiva a categoria a compreender as contradições inscritas nesta política para se organizar coletivamente em aliança com as organizações da classe trabalhadora, pautando nos valores e princípios éticos o Código de Ética.

Os/as assistentes sociais possuem no projeto ético-político do Serviço Social, apontado no Código de Ética de 1993 perspectivas e caminhos para uma atuação na políticas sociais e, sobretudo na Política de Assistência Social, valores e princípios éticos centrais para uma organização pautada na defesa intransigente dos direitos humanos e no empenho da eliminação de todas as formas de preconceito e a não discriminação.

Costa (2017) ao estudar a *Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam*<sup>15</sup> reforça a presença majoritária da população negra no SUAS quando menciona dados do Data Social (2015) que informa que 73,88% dos titulares do Programa Bolsa Família entre homens e mulheres são negros. Isso nos indica a necessidade de acolher o que Eurico (2013) nos convida urgentemente a fazer, a saber, assumir no trabalho como assistente social a,

“[...] desconstrução de estereótipos ainda presentes no discurso profissional, que via de regra, desqualificam a população negra, e exercício da escuta qualificada como um dos caminhos para a reconstrução da trajetória dos sujeitos e para proposição de alternativas à permanente discriminação racial; e por fim e sistematicamente a ampliação do debate sobre a questão racial e os instrumentos normativos nos fóruns e entidades representativas da categoria profissional (EURICO, 2013, p. 307)”.

Importante compreender que o racismo institucional como o concebemos neste estudo, contribui para reprodução de práticas discriminatórias que aprofundam as disparidades do acesso de qualidade das políticas públicas que a população negra busca ser atendida. Essa compreensão é importante no sentido de não culpabilizarmos individualmente sujeitos, enquanto profissionais operadores de tais políticas, por exemplo. Todavia se não enfrentamos estruturas de poder e dominação no campo individual, não é apenas por essa via que as práticas racistas devem ser enfrentadas.

Boschetti (2016) coloca que o Serviço Social em vários países e mais especificamente no Brasil, sempre foi situado na política de assistência social como espaço sócio ocupacional de exercício profissional. Nesse sentido, a autora coloca que *“trabalhar na política de assistência social ou militar na defesa do direito à assistência social requer, em minha opinião, conhecer sem disfarce suas possibilidades e limites, suas contradições e suas implicações para os direitos e a emancipação política* (BOSCHETTI, 2016, p. 19).

---

<sup>15</sup> Gracyelle Costa por meio de sua pesquisa buscou discutir as relações étnico raciais e de gênero no interior do SUAS, partindo da análise da política de assistência social e dos serviços ofertados no Cras. Para isso escutou profissionais da área (assistentes sociais e psicólogos/as). A autora buscou refletir sobre limites da transversalidade, a negação da dimensão racial pelos (as) profissionais em nome da “igualdade” e da reprodução de hierarquias de gênero nas famílias atendidas.

“isto se explica, em parte, pela opinião até então prevalecente no seio da categoria a respeito da assistência social. Historicamente utilizada como instrumento de clientelismo, de controle, de adaptação e de integração social, ela foi por longo tempo, recusada como prática social. Foi só a partir de meados dos anos 80 que ela passou a ser analisada como possível campo de concretização de direitos sociais. A partir da Constituição de 1988, os assistentes sociais se interessaram pelo debate sobre a assistência social, dedicando mais sistematicamente a ele e se engajando nos movimentos pela regulamentação dessa área. (BOSCHETTI, 2006, p.165).

Outra referência que nos ajuda na compreensão da Política de assistência social e do serviço social atravessada pela questão racial no Brasil, diz respeito à combinação de dois mitos, a saber, o mito da democracia racial e o mito da assistência social. No primeiro, abordado no Capítulo I desse estudo, Florestan Fernandes (1989) problematiza a democracia racial como mito, mencionando inclusive na obra *O Significado do Protesto Negro* outro ponto importante a respeito do assunto.

“[...] o mito – não os fatos – permite ignorar a enormidade da preservação de desigualdades tão extremas e desumanas, como são as desigualdades raciais no Brasil; dissimula que as vantagens relativas “sobem” – nunca “descem”- na pirâmide racial; e confundem as percepções e as explicações – mesmo as que se tem como críticas, mas não vão ao fundo das coisas – das realidades cotidianas. (FERNANDES, 1989, p. 17)”.

As desigualdades e desvantagens vivenciadas pela população negra são camufladas, silenciadas e invisibilizadas sobre o discurso elitista e eugenista, designando aos/as descendentes de povos africanos a natureza “inferior” e “inapropriada” para o desenvolvimento do Brasil, enquanto as questões estruturais são, nos termos de Fernandes (1989), “tapadas como sol na peneira”. Já o mito da assistência social, termo cunhado por Mota (2008) apresenta elementos que caracterizam como a assistência social no Brasil adquiriu uma centralidade no enfrentamento à desigualdade social, de forma que as classes dominantes e o Estado tratam a pobreza como uma questão da assistência social. A autora vai além quando reflete que,

“o argumento central é o de que as políticas que integram a seguridade social brasileira longe de formarem um amplo e articulado

mecanismo de proteção, adquiriram a perversa posição de conformarem uma unidade contraditória; enquanto avançam a mercantilização das políticas de saúde e previdência, restringindo acesso e os benefícios que lhes são próprios, a assistência social se amplia, na condição de política não contributiva, transformando-se num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social, na medida em que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil".(MOTA, 2008, p. 133).

O que o mito da democracia racial tem em comum com o da assistência social? A reflexão nas obras do/a autor/a contemplados aqui nos permite compreender que tanto a ideia de democracia racial quanto a de assistência social, principalmente enquanto política precípua de enfrentamento a pobreza, pois elas trazem consigo uma condição ideológica e prática política de reprodução social, que tem no seio da classe dominante, todo o aporte para se consolidar como uma "verdade".

Mota (2008) destaca que a garantia do direito ao trabalho negada a classe trabalhadora fez com que o Estado Capitalista estendesse o horizonte de atuação da assistência social, ocupando assim equivocadamente uma centralidade no conjunto da Seguridade Social. Por sua vez, fazendo uma interlocução com a sociedade de classes, mediada pelo trabalho e o mito da democracia racial, Florestan (1989, p.19) sugere que *"... para ser ativada no negro e pelo mulato, a negação do mito da democracia racial no plano prático exige uma estratégia política corajosa, pela qual a fusão da "raça" e "classe" regule a eclosão do Povo na história"*.

Nesse sentido, é possível "pegar emprestado" de Florestan Fernandes que *para ser ativada aos usuários da Política de assistência social a negação do mito da assistência social* é importante a construção de uma estratégia política numa grande aliança da classe trabalhadora que compreende os/as usuários, os assistentes sociais e demais trabalhadores/as dessa política.

Importantes movimentos no interior do serviço social estão a acontecer. Coloco o verbo no presente em virtude da produção dessa pesquisa ter assistido e participado de esforços coletivos e tensionados para pensar e ecoar o debate racial no contexto da profissão e também da PAS. Abrindo os caminhos na

perspectiva ética, da profissão e da formação, o Código de Ética do assistente social de 1993 e a Lei de Regulamentação Profissional (Lei de nº 8.662/93), juntamente com as Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS (1996) integram um conjunto importantíssimo de ferramentas e aportes para intensificar intervenções políticas e operacionais que coadunam com um Projeto Ético-Político comprometido com o debate étnico-racial.

Com relação à formação, trabalho e serviço social, Elpídio (2020), destaca que é preciso estar atento/a ao debate da profissão, que circunda o enfrentamento das opressões e exploração de classe nas suas mais variadas formas, onde tais não se apresentam como fenômenos isolados ou ocasionais, mas como parte constitutiva da origem e “... *reprodução da lei geral de acumulação capitalista em seus diferentes momentos e particularidades sócio históricas, onde o racismo precisa ser compreendido como elemento estrutural desta sociedade.* (ELPIDIO, 2020, p. 523)”. Segundo a autora, não compreender essa dinâmica na perspectiva da totalidade, desloca e fragmenta o debate da questão racial como questão que interliga e estrutura tanto a formação como o trabalho profissional.

O resultado, via de regra, tem se constituído como um conjunto fragmentado de conteúdos e temáticas que se descolam da espinha dorsal do trabalho e da formação, fundados na apreensão radical do Trabalho e da Questão Social. Ou seja, dos próprios fundamentos que sustentam a profissão, cujos elementos teóricos se distanciam quando se trata do núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Onde temos as disciplinas específicas que via de regra, reproduzem fragmentos técnicos e tecnicistas e fundamentos que evidenciam a história da profissão. É onde reside o maior dos desafios, superar estas cisões e um elemento primordial é a dimensão dos sujeitos históricos, suas formas de organização e de sobrevivência e como a profissão se constitui diante de tais desafios do real em prol dos interesses da classe (que tem cor, raça, gênero, sexualidade). (ELPIDIO, 2020, p. 524)”.

Ainda refletindo o debate racial na dimensão profissional, Eurico (2013), nas considerações do resultado de sua pesquisa sobre a percepção do racismo institucional por parte dos/as assistentes sociais trás importante reflexão a respeito do Código de Ética ser analisado na história, e ser historicizado. Sua conclusão aponta que,

O debate sobre a questão racial precisa ser ampliado e sistematicamente discutido pelo conjunto da categoria profissional, mas revelou também a dificuldades dos profissionais em dar concretude ao Código de Ética profissional, pois seus princípios são citados abstratamente, sem a necessária conexão com a realidade vivenciada pela população negra. (EURICO, 2013, p. 306).

A dificuldade em dar concretude ao Código de Ética no que diz respeito à questão racial pode estar relacionada à ideia de democracia racial bastante engendrada na sociedade e, não obstante, no serviço social. Hodiernamente, observamos avanços com relação ao debate racial no serviço social. Se marcarmos como referência a pesquisa da autora Eurico publicada no ano de 2013 para o número de pesquisas na mesma temática em 2020 identificamos uma série de iniciativas que tem propiciado ao serviço social a intensificação e acumulado produções teóricas e experiências com relação a questão racial no interior da profissão.

A Campanha do conjunto CFESS/ CRESS *Assistentes Sociais contra o Racismo* mobilizou de modo geral o diálogo com a categoria, com a população usuária do Serviço Social, com o movimento negro e com a sociedade em geral sobre o racismo. Foram desenvolvidos materiais e peças publicitárias evidenciando e denunciando de forma educativa as expressões do racismo e o rebatimento dessa estrutura opressão no trabalho profissional.

Ainda no campo do serviço social, em 2018 a ABEPSS por meio da Executiva Nacional 2017-2018 “Quem é de luta resiste”, lançou o documento *Subsídios para o debate sobre a Questão Étnico-Racial na formação em Serviço Social*, que trouxe a público o direcionamento e contribuição do debate sobre a questão étnico-racial na formação e no trabalho profissional dos/as assistentes sociais (ELPIDIO; ROCHA, 2018). O documento apresenta propostas e contribuições para a efetivação de uma formação antirracista e também resgata, nomeando iniciativas e suas respectivas datas, o caminho que se percorreu na profissão considerando o debate racial. Nesse sentido,

“... destacam-se as ações desencadeadas pelas Entidades organizativas da categoria (CFESS/CRESS, ENESSO e ABEPSS), a exemplo: a criação e o desenvolvimento do GTP “Serviço Social,

Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades” da ABEPSS; a campanha do CFESS “O Serviço Social: Mudando o rumo da história”, de 2003; o “39º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS” que aprovou a defesa das políticas afirmativas e cotas raciais por parte do Serviço Social; a brochura do CFESS publicada em 2016: “Assistente Social no combate ao preconceito - Caderno 3 ‘Racismo’”; a elaboração e mobilização em torno do documento “As cotas na pós-graduação: orientações da ABEPSS para o avanço do debate” (2017); o lançamento da mais recente campanha de gestão do conjunto (2018-2021): “Assistentes Sociais no combate ao racismo” lançada pelo CFESS em 2018; as edições do “CFESS Manifesta”, em alusão ao 20 de novembro; dentre outras iniciativas promovidas por UFAs e Conselhos Regionais; defesas de teses e dissertações; e, as produções em periódicos como as revistas *Libertas* (2013), *Temporalis* (2014), *Argumentum* (2017), *Ser Social* (2017) e *Serviço Social e Sociedade* (2018) (ELPÍDIO; ROCHA, 2018, p.428).

A apreensão de todo este movimento nos possibilita esperar que assistentes sociais podem e devem ser sujeitos políticos na efetivação de uma profissão que contribua por meio dos/das seus/as trabalhadores/as práticas antirracistas, que construirá no movimento da história escuta diferenciada junto a população negra, e disputará narrativas nas políticas públicas, nos movimentos sociais e sobretudo junto a classe trabalhadora, no sentido de lutar com e para negros/as dentro e fora dos espaços sócio ocupacionais.

No campo da assistência social, numa aproximação ainda tímida do debate racial, foi lançada em 2018 por meio do Ministério do Desenvolvimento Social uma cartilha intitulada SUAS sem Racismo – Promoção da Igualdade Racial no Sistema Único da Assistência Social. O documento apresenta em sua essência que,

“urge o estabelecimento de uma discussão mais aprofundada sobre a questão racial no Sistema Único de Assistência Social, sempre adotando uma perspectiva transversal à política de promoção da igualdade racial, para a prevenção e o enfrentamento ao racismo e às desigualdades raciais. Pois, o cotidiano das instituições públicas e privadas ainda revela significativamente o racismo institucional, necessitando, assim, atenção e esforços para que se possa construir uma consciência de que todas as pessoas devem ser respeitadas em suas diferenças. (BRASIL, 2018, p.11)”.

A cartilha foi o primeiro documento específico no contexto do SUAS que trata da questão racial, mesmo com uma série de limites colocadas pela gestão

federal da política de assistência social. O documento não foi amplamente divulgado e nem mesmo despertou uma incidência política junto aos trabalhadores/as e usuários/as em torno da temática, considerando que ele foi lançado num contexto de uma gestão que assumiu o executivo federal após o golpe de 2016 destituindo da Presidência da República Dilma Rousseff.

No universo de elementos que cabem discutir o serviço social, assistência social e questão racial, buscamos apontar aspectos relacionados ao pensamento conservador, aos feitiços punitivos e de controle presentes tanto na profissão quando na assistência social brasileira para identificar como a moralização da questão social camuflou a questão racial como estruturante nas relações sociais. Tal exercício contribuiu no sentido de apontar caminhos que descortinam, por meio de pesquisas, estudos e produções de autores/as negros/as possibilidades concretas de olhar e intervir no real.

### **3. A HISTÓRIA RECENTE DO SERVIÇO SOCIAL A ORGANIZAÇÃO DO ENFRENTAMENTO AO RACISMO E SUAS POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO NO SUAS.**

*Busco a primeira narração, a que veio antes da escrita. Busco a voz, a fala de quem conta, para se misturar com a minha.*

Conceição Evaristo (2017)

#### **3.1. DO RACISMO AO ANTIRRACISMO: UM CAMINHO SEM VOLTA PARA O SERVIÇO SOCIAL?**

Ao longo deste estudo, nos aproximamos da questão racial para compreendê-la como elemento constitutivo da formação histórica e social brasileira. O debate sobre o racismo, enquanto uma forma sistemática de discriminação como nos aponta Almeida (2019) precisa continuar na agenda do dia dos/ das assistentes sociais. Ao iniciar a presente pesquisa em 2018, ouvia os pares na docência e militância expressar que a questão racial e o racismo eram o *assunto do momento* no serviço social, e que o assunto embora não seja novo, nunca teve um lugar de destaque nos debates profissionais e que este sempre se apresentou de forma provocativa e às vezes, controversas no interior do serviço social.

Ao chegar neste capítulo, analisamos na história recente do Serviço Social a organização do enfrentamento ao racismo e as possibilidades de intervenção da profissão, tendo por referencia e lócus o SUAS. Sendo assim, inicio este capítulo corroborando que a luta de assistentes sociais no enfrentamento ao racismo, é uma luta de movimento!

Ao reconhecer e identificar o racismo na produção e reprodução das relações sociais que estão postas pelo modo de sociabilidade capitalista, fomos apreendendo como mulher negra e assistente social a mover paradigmas, provocar rupturas e tensionamentos em concepções e conceitos altamente

arraigados na sociedade em relação ao racismo. E neste processo de resistência e auto reconhecimento, mobilizar outras pessoas, dentro e fora da profissão a reconhecer a violência e irracionalidade racista, para coletivamente somar na luta antirracista.

Quando mencionamos movimento no contexto da luta antirracista, precisamos pensar num movimento que provoca uma perspectiva de deslocamento do racismo para o antirracismo. O racismo, segundo Almeida (2019) é parte da ordem societária que vivemos, de modo que tanto as instituições, quanto os sujeitos o reproduzem por ele–existir de forma naturalizada na sociabilidade capitalista. Por isso, enfrentar o racismo é também, dentre outras coisas, implementar práticas antirracistas.

Entendo que a luta antirracista no âmbito no serviço social não se trata de um modismo ou apenas uma onda (tido como algo passageiro, como expressam algumas preocupações em relação à apreensão da questão na profissão), compreendemos que narrativas que querem dar um caráter de temporalidade ao debate racial se âncora em bases frágeis que não estão comprometidas com o entendimento de que o racismo é estrutural. Portanto, faz parte das determinações sociais que são construídas em uma perspectiva de totalidade.

Compreender a questão racial no conjunto das relações de produção e reprodução da vida social apresenta-se como elemento fundante para decifrar as questões do nosso tempo, e dialeticamente com as feições, contornos e práticas presentes na própria profissão.

Essa pesquisa, dentre tantas intenções pretende ser um diálogo para e com assistentes sociais, pois vimos que no debate da questão racial também “... há perigo na esquina”<sup>16</sup> que por sua vez pode mascarar possíveis chaves de compreensão, até mesmo, comprometer as estratégias de organização da luta antirracista.

Enquanto assistentes sociais, por meio das bases sociais do nosso projeto ético-político, temos como norte da formação e trabalho profissional um

---

<sup>16</sup> O trecho há perigo na esquina refere a música de composição de Elis Regina, intitulada “Como nossos pais, que foi composta em 1978.

arcabouço teórico metodológico onde somos impelidos/as a desvendar aspectos da luta que se apresentam como vanguarda e progressista. (BARROCO, 2015). Entretanto considero que é preciso estar atento/a ao que parece negar matrizes conservadoras no interior da profissão, mas que na verdade estão imersos em matrizes e concepções que não se comprometem com as exigências do método crítico dialético.

Como mencionado anteriormente, a luta antirracista é uma luta que implica movimento, e no que compete ao serviço social brasileiro, abordaremos na história recente da profissão como a agenda de luta antirracista possui e continuará tendo relevância, não apenas para construir uma profissão combativa com relação à questão racial, mas também para deflagrar riscos que comumente podem aparecer como agregadores ao debate, mas que escondem armadilhas que reforçam mitos e falácias em torno do enfrentamento ao racismo, e, sobretudo, da organização do trabalho dos/ das assistentes sociais na política de assistência social.

De acordo com Eurico (2018), o serviço social brasileiro foi perpassado pelos imensos desafios relacionados ao processo de redemocratização do Brasil na década de 1980, e no que diz respeito ao debate acerca do racismo, a autora reflete que o período é também desafiador no campo das relações étnico-raciais. A contribuição da autora avança no sentido de reconhecer que a questão racial tem ganhado força no âmbito da categoria em virtude da atuação e engajamento de assistentes sociais negras e militantes do movimento negro, fomentando organicamente amplitude ao debate racial e reivindicando respostas das instituições frente às opressões produzidas pelo racismo.

Temos aí um dos elementos na história do serviço social que provocam o movimento que chamamos aqui “do racismo para o antirracismo”. Eurico (2018) elucida que a luta de assistentes sociais negras, que traziam para o seio da profissão o debate racial demonstrava que a construção das que nos antecederam não nos aponta para algo fulgás, mas que a expressão de

Jurema Wernek “nossos passos vem de longe” se atualiza também na organização e passos dessas assistentes sociais.

Entretanto é importante refletir, como nos adverte Almeida (2019), ainda que de suma importância, não basta ter pessoas negras em determinados espaços para garantir que o racismo não seja reproduzido. A luta antirracista não se limita a *representatividade*. Foi e continua sendo essencial que assistentes sociais negras/os movimentassem “por dentro” do serviço social o reconhecimento do racismo como sistêmico e estrutural, conferindo assim do ponto de vista teórico, a compreensão de que tal opressão, numa perspectiva histórica e política, engendram as condições nas relações sociais, para que grupos sejam racializados e discriminados de forma sistêmica. (ALMEIDA, 2019).

Na primeira parte deste capítulo identifico e destaco na história recente do serviço social sua organização em diferentes instâncias no enfrentamento ao racismo, abordando a instrumentalidade e do Projeto Ético Político como alinhamento e sustentação teórica e metodológica que materializam nosso lugar no enfrentamento ao racismo. No segundo momento deste último capítulo, compartilho memórias e experiência a luz do modo literário com base na *escrevivência* de Conceição Evaristo, para refletir possibilidade de interlocução entre a profissão e a construção de experiências que caminhe do racismo para o antirracismo. Embora seja o instrumento literário a inspirar a busca empírica da pesquisa, é nos instrumentos de registro profissional que anoro e respaldo a substancia e matéria prima deste trabalho. Reflexão, ação reflexão: partida e chegadas renovadas nos objetivos profissionais cotidianos no SUAS.

À luz do caminho percorrido até aqui em relação ao debate racial no seio profissional, foi fundamental remontar a análise a partir das determinações sócio-históricas que dizem respeito à trajetória negra no Brasil. A compreensão de tais determinações nos deram indícios para não cair em falácias que insistem esvaziar de historicidade as condições em que o racismo se constitui como elemento determinante para sustentar a ordem societária de

estabelecimento de poder, dominação, exploração, expropriação e opressão sobre a vida da população negra.

Feito isso, a pesquisa nos conduziu para trazer neste capítulo, reflexões para potencializar a atenção ao pulsante folego de práticas antirracistas no serviço social, sendo estas, fundamentais para sustentar caminhos e matrizes teórico-práticas que perpassam a luta travada pela vertente crítica da profissão que direcionam o projeto profissional dos últimos 40 anos.

No sentido de percorrer o chão onde o serviço social caminhou para culminar na organização da categoria em torno da questão racial, coube revisitar os fundamentos que sustentam o serviço social para entender em que medida o referencial crítico apreendido pela profissão oferece suporte para compreensão da questão racial no âmbito da profissão.

Importante chave de compreensão da questão social no Brasil refere-se às particularidades da formação histórica e social brasileira. Encontramos em lamamoto (2010) um elemento fundante, sobretudo para o serviço social, com relação à herança colonial e patrimonialista, que atualiza no presente a marca de um Brasil,

“Onde o novo surge pela mediação do passado, transformando e recriando em novas formas nos processos sociais do presente. A atual inserção do País na divisão internacional do trabalho, como um país de economia “emergente” em um mercado mundializado, carrega a história de sua formação social, imprimindo um caráter peculiar à organização da produção, às relações entre Estado e sociedade, atingindo a formação do universo político-cultural das classes, grupos e indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2010, p. 128).

Novamente retomo neste estudo o termo cunhado por Florestan Fernandes, utilizado ainda por lamamoto (2010) onde o “moderno” se constrói por meio do “arcaico” para destacar que as desigualdades expressas na realidade brasileira revelam o que a autora chama de descompasso, atingindo a economia, a política e a cultura. Ora, uma leitura atenta e comprometida com as exigências do referencial teórico crítico no serviço social, vê saltar do texto, ainda que de

forma subjacente, a questão racial como aspecto fundante da questão social brasileira, se for realizada as mediações com base na particularidade brasileira.

Lima (2009) também referenciada na obra de Florestan Fernandes, nos chama a atenção para essa relação de como o “moderno” se constrói por meio do “arcaico”, ao recuperar a perspectiva hegemônica da burguesia no Brasil. Com base na teorização de Florestan Fernandes, a autora destaca o modo como a burguesia não se colocou como classe revolucionária, associando estratos sociais ligados às oligarquia e aos interesses industriais. Kátia Lima (2009) se apropria do termo *contrarrevolução burguesa* para demonstrar como a defesa da ordem do capital pelas ações autocráticas buscavam e buscam ainda, institucionalizar instrumentos relacionados à democracia restrita.

A ideia de que os interesses da classe dominante não poderiam ser alterados resultam em ações violentas e repressivas, combinadas a uma ampliação da participação política da classe trabalhadora. Lima (2009, p. 5) retoma o que Florestan Fernandes chama de contrarrevolução burguesa “a quente” e “a frio”, onde respectivamente a classe dominante estabelece certa ampliação de direitos nos limites das contradições inerentes da relação capital e trabalho.

O próprio processo histórico da “questão social” no Brasil, expresso na relação capital x trabalho se radicaliza no século XX considerando a população negra, pois, se a perspectiva de uma democracia restrita está para a classe trabalhadora brasileira, a funcionalidade do racismo para o modo de produção capitalista vai designar para negros/as a violência e a repressão. Ianni (2005) reforça tal ideia ao acrescentar sobre as questões alusivas à relação capital e trabalho e afirma que a revolução burguesa no Brasil,

“... não resolveu nem encaminhou satisfatoriamente para a grande parte da população; problemas que não interessam às classes dominantes nem resolver, nem encaminhar, sempre os encobrindo ideologicamente ou reprimindo-os com as mais diversas e sofisticadas técnicas de violência” (IANNI, 2005, p. 7).

A perspectiva foi desenvolvida anteriormente neste trabalho, de modo que o fundamento da questão social, em sua gênese e determinações estruturais, possui como um de seus elementos fundantes, a questão racial. Os aspectos

políticos, sociais, econômicos e culturais que fazem do Brasil um emaranhado de contradições e desigualdades, remontam a totalidade dos processos de colonização e de relação dependente no processo de produção e reprodução do modo de produção capitalista. Na síntese a seguir, Ianni (2005) descreve articuladamente os movimentos políticos e os projetos de poder que perpassaram e ainda perpassam o país.

O Brasil já foi colônia e monarquia; e tem sido República. Mas a República tem sido oligárquica e populista, militar, civil, tirania e democracia. Já foi uma província do mercantilismo e uma nação dependente; já teve um projeto de capitalismo nacional e volta a ser província, do globalismo. Definiu-se como “economia primária exportadora” nas épocas colonial e monárquica, bem como no curso da primeira parte do período republicano. Em seguida, nos anos 1930-1964, ensaiou uma “industrialização substitutiva de importações”, realizando amplamente um “projeto de capitalismo nacional”. Depois, no curso da ditadura militar e dos governos civis, desmonta-se totalmente o projeto de capitalismo nacional, compreendendo o incipiente Estado do bem-estar social, e se abre amplamente ao capitalismo mundial, transformando-se em província do globalismo; um caso exemplar da “teoria da dependência perfeita” (IANNI, 2005, p. 8).

Ianni (2005) deixa a sua contribuição ao relacionar aspectos na formação da sociedade brasileira às contradições que nos possibilitam partir de um lugar e marcar uma posição antirracista, que acreditamos ser um caminho sem volta, à medida que o serviço social recorre aos fundamentos de uma sociedade que estrutura o racismo como elemento determinante. A retórica de que a questão racial é um tema, uma onda, ou até mesmo um recorte não deve se sustentar por muito tempo, tendo em vista a maturidade intelectual e militante que referencia suas análises nos marcos da sociedade capitalista, na qual a questão racial, segundo Ianni (2001) foi e continuará sendo um dilema central na formação e transformação da sociedade brasileira. Vale lembrar, que se trata de uma constante disputa, da direção crítica dentro e fora da profissão como processos contra hegemônicos da sociedade, dos quais o serviço social é parte e expressão.

Os processos de violência, dominação e tirania se concretizam ainda sob as peles e histórias de negros/as no Brasil, de modo que tanto no Brasil colonial, monárquico e republicano, a questão racial é um determinante sócio-histórico fundamental para estabelecer tanto processos de opressão, bem como os processos de organização da luta e resistência de negros/as no país.

A partir dessa compreensão é fundamental não perder de vista os avanços que o serviço social brasileiro tem realizado no campo do debate racial e da luta antirracista. Numa construção persistente, assistentes sociais organicamente inseridos em espaços de militância como o movimento negro, foram ecoando e incorporando tanto na produção acadêmica quanto no trabalho profissional, uma série de estratégias para pautar o debate, sobretudo por meio de instancias representativas da categoria, como o CFESS e a ABEPSS.

É imperioso, ao remontar o compromisso do serviço social simbolicamente demarcado no III CBAS em 1979 que se levanta publicamente como sujeito coletivo contra todas as formas de opressão. Trava a partir daí, o diálogo referendando o Código de Ética de 1993, que indica e aponta as defesas a serem feitas e asseguradas no âmbito da profissão junto à classe trabalhadora.

Uno-me a diversos/as pesquisadores/as, profissionais e estudantes que se debruçam a estudar a questão racial no serviço social para afirmar que os princípios circunscritos na compilação sistemática dos princípios éticos da profissão se comprometem com o “*empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças*” (CFESS, 2011, p. 23). O Código de Ética de 1993 consolida o reconhecimento do caráter investigativo da profissão, e segundo Silva (2004) confere um substrato crítico-analítico que dá condições de construir objetivos de ação de acordo com as proposições ético-políticas do projeto profissional.

Dialogando com as produções acadêmicas do presente tempo dessa pesquisa, baseio-me em autores como Moreira (2019), que apresentou breve histórico da apreensão do racismo na história do serviço social brasileiro<sup>17</sup>. Assim como

---

<sup>17</sup> Tales Willyan Fornazier Moreira, em *Serviço Social e Luta Antirracista: contribuição das entidades da categoria no enfrentamento ao racismo* apresenta de forma crítica e assertiva a

abordado no capítulo 2 deste estudo, Moreira (2019) revisita a trajetória do serviço social, perpassando por sua gênese de matriz conservadora, moral e religiosa, apresentando elementos de como o serviço social também reproduzia o racismo, visto que a profissão não estaria alheia ao modo como o racismo estruturava as relações no surgimento da profissão.

À luz dos recentes 40 anos do Congresso da Virada, onde se marca historicamente a “virada” de uma matriz conservadora para o direcionamento rumo ao horizonte ético-político a favor da classe trabalhadora, o serviço social movimentou na categoria o que conhecemos por renovação profissional, atribuindo assim, uma nova compreensão social da profissão. Identificar na memória do serviço social todo esse processo é relevante no sentido marcar a ruptura pública e coletiva de uma práxis conservadora, que culminou no fortalecimento de bandeiras de luta, reconhecimento e organização de assistentes sociais em torno de diversas agendas e uma delas consiste no enfrentamento ao racismo.

Reconhecemos que a partir da década de 2000, diversas produções teóricas se intensificaram no sentido de construir um conjunto de saberes em torno da questão racial e do serviço social, de modo que na atualidade uma série de conteúdos e discussões foram contribuindo para uma análise crítica, e mais uma vez assistentes sociais negras tem sido vanguardas nesse processo. Temos visto que por meio dessas mulheres, que a lacuna relacionada ao reconhecimento do racismo como elementos fundante e estruturante na sociedade, tem dado lugar a profícua produção de saberes com relação à luta antirracista no serviço social.

As mulheres negras assistentes sociais, por meio de suas obras, nos convidam a refletir, a dialogar, desconstruir e construir, a mover marcos, a provocar rupturas, a sermos conscientes de nossas lacunas e a permitir-se incomodar

---

trajetória da apreensão do racismo no interior do serviço social, refletindo a forma como a profissão, por meio da produção e reprodução das relações sociais, reproduziu o racismo na forma como vislumbrava a classe trabalhadora, a subproletarização da população negra, da forma moralizante de intervir junto aos diferentes arranjos das famílias negras e periféricas, e, sobretudo como estas eram consideradas nas políticas sociais. O autor faz importantes mediações entre a trajetória de assistentes sociais na reprodução do racismo, mas também coloca o contraponto com a atuação dos profissionais que ousadamente denunciaram o racismo e se organizam em diferentes instâncias no que diz respeito ao seu enfrentamento.

com as dores e mortes advindas do racismo. As obras e autoras que iremos mencionar aqui nos servem como dado da pesquisa realizada para esta dissertação, pois confere a sua dimensão empírica com base nas produções recentes da profissão, que atestam as nossas hipóteses e contribuem para a realização dos objetivos propostos. Vão desde a autocrítica da profissão relacionada à naturalização e invisibilidade da questão racial como uma questão que atravessa profundamente a história de negros/as no Brasil, até o reconhecimento e organização por pautar no Serviço Social esse debate.

Hoje é possível encontrar relevantes produções teóricas relacionadas às categorias: *racismo estrutural*, *racismo institucional*, *questão racial*, *preconceito*, *discriminação racial*, *racismo estrutural* e expressões correlatas. E vimos que tais categorias estão sendo estudadas e relacionadas às políticas sociais, aos indicadores exponenciais de violência no Brasil, na estruturação de documentos que subsidiem o debate sobre a questão racial na formação em serviço social, dentre outros desdobramentos.

Um referencial de despertamento para minha reflexão e escrita enquanto pesquisadora, e acredito que para inúmeros assistentes sociais que se debruçam sobre a questão racial iniciou com o acesso ao compilados de artigos publicados em 2013 por meio da revista *Libertas*, volume 13, que apresenta 07 artigos e a descrição de 02 entrevistas. Elencarei, sem prejuízo aos demais artigos da revista, a obra de Menezes (2013) e Junior (2013), que de modo que as mesmas apresentaram uma sinergia para as análises necessárias para o desvelamento do objeto dessa pesquisa.

Repensando a Funcionalidade do Racismo para o Capitalismo no Brasil Contemporâneo intitula o artigo de Menezes (2013), apresenta uma histórica contribuição da autora ao serviço social por defender que a profissão dispõe de um aporte teórico acumulado, de modo a evidenciar a funcionalidade do racismo na estrutura de exploração capitalista. O estudo da autora, como os demais que se apresentarão aqui, contém riquíssimos dados, análises e mediações para a compreensão do lugar da população negra no Brasil. *Complementar a ideia de Menezes (2013), Junior (2013) pontuou os motivos que o levou pesquisar a questão étnico-racial no âmbito do serviço social.*

“O motivo que me levou a pesquisar a relação entre o serviço social e a questão étnica racial está diretamente relacionado à questão social e um dos seus pilares no Brasil é a desigualdade racial, expressa através das disparidades econômicas e sociais encontradas ao se observar a realidade vivenciada por brancos e negros” (JUNIOR, 2013, p. 193).

Assistentes sociais atentos e articulados com os pressupostos teóricos e metodológicos que sustentam a profissão precisam se sentir incomodados/as, inconformados/as e aspirantes por outra sociedade que não hierarquize e determine quem vive e, mais, em quais condições devem viver, como é o caso da população negra no Brasil. Junior (2013) fala de sua motivação em pesquisar quando observa a realidade vivenciada por brancos e negros, ou seja, o que é concreto está posto, de modo que se faz urgente mover-se da aparência para a essência ao estudar a desigualdade racial brasileira.

Na perspectiva do acúmulo do debate racial no serviço social, a assertiva contribuição de Eurico (2013) no debate que relaciona racismo institucional e a percepção de assistentes sociais se reatualiza cotidianamente na necessidade de reconhecer que o racismo institucional se manifesta por que o racismo é estrutural. A autora nos provoca a reconhecer práticas, narrativas e posturas no conjunto da profissão, que demonstram a percepção dos/das assistentes sociais acerca do racismo institucional.

No que diz respeito a lacuna existente entre o serviço social e a questão étnico-racial, Almeida (2015) relaciona uma série de elementos sócio históricos no desejo de aproximar assistentes sociais do debate racial, visto a inserção destes/as em políticas sociais e suas possibilidades de mobilização e articulação no atendimento a negros/as enquanto classe trabalhadora.

Em Costa (2017), compreendemos como a intersecção das relações étnico-raciais com a questão de gênero no SUAS reproduz uma série de relações hierarquizadas de poder e dominação, que refletem no quanto mulheres negras estão expostas a uma condição sócio histórica de desfavorável a sua existência.

O debate sobre raça e diversidade humana na elaboração teórica de Almeida (2017), nos dá a dimensão de como a herança colonial, que configura racismo e interesses das classes dominantes, alterou significativamente a vida de negros/as, de modo que *“...a saúde física e mental dessa população é condicionada por determinantes sociais em que o desgaste físico, as humilhações, o preconceito e discriminações farão parte da vivência negra nos lugares sociais definidos para a população negra pela ordem racista e patriarcal”* (ALMEIDA, 2017, p. 43).

Simultaneamente, Madeira (2017), ao refletir sobre *Questão racial e opressão: desigualdades raciais e as resistências plurais na sociedade capitalista*, apresenta elementos estruturantes da continuidade dos sistemas de opressão e violência advindos de práticas racistas nas relações sociais, onde uma síntese de variadas abordagens da questão racial na sociedade brasileira oferecem condições para desvelar as contradições inerentes à sociedade capitalista, imbricadas a questão racial.

Martins (2020) destaca em sua pesquisa *Racismo Estrutural/Institucional e Serviço Social: Formação Profissional e Desafios*. “O Silenciamento da Questão Étnico-Racial No Serviço Social Brasileiro”, chama a atenção para o silêncio da discussão e apreensão da questão étnico-racial no serviço social, evidenciando como valores presentes na sociedade brasileira, como o “mito da democracia racial”.

Os anos de lacuna e silenciamento no interior da profissão dá lugar ao “canto de revolta pelos ares<sup>18</sup>” como na canção de Clara Nunes. As obras circunscritas acima denunciam e deflagram que “um lamento triste sempre ecoou”. Este lamento estava limitado à compreensão do racismo nas múltiplas expressões da “questão social”, porém sem o devido entendimento da sua profunda dialética e estruturação da questão racial como elemento fundante da questão social, em especial, na particularidade brasileira.

Concomitante a profusão de estudos e pesquisas em torno da questão racial e

---

<sup>18</sup> O trecho citado no texto trata-se da canção intitulada o Canto das Três Raças, de autoria de Mauro Duarte e Paulo Pinheiro, interpretada pela cantora Clara Nunes.

serviço social, o CFESS e a ABEPSS enquanto instâncias organizativa e representativa de assistentes sociais concretizaram na história recente uma série de movimentos relacionados ao aprofundamento do debate racial tanto na dimensão do trabalho profissional quanto na formação.

No âmbito do Conjunto CFESS-CRESS, a Campanha *Assistentes Sociais no Combate ao Racismo*, deliberada por meio da aprovação do 46º Encontro Nacional CFESS-CRESS em 2017, reuniu uma série de ações que tiveram por objetivo,

“Dialogar com toda a categoria de assistentes sociais, com a população usuária do Serviço Social, com o movimento negro e com a sociedade em geral sobre o racismo; Incentivar a categoria de assistentes sociais a promover e intensificar ações de combate ao racismo em seu cotidiano profissional, dando visibilidade para ações que já ocorrem; Denunciar, de forma direta, diferentes expressões de racismo; Valorizar a população e a cultura negra” (CFESS, 2018).

Cada objetivo traçado pela campanha transformou-se em ações que reverberou em vários espaços da militância da profissão, no movimento negro e demais movimentos sociais, em espaços sócio ocupacionais de assistentes sociais, entre os/as usuários/as. Por meio dos CRESS a campanha ganhou capilaridade contemplando o público alvo que se propôs atingir.

A campanha além de reunir objetivos tão assertivos e importantes na luta por um serviço social antirracista provocava para além de um sentimento de dor e lamento pela opressão que envolve o assunto, uma espécie de celebração e identidade coletiva entre os/as assistentes sócias negros/as. A cada oficina, debate, minicurso, ato político, dentre tantas atividades, foi possível reconhecer que a campanha promoveu um espaço de acolhimento e afetividade com os/as trabalhadores negros/as que vivenciam enquanto sujeitos, o racismo. (CFESS, 2020)

É preciso reconhecer também a dimensão subjetiva que a campanha alcançou em muitos/as assistentes sociais, mesmo em meio a hostilidade de um tempo tão rude e perverso, onde a desqualificação da luta antirracista tenta ser

descredibilizada pela ideia do mito da democracia racial. Assistimos assistentes sociais se auto declararem negros/as, identificar e se organizar no enfrentamento ao racismo institucional nos espaços de trabalho, de se aproximar e fazer do movimento negro uma espaço de militância e fortalecimento entre os pares, dentre tantos outros desdobramentos que estão na memória<sup>19</sup> dessa geração de assistentes sociais. (CFESS, 2020)

“A campanha do triênio 2017-2020, Assistentes Sociais no Combate ao Racismo, cumpriu, assim, com o objetivo de ampliar a presença do debate sobre racismo na profissão, mas, principalmente, de instrumentalizar a categoria enquanto parte consciente da sociedade, que deve fazer seu enfrentamento. Sabendo que ainda temos muito a caminhar, registramos que um passo importante foi dado: hoje não há como negar que combater o racismo tem tudo a ver com nosso trabalho e nossas vidas. Não há como negar também que essa tarefa vai muito além dessa campanha, que se encerra em 2020, embora tenha nela o reconhecimento de uma ação estratégica no caso da categoria e das entidades do Serviço Social brasileiro” (CFESS, 2020, p 24).

Por ora, os desdobramentos da campanha nos aponta que para os/as assistentes sociais o caminho tem um sentido, que é o da permanência e resistência. Se “nossos passos vem de longe”, eles possuem firmeza o suficiente para que o caminho continue a ser percorrido, mesmo diante da ofensiva genocida do Estado brasileira que fazem interromper vidas e memórias negras. A história do povo negro no Brasil é uma história sem volta quando olhamos os movimentos por resistir e existir numa sociedade racista.

A perspectiva da formação profissional é outro importante fundamento para dar suporte ao enfrentamento ao racismo, por meio da articulação e defesa de uma formação em serviço social comprometida com as práticas antirracistas. Nesse sentido, a ABEPSS tem relevância ao incidir uma série de movimentos fomentando a sistematização acadêmica a partir da criação do Grupo de Trabalho Temático – GTP, Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades. (ELPIDIO, ROCHA, SILVA, 2018).

---

<sup>19</sup> No ano de 2020 o Conselho Federal de Serviço Social, no intuito de sistematizar e deixar um legado relacionado à campanha publicou O Livro Assistentes Sociais no combate ao Racismo – Campanha da Gestão 2017-2020. O livro reúne o compilado das ações, peças publicitárias, relato e registro fotográfico das ações. A publicação encontra se no link <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroCampanhaCombateRacismo.pdf>

No documento que tem por proposta subsidiar o debate sobre a questão racial na formação reconhece que embora estejamos presenciando o aumento das produções na área da questão racial e do racismo, ainda sim, é incipiente se considerarmos os espaços formativos como a graduação, pós-graduação e as ações de educação permanente. O documento em questão sugere uma série de propostas das quais destacamos, “... *que cada regional incentive atividades nas UFAs e organize dois ciclos de debates regionais no primeiro semestre de 2019, com intuito de aprofundar a discussão com a base profissional e incorporar elementos teóricos, empíricos* (ELPÍDIO; ROCHA, 2018, p. 423).

Outra perspectiva que considero favorável no interior do serviço social com relação as práticas antirracistas encontram lugar no acúmulo de estratégias e alternativas por parte do serviço social para responder às múltiplas expressões da questão social, que segundo lamamoto (2015), tem sido tensionadas por um conjunto de implementação de políticas sociais públicas no fim da década de 1980. Entretanto, quais estratégias o serviço social possui para responder a violações referente à questão racial, sobretudo, frente ao racismo institucional, numa política social de imensas contradições como a política de assistência social?

Para ilustrar a necessidade de avançar em práticas antirracistas por meio do serviço social no SUAS, atestamos por exemplo, com relação ao quesito raça/cor de acordo com o IPEA (2016) que o Brasil, não conta com estatísticas oficiais sobre a população em situação de rua.

O prejuízo dessa ausência de dados não é maior por que no âmbito da política de assistência social, é realizado anualmente o Senso SUAS<sup>20</sup>, que dentre vários objetivos relacionados a toda a execução do sistema, pesquisa e

---

<sup>20</sup> O Censo SUAS é o principal instrumento nacional de coleta de informações sobre a gestão da Assistência Social. A coleta é feita junto as unidades de atendimento do SUAS como :Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Posto do Cadastro Único, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), além da Gestão Municipal e Estadual também coletam informações importantes sobre o Cadastro Único. (BRASIL, 2016). <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia/informe-gestores/informe-gestores/censo-suas-2020-ja-esta-no-ar>

monitora dados da população em situação de rua, dentre outros objetivos. Cabe destacar que no Senso Suas não estão todas as pessoas em situação de rua nos municípios, mas sim aquela que em algum momento do ano foi atendida em alguma unidade de atendimento do SUAS. Na Nota Técnica Nº 73 - *Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil - Setembro de 2012 de Março de 2020*), nos dados extraídos do Senso SUAS, não encontramos as palavras negros, pretos e/ou pardos.

No ano de 2019, por exemplo, a Prefeitura Municipal de São Paulo realizou por meio do Centro de Pesquisa e Memória Técnica (CPMT) o senso da População em Situação de Rua. No relatório final, dentre muitas informações, apresenta que 85% são homens, e desse universo, 68.6% de autodeclaram negros. Dados como estes por si só derrubam a ideia e democracia racial, visto que, se a questão racial não estruturasse as desigualdades no Brasil, a condição em vida de pessoas na rua seria algo racialmente democratizado. Haveria desse modo negros/as e não negros/as vivenciando tal condição.

Se não é reconhecido que a população em situação de rua no Brasil possui uma raça e que pertence a uma classe, fatalmente as políticas públicas não corresponderão com medidas protetivas e de reestabelecimento de vínculos famílias e comunitários. Não abstraímos aqui a complexidade em torno do trabalho com essa população, mas certamente a complexidade na intervenção tem raízes no intenso processo de violência e ausências que tem o racismo como pedra basilar dessas opressões.

Diante disso, podemos reconhecer nas palavras de Iamamoto (2015) que tem sido requerido dos/das assistentes sociais novas exigências de qualificação, considerando a descentralização de determinadas políticas, onde dentre elas a autora cita,

O domínio de conhecimento para realizar diagnósticos socioeconômicos de municípios, leitura e análise do orçamento público, identificando seus alvos e compromissos, assim como os recursos disponíveis para projetar ações; o domínio no processo de planejamento, a competência de gerenciamento e avaliação de programas e projetos sociais; a capacidade de negociação; o conhecimento e o know-how na área de recursos humanos e relações no trabalho, entre outros (IAMAMOTO, 2015, p. 207).

Se articularmos a questão da população em situação de rua nos centros urbanos, associadas às *novas exigências* que lamamoto (2015) menciona, é imperativo ao serviço social como profissão considerar para essa população garantir deveres que constam no artigo 5º do Código de Ética<sup>21</sup>. Cada alínea desse artigo terá desdobramentos e intervenções se forem devidamente aplicadas sob o Princípio Fundamental VI do mesmo código que defende o “*Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças* (CFESS, 1997)”. Os procedimentos aqui arrolados operados por meio do serviço social precisam estar a serviço de desvelar e buscar estratégias coletivas de enfrentamento ao racismo institucional.

A dimensão investigativa do serviço social é essencial aos assistentes sociais para que façamos valer a expressão *nenhum passo atrás* no enfrentamento ao racismo, visto que cada campo ocupacional apresenta particularidades e realidades que demandam de seus profissionais intervenções direcionadas as necessidades da população que acessa tanto a política de assistência social quanto o serviço social. Nesse sentido, identificar e conhecer o racismo estrutural, e compreender sua manifestação nas instituições é fundamental para organizar a estratégia de enfrentamento com os/as usuários/as do SUAS.

Sem uma visão romântica, salvacionista ou messiânica da profissão, considerando toda precarização do trabalho e da formação profissional em tempos de um capitalismo em crise, agravada pela pandemia da Sars Covid - 19, considerando o legado crítico acumulado, espera-se que o/a assistente

---

<sup>21</sup> Art. 5º São deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as: a- contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais; b- garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, espeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrários aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste Código; c- democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as; d- devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses; e- informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos; f- fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional; g- contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados; h- esclarecer aos/às usuários/as, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional. (CFESS, 1997, p. 23).

social comprometido/a com a leitura crítica de sua realidade buscará no âmbito do seu exercício profissional ferramentas para compreender a realidade que está apresentada a ele. Diagnósticos, relatórios situacionais, mapeamento da rede sócio assistencial, identificação dos indicadores e índices dentre outros instrumentos que são de extrema importância para compreender a situação da população negra na realidade em que se busca incidir.

As reflexões que vamos apresentar a seguir são fruto de um apanhado de algumas referências do serviço social que discutem a instrumentalidade e a dimensão técnico-operativa no contexto da profissão. A intenção é apresentar os elementos teóricos centrais em torno dessa temática no serviço social, para depois relacionarmos o debate da instrumentalidade com a possibilidade de práticas antirracistas à luz do projeto ético-político profissional.

Destaco que as memórias e experiências que serão compartilhadas por meio da *escrivência* neste Capítulo 3, têm por suporte e caminho os elementos constitutivos da profissão, além de pavimentar a práxis no campo profissional que nos indica os instrumentais que norteiam o trabalho de assistentes sociais, sobretudo quando estes/as atendem a população negra.

### **3.2. CAMINHOS NA BUSCA POR UMA A PRÁXIS ANTIRRACISTA NO CAMPO PROFISSIONAL**

Coerente com o caminho que articula as três dimensões que constituem o trabalho profissional, no exercício de costurar as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas, destaco agora aspectos que conformam esta dialética com a dimensão técnico-operativa a partir da *Escrivência* de uma práxis profissional.

Ao trabalhar as *Particularidades do instrumental técnico-operativo do Serviço Social no processo de produção e reprodução social*<sup>22</sup>, Trindade (2001)

---

<sup>22</sup> O artigo de Rosa Lúcia Prêdes Trindade foi publicado na Revista *Temporalis* nº04, Ano II, julho a dezembro de 2001. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Brasília: ABEPSS, Grafile. Não é nosso objetivo central aprofundar o debate para os termos dessa pesquisa sobre a natureza do trabalho de assistentes sociais, de modo que aqui vamos destacar o que o texto pode contribuir para realizar as mediações

considera que para atuar na prestação de serviços sociais, vinculados às diversas políticas públicas, o/a assistente social precisa ter demarcado a natureza do seu trabalho. E para o que objetivamos, vamos resgatar brevemente a essência dessa natureza para compreender como o instrumental técnico-operativo do Serviço Social pode contribuir com a luta antirracista no âmbito da profissão.

Vimos que o serviço social como profissão situada historicamente na divisão social do trabalho se situa na produção e reprodução das relações sociais, ou seja, nos termos de Iamamoto (2006) a profissão está circunscrita na criação de condições necessárias ao processo de reprodução social, através de ações que tanto sobrevivem sobre as condições de vida dos trabalhadores, quanto aos fins ideológicos que reforçam (ou não) o consentimento das condições de compra e venda da força de trabalho. E para dar materialidade a sua intervenção, assistentes sociais recorrem ao instrumental técnico-operativo, que na concepção desenvolvida por Trindade (2001),

“os profissionais acionam um instrumental técnico-operativo que constitui um conjunto de instrumentos e técnicas diferente daquele utilizado na esfera da produção material, cuja base é a transformação de objetos materiais. Aqui vale destacar que não se trata de desconsiderar que o processo de produção e reprodução social se constitui não somente como um processo de produção material, visto que envolve a reprodução das forças produtivas e das relações de produção, sendo, portanto, reprodução material e reprodução das formas de relação entre os homens. Dessa forma, reafirmamos a compreensão de que o processo de produção, voltado à satisfação das diversas necessidades humanas, envolve tanto as atividades diretamente vinculadas à produção de bens materiais, quanto aquelas voltadas à regulação das relações sociais. Ambas, progressivamente articuladas, devido à diversificação e complexificação das necessidades sociais (TRINDADE, 2001, p. 2).

O processo de municipalização de diversas políticas sociais públicas, como a de assistência social, tem demandado de assistentes sociais ampla atuação na *esfera da formulação e avaliação de políticas e do planejamento, gestão e monitoramento, inscritos em equipes multiprofissionais* (IAMAMOTO, 2015, p. 207). Esta conquista e possibilidade é também uma oportunidade para incidir

de forma crítica, articulada ao projeto ético-político da profissão, na luta, construção e contribuição nas políticas sociais no Brasil.

Para formular, executar, monitorar e gerir políticas públicas é requerido dos/das profissionais do serviço social reconhecer que “*a utilidade social da profissão está em responder às necessidades das classes sociais, que se transformam, por meio de muitas mediações, em demandas para a profissão* (GUERRA, 2000, p.6)”. E para responder às necessidades das classes sociais é imprescindível que assistentes sociais compreendam, como indicado por Guerra (2000, p.1) que a instrumentalidade se trata de uma *determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio histórico*.

Isso quer dizer que para assistentes sociais darem instrumentalidade às suas ações, é imprescindível que utilizem, criem e adequem as habilidades necessárias para transforma-las em meios/instrumentos. (GUERRA, 2000). Complementando, Guerra (2000) sintetiza que,

“... a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano (GUERRA, 2000, p. 2)”.

A intencionalidade nas respostas profissionais dependerá nesse sentido das mediações que realizamos para subsidiar as ações, e assim Guerra (2000) estabelece que a utilidade social de uma profissão se constitui das necessidades sociais. Sendo assim, é necessário que os/as trabalhadores do serviço social, “*em face de sua intencionalidade, invistam na criação e articulação dos meios e instrumentos necessários à consecução das suas finalidades profissionais* (GUERRA, 2000, p. 13)”.

Santos e Noronha (2010), em pesquisa sobre *Os instrumentos e técnicas na intervenção profissional do assistente social* defendem de forma didática as

reflexões acerca de como os instrumentos estão imbricadas diretamente com a profissão, e pautam o entendimento que a utilização dos mesmos demanda conhecimento sobre o que é o serviço social, o sentido crítico de sua existência enquanto profissão na divisão social e técnica do trabalho, além de seu objeto e amplitude com relação à sua intervenção.

Outra questão relevante sobre a instrumentalidade, e que tem convergência com a contribuição de práticas antirracistas na profissão, diz respeito a algo que precede o debate sobre os instrumentos e técnicas para a ação profissional. Guerra (1999) discorre que para além do entendimento operacional (o que é feito e como é feito) é preciso assimilar (para que, onde e quando fazer”) e considerar quais os desdobramentos que nossas ações profissionais resultam. Trindade (2001) ao apresentar suas contribuições para situar o sentido sócio histórico do instrumental técnico-operativo no serviço social, nos alerta que.

Ao enfatizar o estudo dos instrumentos e técnicas, não estamos limitando o instrumental à condição de repertório interventivo, a um rol de instrumentos e técnicas que seriam suficientes para a eficiência da ação. Nossa perspectiva teórica aponta a insuficiência de uma visão de instrumental técnico-operativo restrito à habilidade e ao manejo desse repertório, pois esta é uma concepção que isenta o instrumental de suas relações mais amplas, restringindo-o à sua condição de acervo técnico (TRINDADE, 2001, p. 1).

É preciso reconhecer que o “*para que, onde e quando fazer*” para os termos e objeto de nossa pesquisa, precede também de publicações no serviço social que norteiam e subsidiam o processo de trabalho de assistentes sociais na política de assistência social. Nesse sentido, o documento *Parâmetros para Atuação de Assistente Sociais na Política de Assistência Social*, que compõe a série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais, elaborado pelo CFESS (2011), tem importante contribuição no debate que este estudo propõe à medida que o documento apresenta que os “*parâmetros têm como pressupostos que a definição de estratégias e procedimentos no exercício do trabalho deve ser prerrogativa dos/as assistentes sociais, de acordo com sua competência e autonomia profissional* (CFESS, 2011, p. 4)”.

A publicação do CFESS (2011) aporta seu conteúdo no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão atribuições e competências dos/das profissionais do Serviço Social, que por sua vez apresentam conteúdos que para este estudo nos ajudam a fazer as mediações necessárias para captar as contribuições do serviço social na luta antirracista. Nesse sentido, é apropriado também com relação ao racismo institucional instaurar que,

O perfil do/a assistente social para atuar na política de Assistência Social deve afastar-se das abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas, que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente (CFESS, 2011, p. 18).

Aspecto importante para o que estamos discutindo remonta à formação dos/das assistentes sociais. Nos princípios que definem as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996), vemos, sobretudo, nos dois primeiros elementos o que temos apresentado como chão teórico para essa pesquisa, uma vez que abordamos as particularidades da formação social brasileira e a apreensão da especificidade brasileira sobre a questão racial.

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade; 2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; 3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; 4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; 5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor. (ABEPSS, 1996, p. 7).

Em concordância com as dimensões que compartilhamos alusivas ao Serviço Social, o CFESS (2011) destaca que as competências estabelecidas pelo documento da ABEPSS (1996) atribui a formação profissional em serviço social condições de analisar criticamente a realidade, o cotidiano e pensar a partir dele enfrentamento a situações de demandas sociais que se colocam de acordo com cada realidade.

E não menos importante, o Código de Ética Profissional do serviço social se coloca como importante horizonte político e de intencionalidade dessa profissão. José Paulo Netto (2013) analisa que tal código foi fruto de um debate amplo, plural e denso, promovido em escala nacional. E segundo o autor,

“...esta é a razão principal da sua incontestada legitimidade (para além da sua legalidade, assegurada pela sua plena consonância com a Constituição de 1988): ele condensou, nos seus fundamentos, na sua estrutura e na sua forma, talvez o mais largo e significativo consenso democrático a que chegou a categoria profissional em toda a sua história no Brasil (NETTO, 2013, p. 20)”.

Sobre o significativo consenso democrático que Netto (2013) se refere, é importante compreender que o serviço social é perpassado por um projeto coletivo, e que nesse sentido Teixeira (2009, p.2) entende que “tanto os projetos societários quanto os projetos coletivos vinculam-se à práticas e atividades variadas da sociedade. São as próprias práticas/atividades que determinam a constituição dos projetos em si”.

Apresentamos tal entendimento para reconhecer que o Projeto Ético Político é atravessado por uma dimensão política e se desenvolve em meio às contradições das classes sociais antagônicas. Isso deixa evidente que sua construção no serviço social brasileiro tem por horizonte um projeto de transformação da sociedade. (TEIXEIRA, 2009). A autora ilustra que,

Nas diversas e variadas ações que efetuamos, como plantões de atendimento, salas de espera, processos de supervisão e/ou planejamento de serviços sociais, das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas mesmas, embutimos determinada direção social entrelaçada por uma valoração ética específica. As demandas (de classes, mescladas por várias outras mediações presentes nas relações sociais) que se apresentam a nós manifestam-se, em sua empiria, às vezes, revestidas de um caráter mistificador, nem sempre revelando seus reais determinantes e as questões sociais que portam, daí que essas demandas devem ser processadas teoricamente. (TEIXEIRA, 2009, p. 5, grifo nosso).

Ao colocar as demandas de classes, a autora menciona “*outras mediações presentes nas relações sociais*” (TEIXEIRA, 2009, p. 6). Consigo refletir que a questão racial é uma importante mediação a ser considerada, visto que vimos afirmando ao longo do estudo sua espinha dorsal na questão social no Brasil. As demandas de classes que se apresentam ao serviço social e chegam ao cotidiano profissional são respondidas por meio de nossas ações, que historicamente podem beneficiar interesses sociais antagônicos e contraditórios. (TEIXEIRA, 2009).

A dimensão política do Projeto Ético Político dialoga fundamentalmente com um serviço social comprometido com a luta antirracista. É possível deslocar do reconhecimento do racismo para o antirracismo na profissão, por que tal projeto revela,

A auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...] (NETTO, 1999, p. 95).

A autoimagem da profissão é fruto das bases sociais localizadas no Projeto Ético Político, e por meio de tais bases encerramos este capítulo corroborando que a gênese desse projeto é repleta de historicidade, pois,

Sabemos que seu surgimento foi determinado fundamentalmente em função de certos (as) sujeitos e condições históricas: o protagonismo da profissão, em seus setores progressistas, contando com o processo de reorganização das classes trabalhadoras e dos movimentos democrático-populares, no contexto de redemocratização da sociedade brasileira dos anos 1980. Sendo assim, a nossa força política está articulada, ainda que não seja de forma mecânica, ao avanço dessa base social, que tem como protagonistas os sujeitos de nossa intervenção profissional: as classes trabalhadoras. (BARROCO, 2012, p. 212).

Olhando essa classe trabalhadora e seu movimento na história, é que nos colocamos sem determinismo ou pretensões sem a devida leitura de conjuntura, considero que temos um caminho sem volta no que diz respeito à luta antirracista na profissão. Temos acabou teórico que nos sustenta nessa

luta, estamos na construção de pesquisas e estudos sobre o racismo e suas expressões e temos os sujeitos dessa luta, que são os/as assistentes sociais. Para além disso, temo o projeto de sociedade que desejamos inscrito no Projeto Ético Político, e nesse projeto não coadunamos e nem toleramos as desigualdades impostas pela produção e reprodução social baseadas em relações raciais que oprimem e determinam a vida apenas a um grupo.

### **3.3. ESCREVIVÊNCIAS PROFISSIONAIS: EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NOS ESPAÇOS DO SUAS**

A questão racial e os efeitos do racismo institucional sobre a população atendida na política de assistência social nos impelem a destacar as contribuições concretas do serviço social, e a partir disso, pensarmos a construção de práticas antirracistas no SUAS.

Entretanto, para abordar as contribuições concretas, apresento como conteúdo a memória e a experiência na minha escrita profissional<sup>23</sup>. Partindo do SUAS, gostaria de destacar primeiramente uma ação essencial para preparar o caminho para o compartilhamento das memórias e experiências.

Entretanto é importante considerarmos que tais experiências, de onde partem minha escrita, se deram em contexto e condições de trabalho onde estão postas fragilidades trabalhistas quanto ao vínculo, em virtude das condições do trabalho precarizado. Iamamoto (2015) coloca que,

“a condição assalariada, envolve, necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, consubstanciadas no contrato de trabalho que se realiza: intensidade, jornada, salário, controle de trabalho, índices de produtividade e metas a serem cumpridas” (IAMAMOTO, 2015, p. 218).

Nesse sentido, refutamos a ideia de messianismo e fatalismo, e sim, a necessidade de enfrenta-los por meio de uma práxis crítica no exercício da

---

<sup>23</sup> Como conteúdo de minha escrita profissional, recorri a anotações pessoais que registrava em cadernos, como uma espécie de diário de campo. Cabe destacar que não são as sistematizações e registro das instituições onde estava formalmente contratada.

autonomia relativa, resguardando-a na garantia de um exercício profissional que a potencialize, tendo por base um projeto profissional “*coletivo impregnado de história e embasado em princípios e valores radicalmente humanistas, com sustentação em forças sociais reais que partilham de um projeto comum para a sociedade*” (IAMAMOTO, 2015, p. 219). O acesso as minhas experiências profissionais não está descolado do contexto de um SUAS em desmonte, tendo em vista a Emenda Constitucional Nº 95, conhecida também como a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, instituindo um novo regime fiscal que congelou gastos da União por 20 anos. Todo este contexto, além dos retrocessos presentes na política do governo Bolsonaro, faz com que questões que pensávamos estar superadas na política de assistência social, retornem com toda força, tendo como pano de fundo o neoconservadorismo como tratado no Capítulo 2.

*A acolhida, preconizada no SUAS* enquanto processo de aproximação inicial com as famílias e indivíduos, consiste no exercício de *inicial de escuta das necessidades e demandas trazidas pelas famílias, bem como de oferta de informações sobre as ações do Serviço, da rede sócio assistencial, em especial do CRAS e demais políticas setoriais* (BRASIL, 2012).

Carolina Maria de Jesus, no livro *Quarto de Despejo* fez uma inquietante narração que pode nos indicar que sentido o processo de escuta e acolhida pode (ou não) ter nas unidades de SUAS.

Eu sei que existe brasileiros aqui dentro de São Paulo que sofre mais do que eu. Em junho de 1957 eu fiquei doente e percorri as sedes do propalado serviço social. Devido eu carregar muito ferro fiquei com dor nos rins. Para não ver meus filhos passarem fome fui pedir auxílio ao propalado serviço social. Foi lá que eu vi as lágrimas deslizarem dos olhos dos pobres. Com é pungente ver os dramas que ali se desenrola. A ironia com que são tratado os pobres. A única coisa que eles querem saber são os nomes e endereços dos pobres. (JESUS, 1960. p. 37).

Mais que um espaço formal do SUAS, que tende a ser uma porta de entrada burocrática como disse Carolina Maria de Jesus no trecho que menciona “só querem saber os nomes e endereços dos pobres” (1960, p.37), pode-se ter uma acolhida numa perspectiva de caminho, visto que por meio dela é possível

acolher questões, dúvidas, queixas, reclamações e transformá-las em demandas, em matéria prima a ser trabalhada por assistentes sociais, independente do serviço ou programa do SUAS em que ele for agente público.

O diálogo franco, uma escuta sem julgamento ou preconceitos, que permita à família falar de sua intimidade com segurança, e a capacidade de percepção de quem acolhe, são condições básicas para que o saber profissional seja colocado à disposição da família, auxiliando-a na construção do conhecimento sobre sua realidade e, conseqüentemente, no seu fortalecimento. (BRASIL, 2012, p.17).

Nesse sentido, auxiliar a família na *construção de conhecimento sobre sua realidade*, é trazer para a acolhida à dimensão de que a demanda ali apresentada não é individual, e sim coletiva e compartilhada por outras famílias. A acolhida é necessária em qualquer política pública que tem por finalidade a atenção direta a população, é a partir dela que é possível estabelecer vínculos de confiança para que os desdobramentos do atendimento aconteçam de respeitando a autonomia de cada sujeito.

Quando trazemos para a dimensão da escuta num relato onde o racismo se mostra evidente ou não num atendimento, a acolhida é fundamental para que a violação ali relatada tenha por parte da pessoa em escuta, o entendimento do racismo como algo estrutural, que não está apenas no campo individual. Compreendi por meio da trajetória profissional e ouvindo outros/as assistentes sociais que um dado por si só não se transforma em informação. A acolhida, comprometida com a vida e seus mais profundos dilemas, pode oferecer um leque de possibilidades de atuação e redirecionamento do olhar e das respostas a serem construídas com as famílias.

Dito isto, é importante marcar que acolhi a partir de leituras, as muitas memórias de acolhimento a famílias e indivíduos que serão compartilhadas adiante. E assim, encontro nessa perspectiva à prática literária de mulheres negras, sendo em Conceição Evaristo a autoria e sentido da palavra *escrevivência*. Este olhar sobre e memória e a experiência, mediados pela

escrita encontrou-me de várias maneiras, e dentre elas me saltam a necessidade<sup>24</sup> e a possibilidade do novo.

Pensar as contribuições concretas do serviço social ao SUAS no que diz respeito a construção de práticas antirracistas exige ações articuladas que rompam os muros das unidades de atendimento<sup>25</sup>. Pisar o chão de uma vivência negra exige pedir licença, já que esta foi uma palavra ausente desde que o/a negra aqui chegou. Assistentes sociais ao pisar o chão da história de famílias negras atendidas nas unidades do SUAS precisam lembrar a forma como tais pessoas eram abordadas e consideradas na gênese do serviço social, até por que refletimos no capítulo 2 a forma como a população negra foi sendo concebida pelas elites brasileiras e pelo serviço social à época.

Para além da acolhida, outro componente que me levou a viver e olhar as memórias refere-se à vivência no movimento negro enquanto campo da organização política teve total interferência não apenas como espaço de militância, mas também um movimento educativo, como debatido por GOMES (2019). O movimento negro é um movimento educador!

E pensando o movimento negro como a pulsante resistência no Brasil, que constrói processos de aprendizagem de luta e organização negra, iniciamos os contornos da nossa experiência enquanto assistente social tendo como fio condutor para as reflexões que faremos a partir da *escrevivência*. Na Introdução do presente estudo mencionei a poesia de Sergio Vaz que diz “*que escrever dói, arranca pedaços e deixa marcas profundas no coração*”.

---

<sup>24</sup> Em virtude do estado de emergência decretado pela pandemia provocada pelo novo Corona Vírus, e com isso, a restrição de atividades coletivas, numa decisão custosa, suprimir a ida a campo visto a necessidade de cumprir com o cronograma da pesquisa no tempo estimado. No campo, seriam realizados grupos focais com assistentes sociais que atuam nas unidades de atendimento do SUAS de um determinado município. O anseio por ter a voz dos/as assistentes sociais pulsou intensamente na escrita. E nesse sentido, numa construção coletiva de um encontro para Orientação, chegamos a *escrevivência* como uma rica e ancestral possibilidade de compartilhar memórias no campo do trabalho, considerando as implicações éticas com relação à identificação da situação (nomes, órgãos públicos, locais, etc).

<sup>25</sup> O SUAS conta com uma extensa rede de unidades públicas, que realiza atendimentos para pessoas ou grupos de crianças, de jovens, de mulheres, idosos, pessoas com deficiência e outros. Os espaços podem ser planejados e construídos ou podem ser alugados sediar as atividades previstas na política de assistência social. (Ministério da Cidadania. Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento> Acesso em -1 de novembro de 2020).

Entretanto digo que escrever não apenas dói, mas também ensina a lidar com a dor, e que, portanto tal exercício foi, é e continuará sendo uma importante ferramenta de luta, conhecimento e rupturas de aprisionamentos para o povo negro, sobretudo nós, que estamos em diáspora.

Por meio da inspiração evaristiana<sup>26</sup> em *escrevivência* trago as minhas reflexões para dar voz e letra àquilo que está na memória e na experiência, e que na junção dos dois elementos, tenhamos por meio de uma mulher negra que escreve sua memória como experiência da elaboração de si e dos/as outros/as. Em Lélia Gonzalez, me uno ao exercício de olhar para a minha memória enquanto assistente social e construir elaborações sobre mim e sobre meus pares no que diz respeito à construção de práticas antirracistas.

“Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. Como memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade. Consciência exclui o que memória inclui (GONZALEZ, 1984, p.226)”.

A memória do feminino negro numa profissão majoritariamente feminina, e que atende majoritariamente, na política de assistência social, a população negra. É a partir desta construção que me situo no movimento da história, sem desconsiderar a totalidade desse feminino negro, do ser assistente social, trabalhadora, numa política social que possui uma origem na arena de lutas, conquistas, mas também retrocessos.

Nesse processo de falar (e escrever) de si construindo caminhos para o/as outros/as, Moura (1988) assertivamente nos alerta que o/a negro/a precisa ser visto, estudado e interpretado como um sujeito socialmente inserido numa determinada estrutura, e no caso brasileiro, considerar sua condição de escravizado até ser tornado e tornar-se sujeito que compõe uma classe, é fundamental.

---

<sup>26</sup> Conceição Evaristo por meio de seus escritos, sua obra e sua força ancestral negra tem me inspirado, acolhido e acalentado nos momentos de “dor” da escrita, mas também na construção de novos sentidos para a minha subjetividade negra, mulher e assistente social. Peço licença a este aprendizado para nomear afetivamente em seu sobrenome tal inspiração, que me circunda e me atravessa para essa pesquisa.

Desse modo, queremos elucidar para os momentos finais deste estudo e para o tempo presente, que negros/as não serão meros objetos de estudo e pesquisa, e que enquanto sujeitos coletivos compõem a produção de conhecimento sobre si, a partir de corpos, memórias e histórias.

Trouxemos a perspectiva de Moura (1988) a respeito de produções acadêmicas sobre o/a negro/a para destacar que, no âmbito do serviço social, lançar-se a pesquisar a questão racial no contexto de uma profissão inserida numa política social, que no nosso caso é a política de assistência social, requer investigação, e nos termos de lamamoto (2015, p. 452) “*a investigação, quando compromissada em libertar a verdade de seu confinamento ideológico, é certamente um espaço de resistência e de luta*”. E a dimensão investigativa em serviço social precisa está a serviço da construção de uma profissão que se posiciona contra a qualquer forma de opressão.

No final da década de 1980, Moura (1988) denunciava que as produções acadêmicas a cerca do negro/a brasileiro/a eram mediadas por uma série de preconceitos originários de ambientes catedráticos, e numa outra extremidade apresentavam-se como estudos que tinham uma pretensão à imparcialidade científica. E com relação a essa pretensa neutralidade científica sobre o/a negro/a

Não queríamos aceitar a nossa realidade étnica, pois ela nos inferiorizaria, criando a nossa inteligência uma realidade mítica, pois somente ela compensaria o nosso ego nacional, ou melhor, e ego das nossas elites que se diziam representativas do nosso *ethos* cultural (MOURA, 1988, p. 19).

Para romper com essa pretensa imparcialidade, é preciso deslocamento do/da negro/a como o ser estudado/a para então estudar de si, escrever de si, falar de si numa narrativa não apenas como dominado, mas do povo que resistiu, e que por meio da oralidade, protegeu seus feitos e a forma como os feitos foram e serão contados a cada geração.

Antes da aproximação a minha trajetória e experiência, proponho avisos como letreiros luminosos para dizer que não tenho as seguintes pretensões: de descolar e desconsiderar o trabalho de assistentes sociais sem pensar nos

processos que determinam o mundo do trabalho em tempos de capital em crise; das contradições no campo do trabalho assalariado e precarizado na qual se inserem os/as assistentes sociais; no avassalador contexto de crise e desmonte de políticas públicas; do processo de formação e constituição da identidade profissional; de invisibilizar que o processo de trabalho parte de uma construção coletiva, e por último, não pretendo apresentar experiências como casos de sucesso ou práticas exitosas. A intenção é compartilhar minhas experiências como memória e registro de pequenas, mas relevantes insurgências, que somadas a tantos/as outros/as insurgentes no serviço social, colaboram com o legado de práticas antirracistas na formação, no trabalho, na militância e demais campos de influência.

A interessante fala de Chiamanda Nogozi Adichie para o Ted Talks<sup>27</sup>, *O perigo de uma história única* tem a seguinte expressão: *Eu sou uma contadora de histórias e gostaria de contar a vocês algumas histórias pessoais sobre o que eu gosto de chamar "o perigo de uma única história"* (ADICHIE, 2009). Foi contando histórias que a autora nigeriana poder romper com o silêncio de uma narrativa sobre si e sobre o seu lugar e história. A partir de Adichie (2009) penso que podemos fazer esse movimento em (com) junto com a população negra que acessa serviços e programas nas unidades do SUAS.

Numa entrevista de Conceição Evaristo à Djamilia Ribeiro relatada na obra *"Quem tem medo do Feminismo Negro"* Ribeiro (2018) compartilha a seguinte fala da entrevistada: *"Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio. Penso nos feminismos negros como sendo esse estilhaçar, romper, desestabilizar, falar pelos orifícios da máscara"* (RIBEIRO, 2018, p. 19, grifo nosso)".

Para além dos dados e informações, é preciso ouvir negros/as nas suas variadas dimensões e enquanto usuários/as nos serviços e programas ofertados pelo SUAS para além dos *"orifícios da máscara"*. Quando mencionamos o exercício de ouvir, nos referimos a uma atividade atenta às

---

<sup>27</sup> TEDs significa Tecnologia, Entretenimento e Design. TED é uma organização sem fins lucrativos com o objetivo de compartilhar ideias por meio das talks, ou, em português, conversas. As talks são um modelo de palestras mais curtas e eficazes para chamar a atenção para um único tópico. Disponível em <https://www.moblee.com.br/blog/tedx-modelo-de-conferencias/> Acesso em 02 de novembro de 2020.

questões raciais que pessoas pretas apresentam ao buscar alguma unidade de atendimento da política de assistência social nos municípios. Ouvir as pessoas negras considerando sua condição é capturar também aquilo que não é dito, é alcançar sem julgamentos ou deduções, as dores e opressões advindas do racismo, e a partir delas construir pontes que permitam humanizar pessoas negras na política de assistência social.

Início o compartilhar voltando à segunda metade dos anos 2000, quando atuei enquanto assistente social numa política de qualificação profissional para jovens de 15 a 29 anos. Nas etapas finais do programa eram realizadas articulações para inserção dos/das jovens no primeiro emprego, por meio de encaminhamentos a Programa de Aprendizagem para jovens. Na oportunidade, identificamos uma situação corriqueira na etapa de encaminhamento ao mercado de trabalho.

As jovens negras que eram contratadas como jovem aprendiz em supermercados, eram destinadas a função de embaladoras e demais atividades de cunho operacional, em modalidades de tarefas repetitivas como embaladora, por exemplo. As jovens brancas, que compunham a mesma turma, eram selecionadas para as vagas no escritório para apoio às atividades de recursos humanos, atividades que requeriam habilidades com computador e demais aparatos tecnológicos em escritório, elaboração de documentação oficial básica, dentre outras rotinas apropriadas para jovens cursando o ensino médio.

As adolescentes negras observaram essa divisão e compartilharam com a equipe técnica do programa que as jovens brancas estavam no escritório por serem brancas e bonitas. Ao escutar tal relato, a equipe, que à época era formada por assistente social, psicólogo, educador social e uma estagiária de Serviço Social dividiu-se em dois tipos de falas. Uma reforçou a ideia da democracia racial, dizendo que todos são iguais, e que portanto a fala das jovens não fazia sentido, enquanto a outra metade reafirmou o compromisso em apresentar ao grupo questões relacionadas as desigualdades que perpassavam a juventude negra periférica e as questões de gênero.

A partir dessa experiência, enquanto assistente social em conjunto com a estudante em formação em serviço social conversou-se sobre como poderíamos incidir sobre a demanda apresentada pelas jovens atendidas no programa. Em minha memória, recordo-me que aquela situação nos trazia uma importante questão diante do projeto ético-político defendido pela profissão, pauta de muitos diálogos entre eu e a acadêmica em serviço social. A direção política, assim como mencionada no documento elaborado pelo CFESS (2016), precisa ser fortalecida, no sentido de nos indicar outra sociabilidade, “cujas relações humanas sejam livres de qualquer exploração, opressão e discriminação de classe, racial e patriarcal (CFESS, 2006, p. 16).

Ao olhar essa experiência recordo o sentimento de ilha, cercada por profissionais dentro e fora da profissão, que não tinham percebido e identificado o racismo na experiência relatada na fala das jovens. Porém, na minha ilha, habitada por mim e pela estudante, brotavam interessantes diálogos e reflexões que a situação nos trazia. Mas na nossa ilha, também habitavam as jovens negras, com suas falas densas e descobertas sobre si e sobre a maneira perversa que o racismo se colocava diante delas.

Encontro tanto no Código de Ética como na Lei de Regulamentação da Profissão, o direcionamento político e ético a favor da classe trabalhadora, indicando evidentemente de que lado o serviço social deve estar. Não podemos desconsiderar que temos nos marcos jurídicos e normativos do serviço social, elementos que sustentam uma prática que caminhe numa compreensão das relações que estruturam essa sociedade e das opressões e violações que também são reproduzidas. O racismo institucional é relação de poder e dominação que foi apreendida pelas jovens negras, mesmos que estas não tenham verbalizado ou nomeado a violência vivida.

Eurico (2013) ao pesquisar sobre a percepção dos assistentes sociais acerca do racismo institucional indica como estratégia “...o exercício da escuta qualificada como um dos caminhos para a reconstrução da trajetória dos sujeitos e para a proposição de alternativas à permanente discriminação racial” (EURICO, 2013, p. 307). Reitero que escuta qualificada no âmbito dos serviços e programas do SUAS, considerando a questão racial, é a escuta que

será desconstruída de estereótipos racistas, de descrédito das falas de pessoas negras, da ideia da *família que não adere* dentre tantas outras desconstruções.

A escuta qualificada é imprescindível, entretanto para tê-la, especialmente se tratando da questão racial, é preciso também ocupar espaços que instrumentalize essa escuta, e considero que o movimento negro é um importante espaço de instrumentalidade e organização não apenas da escuta qualificada para atender a população negra. Mas, também de força e ações conjuntas e articulações. Penso que para aprender a ouvir as pessoas negras, precisa de fato ouvir as pessoas negras. Esse deve ser um dos princípios para aqueles/as que desejam enfrentar o racismo institucional.

Trazendo a dimensão de minha identidade profissional enquanto assistente social, reitero que o movimento negro tem importante lugar no modo como pautei minha escuta com relação ao relato das jovens. O serviço social naquele instante trouxe como uma possibilidade de prática antirracista, as dimensões pedagógicas de compartilhar o modo como às pessoas visualizam um ato discriminatório no mercado de trabalho como uma questão “de ponto de vista, “de opinião”. Muito embora, sem ter estes elementos na formação nos anos 2003 a 2006.

Na oportunidade, buscamos a estratégia de dialogar com a equipe, e outra estratégia de dialogar com as jovens. Com a equipe consideramos os múltiplos lugares de onde cada trabalhador apresentava sua percepção acerca do racismo, e da mesma forma foi realizado com as jovens. Com os/as trabalhadores da equipe entendemos a importância de falar sobre o assunto, de conhecer literaturas e de tornar o conhecimento horizontalizado, para a partir deles, pensar caminhos e intervenções a partir daquele grupo. Junto as jovens buscamos trabalhar a dimensão do *identificar para se organizar* frente à violência do racismo, e como podemos identificar e encontrar estratégias junto a coletivos de jovens, conselhos municipais de juventude, dentre outras instâncias que agregue forças a luta.

Com relação à instituição que mediava a contratação das jovens negras, a abertura e parceria foi fundamental para a realização de diálogos profícuos no sentido de buscar formas de mobilidade das jovens negras e brancas em

diferentes funções no que permitia ser realizado enquanto programa de aprendizagem. A ideia deu certo e interessantes relatos dessa experiência ecoou junto a equipe e dentre os/as jovens atendidos pelo programa.

A partir dessa vivência e experiência da realidade Bosi (1994) nos ajuda a compreender como a memória é uma importante fonte de continuidade quando menciona que “a memória teria a função prática [...] de levar o sujeito a reproduzir comportamentos que já deram certo” (BOSI, 1994, p.47). E para o serviço social, a atuação considerando os pares na profissão conta não apenas com as memórias de si, mas com a do coletivo, visto que podem (e deve) existir entre os profissionais, pensando a luta antirracista espaços nas cidades, nos conselhos regionais de serviço social, nos núcleos de pesquisa estratégias de intervenção para práticas antirracistas.

Outra possibilidade de prática antirracista importante ao serviço social e ao SUAS diz respeito ao fomento de um espaço de formação articulando assistência social, racismo e violência. Trata-se de uma vivência autoral na criação de um diálogo que resultou em duas edições de um seminário articulando os temas citados acima. De composição multiprofissional, o espaço de formação foi pensando e desenvolvido para trabalhadores do SUAS.

A primeira dimensão que cito dessa experiência toca o planejamento da atividade. A escrita de um projeto, a escolha dos referenciais que iriam subsidiar a proposta, a criação atenta dos objetivos, que resultariam em ações, além do estabelecimento de indicadores para avaliar se os resultados foram assim alcançados. Colocamos esses instrumentos não no sentido de mecanizar o processo, mas de destacar que exigiu dos/as envolvidos organização, articulação e criação de documento que evidenciasse a intencionalidade em sugerir tal espaço de formação.

A segunda diz respeito à realização do espaço de diálogo, que provocou intensas reflexões à respeito de como se naturaliza a pobreza a pessoas negras, onde na fala e expressão de boa parte da equipe a pobreza comparecia de forma sobrepujante à questão racial. O diálogo ampliado indicava que a dimensão estrutural do racismo não era algo no horizonte conceitual e teórico da maioria dos trabalhadores presentes no diálogo. Ter

entre os/as trabalhadores/as do SUAS aliados na luta antirracista é fundamental, entretanto é importante que estes entendam de forma consistente que a questão racial estrutura a questão social, e que na formação social brasileira, a questão racial hierarquizou nas relações capitalistas quem deveria ter restrições e condições desfavoráveis na venda da força de trabalho, quem deveria ser encarcerado, quem não deveria ter acesso à terra, moradia, a saúde, a educação, dentre tantas ausências e violências.

Buscar espaços de formação por meio de diálogos, seminários, oficinas, dentre outros, é também organizar a mobilização de aliados/as nas instituições. Abordar estrategicamente o racismo institucional no interior de uma política pública é considerar a conjuntura, os sujeitos que ocupam a gestão, identificar lideranças parceiras no processo, sem desconsiderar os usuários como sujeitos que dão movimento a essas estratégias.

Com o compartilhamento dessa experiência não busco afirmar que enquanto assistente social pude fazer de cada manifestação do racismo, uma ação de enfrentamento, pelo contrário, meu intento é por meio dessa pesquisa falar aos pares que diante das possibilidades de articular respostas frente ao racismo institucional, temos instituições, usuários, os territórios, temos os contornos da própria política de assistência social, que precisa nos apresentar o que Guerra (1999) chama de “para que, onde e quando fazer”, de modo que é necessário estar atento a instrumentalidade do nosso trabalho em todo o processo, incluindo o fomento de ações que tenham por universo a população negra. Hooks (2019) ao descrever da necessidade de alçar nossas vozes autorias sobre o que escrevemos coloca que,

Consciência da necessidade de falar, de dar voz às variadas dimensões de nossas vidas, é uma maneira de a mulher não branca começar o processo de se educar para a consciência crítica. (HOOKS, 2019, p. 46).

A consciência da necessidade de falar que trata a autora tem encontro também com algo que me atravessa ao mergulhar na *escrevivência*, pois aqueles que compreendem o poder da voz na escrita confessional podem considerar como

sugere Hooks (2019), um gesto de rebelião e resistência que também pode incitar o explorado a falar.

Citamos aqui esta dimensão, por que a política de assistência, em sua organização por meio do SUAS, tem na obra de Paulo Freire o arcabouço teórico metodológico para o trabalho social com famílias. Nosso intuito não é mergulhar na dimensão teórica da influência freiriana, mas sim destacar a importância da perspectiva dialógica entre os agentes envolvidos nesta política.

Almeida e Silva (2017) ao analisar a contribuição da obra freiriana no trabalho social com as famílias destacam que um sujeito pensante nunca pensa sozinho, mas sempre em conjunto com outro sujeito pensante que atua em coparticipação. Em conclusão, toda educação é sempre comunhão, reciprocidade. (ALMEIDA e SILVA, 2017, p. 6).

Essa perspectiva coaduna com o que entendemos ser um caminho para a construção de práticas antirracistas a partir do SUAS, uma vez que a abordagem freiriana no trabalho social com famílias, por exemplo, possibilita horizontalizar a relação entre os/as trabalhadores/as e os/as usuários/as partindo da inserção de um novo elemento: o mundo, expresso na comunidade em que atuam junto aos/as usuários/as

O mundo onde pisa a comunidade precisa ser apreendido pelo serviço social, com suas contradições, histórias, memórias, resistências e organização. É a partir desse mundo, e posso até dizer, mundos, que busco por compreender dialogicamente com àqueles/as que encontrei, qual contribuição pode ser convertida numa prática antirracista. É importante considerar que quando menciono um serviço social atento à elaboração de tais práticas não consideramos uma construção unilateral, pensada, por exemplo, numa sala de reunião de equipe, e sim num movimento que reconhece aonde a política de assistência social acontece, a partir dos sujeitos em seus territórios.

Outra experiência que ganha *escrevivência* diz respeito a minha atuação enquanto coordenadora local de um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Juventude Negra. Um equipamento público do SUAS que

resultou da luta do movimento negro e da iniciativa política de uma gestão em ofertar atendimento a jovens negros/as a partir dos anos 2000.

Minha atuação enquanto coordenadora se dá a partir do ano de 2015, encerrando no mesmo ano por motivos alheios a minha vontade, o contrato de trabalho. Cabe destacar que a experiência foi uma grande oportunidade, num papel de articulação local e territorial, planejar, operacionalizar, monitorar e avaliar ações transversais a várias políticas no município, como educação, saúde e cultura.

Como negra e mulher, certamente a dimensão afetiva de lidar com a juventude negra perpassou todo o trabalho, visto que se tratava de um serviço que tinha o vínculo familiar e comunitário como uma ferramenta de pertencimento e potencialidades no território e na relação dos jovens com as demais políticas.

Dentre as vivências de ampla repercussão na vida profissional, destaco o relato das mães dos/das jovens negros/as acompanhados/as na unidade de atendimento. Uma fala das mães que comparecia com frequência nos atendimentos tanto do serviço social ou da coordenação local dizia respeito à forma como seus/as filhos/as repercutiam as formas de identificação do racismo do dia a dia, e que antes não eram perceptíveis a essas mulheres. Tais falas eram recorrentes em virtude da equipe ter trabalhado com o Conselho Municipal do Negro e o órgão municipal de políticas de igualdade racial o Centenário de Carolina Maria de Jesus no ano de 2014 e 2015. Reverberar a obra “O Quarto de Despejo” a partir dos/das jovens foi uma experiência que ecoou para além dos/das jovens, mas chegou a suas famílias. Concordamos com Conceição Evaristo ao dizer da forma como enxerga Carolina Maria de Jesus,

“... crê e inventa para si uma posição de escritora, ela já rompe com um lugar anteriormente definido como sendo o dela, o da subalternidade, que já se institui como um audacioso movimento. Uma favelada, que não maneja a língua portuguesa – como querem os gramáticos ou os aguerridos defensores de uma linguagem erudita – e que insiste em escrever, no lixo, restos de cadernos, folhas soltas, o lixo em que vivia, assume uma atitude que já é um atrevimento contra a instituição literária” (EVARISTO, 2009, p. 26)

A partir dos/das jovens inseridos no programa que cito, um audacioso movimento de pensar a juventude negra e suas famílias pôde ser provocado, a ponto desses sujeitos também se moverem a falar sobre si. As oficinas desenvolvidas que trabalhavam a rima, na perspectiva do movimento hip hop proporcionavam, semelhante à Carolina Maria de Jesus, uma narrativa de suas lutas, anseios, desejos e realidade, permeadas pelos sonhos, mas também pelas ausências e pelas violências.

Entendo ser este o papel do/ da profissional do serviço social num lugar de gestão, ou seja, capitanear processos de trabalho que resultem em práticas que promovam o entendimento do racismo como uma questão estruturante na nossa sociedade a partir do real, do concreto que se apresenta no dia a dia. A partir disso, pensar estratégias coletivas que mobilizem diversos atores políticos em torno da vida negra que não é apenas ameaçada, mas que é extinta.

Para finalizar, uma história sobre uma mulher negra, avó, responsável por três netos, aposentada, e de frágil em sua saúde. Ao nos ver (eu e outra assistente social) sorriu e falou: *que saudade de conversar com vocês*. Em atendimento por meio de uma visita domiciliar, a senhora nos relatou, com olhar cansado, seguindo de um leve declínio de sua cabeça, que cuidada dos netos com muito amor e por isso se sentia forte e guerreira. O adjetivo “forte” e “guerreira” entraram em meus ouvidos com certo desconforto. Isso por que recentemente lia em Ribeiro (2018) que,

A construção da mulher negra como inerentemente forte era desumana. Somos fortes por que o Estado é omissivo, por que precisamos enfrentar uma realidade violenta. Internalizar a guerreira, na verdade, pode ser mais uma forma de morrer. Reconhecer fragilidades, dores e saber pedir ajuda são formas de restituir as humanidades negadas (RIBEIRO, 2018, p. 20).

Eu via resistência! Corroboro aqui que é necessário aos assistentes sociais uma espécie de enegrecimento da escuta para que nossas práticas se convertam em intervenções antirracistas. Pensar ações de acompanhamento da família dessa senhora, era também refletir articulações no campo de sua

saúde, acolhimento da comunidade escolar para apoio no acompanhamento dos netos em fase escolar, e possíveis encaminhamentos que devem ser pensando com a família em articulação com os serviços que a atendiam.

A avó era guerreira por que segundo seu relato, em diversos momentos de sua vida, foram travadas lutas e guerras para cuidar dos netos e fazer com que os mesmo tivessem acesso aos seus direitos. Mas tantas lutas e guerras acabam também por desumanizar, sobretudo as mulheres negras, por estarem historicamente na centralidade de suas famílias, comunidades e redes de solidariedade em seus territórios.

Coube ao serviço social, pensar um acompanhamento familiar que pensasse no acesso adequado as políticas públicas que usualmente aquela senhora acessava. Articular tal movimento em rede foi desafiador, porém exitoso, por que além dos esforços coletivos, enquanto assistentes sociais compartilhamos as dificuldades que compareciam não apenas no relato da senhora avó, mas de outras pessoas no território que atendíamos.

Ainda temos memórias e experiências que me constituem e que por hora, eu as revisito para compor as próximas memórias e experiências. E nesse universo, caminho com as mulheres negras do meu tempo e com as que pavimentaram o chão das minhas memórias com as suas memórias e trajetórias que se refazem todos os dias. Finalizo esse capítulo considerando que o retorno e imersão nas experiências compartilhadas reaviva a luta, reconhece avanços, aponta os grandes desafios e indica que há muito chão para criar mais histórias e práticas antirracistas a partir de um serviço social crítico e comprometido com a eliminação de todas as formas de discriminação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho da pesquisa não é um caminho simples, entretanto é necessário, possível e agregador. Ele tem um grande prelúdio, à medida em que se finda brevemente, principalmente por que a pesquisa não se encerra em si mesma. Ao contrário, ela recomeça a cada leitura e compartilhamento, deixando lacunas que vão gerar outras perguntas, num ciclo de inúmeras variáveis e descobertas sobre o que estudamos e como ficamos após estudarmos.

Ao ler, refletir, pensar, escrever, apagar e escrever novamente projetei-me diversas vezes para o desejo que me levou ao mestrado no Programa de Pós-Graduação em Política Social na UFES. E nesse movimento, ora solitário, ora coletivo, eu enxerguei as contradições de romper com os desafios de ser uma negra mulher em formação, uma trabalhadora e também uma estudante, de entender que contrariando as estatísticas, as condições objetivas e subjetivas para viver o caminho que se apresentou a mim no mestrado.

Chego ao encerramento desta etapa no ano de 2020! O início da segunda década do século XXI escancara para a humanidade a finitude da vida diante do estado de emergência mundial causado pela epidemia do novo coronavírus, de modo que vimos e vivenciamos os seus efeitos em várias dimensões da vida.

Em 2020 temos uma semelhança entre a finitude da vida (refletida na pandemia de Sars Covid 19) com outra, que é a finitude da vida através da composição na formação social brasileira. Foi a partir disso que começamos a nos embrenhar no presente estudo. A questão racial no Brasil é a trajetória da vida negra a serviço de um projeto de sociedade que não os/as cabia em condições dignas em sua existência.

A imersão nas determinações históricas da questão racial no Brasil evidenciou a necessidade de revelar que as pedras que pavimentaram a construção do país eram lavadas no *sangue retinto pisado*<sup>28</sup> por meio do escravismo e do

---

<sup>28</sup> *Sangue retinto pisado* refere-se ao trecho do samba enredo de 2019 da Estação Primeira de Mangueira, intitulado História Pra Ninar Gente Grande.

colonialismo. Isso acontecia tendo como pano de fundo o modo de produção capitalista que paria uma forma de exploração de vida, onde esta, apta a ser explorada e sacrificada, era a de pessoas negras. Joaquim Nabuco revela que *o negro construiu um país para outros; o negro construiu um país para brancos*<sup>29</sup>. E essa construção se deu em relação perversas de exploração, mas também de luta e resistência. Moura (1988) evidenciou que nos fundamentos da questão racial no Brasil, a resistência em quilombos na expressiva e combativa Palmares apresentava outra sociabilidade, que tinha no coletivo e na terra as suas raízes e resistência.

A abordagem da questão racial enquanto categoria nesta pesquisa objetivou compreender que as particularidades da formação histórica brasileira estruturavam as desigualdades que engendraram o processo de desenvolvimento do Brasil, sendo a questão racial, portanto uma condição inalienável da questão social no país. A racionalidade mercantil que adentrava as fazendas, passou a determinar outra forma de existir para o/a escravizado, e essa outra forma pressupunha a transposição do/da negro/a não mais como mercadoria, mas sim como aquele/a que vende sua força de trabalho.

A questão racial está posta no âmago do Brasil! Não existe nenhuma mazela ou negação de direitos que não tenha raízes na questão racial como essência que determina as opressões e as assimetrias sociais presentes no país. E para dar seguimento ao *modo operandi* da questão racial, optamos por dialogar sobre outras duas categorias importante nesse estudo, a saber: raça e classe.

Não pretendi, entretanto, aprofundar a concepção dessas duas categorias, mas apenas evidenciar-las no sentido de compreender como raça e classe, dialeticamente determinam o agravamento da exploração da força de trabalho na gênese e desenvolvimento da classe trabalhadora brasileira, sobretudo considerando seus rebatimentos junto à população negra, por meio da leitura e apreensão de teóricos de tradição marxista.

O estudo mostrou também que, partindo da questão racial, o racismo não é algo abstrato, que opera seus mecanismos de discriminação e preconceito

---

<sup>29</sup> A frase de Joaquim Nabuco está na epígrafe do livro *Sociologia do Negro Brasileiro*, de Clóvis Moura (1988).

distante da vida real das pessoas, apesar da insistente ideia brasileira de haver uma democracia racial. Em 2020 o debate sobre o racismo compareceu nos telejornais, redes sociais, documentários e sites. Ganhou também as lives e a dita vida ao vivo, aquecendo o debate, num grito contínuo de que as Vidas Negras Importam. A funcionalidade do racismo para o capitalismo nos indica que o joelho do opressor ainda é autorizado a sufocar o corpo negro, e que ele também é liberado a desferir 111 tiros no carro de 5 jovens, e que se permite assassinar Marielle Franco por ser uma negra vereadora legitimamente eleita. E que, por fim, consente que jovens negros sejam assassinados simplesmente por sua condição racial e periférica, tornando lícito qualquer forma de extermínio dessa população, sem que haja qualquer consequência jurídica, penal e social aos seus/suas operadores/as.

Paralelo a essa realidade, o estado de emergência em virtude do novo coronavírus intensificou as desigualdades, puxou a cortina e mostrou uma realidade de desproteção ainda maior para a população negra, de modo que um dos primeiros casos<sup>30</sup> de morte notificada por Covid-19 no Rio de Janeiro foi de uma senhora de 63 anos, negra e empregada doméstica. A condição de ser negro/a é estar em situação de maior fragilidade em meio a calamidades e desastre em virtude do racismo operar um conjunto de opressões e desigualdades.

Por isso é preciso alçar a voz e enfatizar que a democracia racial é um mito. Que a harmonia apregoada por Gilberto Freyre que falsamente imprime uma sensação de harmonia contempla apenas quem é branco/a! Romper com esse discurso no serviço social é uma importante tarefa, visto que o/a assistente social possui um horizonte de atuação baseado numa perspectiva ética que esta amparada na eliminação de todas as formas de preconceito.

Uma referência que me causou profundas inquietações diz respeito a uma pergunta que ecoará sempre na minha memória. O que fazer com o negro?

---

<sup>30</sup> A idade avançada e os problemas de saúde de uma negra empregada doméstica de 63 anos não foram o suficiente para que a proteção evitasse a contaminação e assim a morte, sendo esta senhora a primeira morte notificada no Rio de Janeiro vítima de Covid-19. <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em 02 de novembro de 2019.

Azevedo (1987) na década de 1980 destacou que essa era uma pergunta que as classes dominantes brasileiras se faziam no século XIX. Hoje podemos afirmar que além das elites possuem essa resposta, observamos como as respostas se reatualizam ao evidenciarmos os mecanismos de hierarquização e poder sobre os corpos negros, seja na ideia de classes perigosas (COIMBRA, 2001), na política de encarceramento, criminalização da juventude negra, do impedimento ao acesso a terra e das sucessivas tentativas de aniquilação negra no Brasil. Mas, esquecem que nós negros e negras sabemos o que fazer e o que não aceitaremos como resposta que a branquitude sustenta em seu longo projeto.

Entretanto negros/as também se perguntam que respostas podem ser empreendidas em forma de organização e luta? A resistência do povo negro só é efetiva quando se dá coletivamente, e por meio da construção de estratégias de sobrevivência e superação. Em Moura (1988) a questão racial também é disputa, visto que ele aponta como o/a negro/a deflagrou os interesses da classe dominante na virada do século XIX para o século XX. Essa disputa e luta chegou até nós, visto que diante do ideário conservador e neoconservador, as elites se organizam a todo instante para não perder seus privilégios e assim, reproduzir suas estruturas de dominação e poder sobre a população negra.

Destacamos na pesquisa como a moralização da questão social, tendo por base valores sagrados a burguesa nacional, escamoteou a questão racial como elemento central e fundante da questão social. Aliado a isso, o movimento eugenista, que classificava seres humanos, deu o contorno necessário as ações do Estado de embrancimento da população brasileira, visto que uma nação desenvolvida, era a nação que tivesse em sua composição o menor contingente possível de negros/as. Atualmente, percebemos que se o/a negro/a não é morto/a, ele é alvo de um conjunto de operações que visam retirar de si sua humanidade. É onde considero que entra em ação o racismo institucional.

Respirar e compreender onde o serviço social se situa no enfrentamento desde sistema combinado de opressão é fundamental para identificar no interior da profissão as alternativas e estratégias necessárias na luta por um serviço social

antirracista. Nessa construção é de extrema relevância perceber o movimento do serviço social, que se desloca de uma matriz conservadora e caritativa, para uma perspectiva crítica em seus fundamentos teóricos metodológicos.

Situar a questão racial na PAS, pensando na operacionalização do SUAS no contexto de uma sociedade capitalista e racista é considerar a urgência da organização de trabalhadores/as dessa política, e no que compete ao serviço social, partir de seus referenciais ético-políticos, no sentido de gerar ambiente fértil de possibilidades e ações práticas no enfrentamento ao racismo.

Outro fator que perpassou tanto a pesquisa quanto a minha experiência na PAS diz respeito aos conceitos e categorias que se apresentam no SUAS e que tem por objetivo qualificar e definir a situação da população usuária dos serviços, diz respeito aos termos vulnerabilidade e risco social. Em Alvarenga (2012) podemos apreender como tais expressões ocultam o sujeito da ação, ou seja, quem vulnerabiliza os sujeitos não é a pobreza fruto do capitalismo, mas sim o sujeito que ocasiona o risco, reiterando aspectos neoliberais de responsabilização individual pela condição social. Pensando o que temos defendido enquanto estrutura das relações sociais no Brasil, por si só a classe trabalhadora não é vulnerável, e sim tornada vulnerável.

A combinação dos mitos da democracia racial e do mito da assistência social, fez com que ficasse perceptível que tanto Fernandes (1989) quanto Mota (2008) desenvolvem um debate que tem como questão central os interesses das classes dominantes em deixar transparecer uma ideia que escamoteia o real. E que, submetendo a questão racial diante dos dois mitos, percebemos pontos de convergência entre si, onde o principal deles recai sobre o racismo como um elemento estrutural na organização social brasileira.

O enfrentamento ao racismo é uma questão posta para o serviço social, que ganha dentro da categoria importantes aliados/as. Os marcos, jurídico e normativo do serviço social, nos indica o sentido social dessa profissão, de modo que o Projeto Ético Político do serviço social não torna facultativo a defesa dos princípios fundamentais assegurados, por exemplo, no Código de Ética de 1993

Trazer para a cena da pesquisa minhas memórias e trajetórias na perspectiva da *escrevivência* me levou para um lugar novo com relação à escrita, mas não com relação a memória. Minhas impressões digitais estão por todo o texto, mas sempre acompanhada de referência teóricos, do acúmulo e estudo de autores/as que são referências nos temas que abordamos ao longo dos capítulos. O momento da *escrevivência* era eu e minhas memórias, para passar a existir como memórias na leitura de outros sujeitos dão a certeza que não se trata de um caminho solitário ou isolado. Buscar no serviço social as mediações para realizar uma leitura das experiências relatadas fez com que uma janela de possibilidade se abrisse diante de mim.

Construir como caminho metodológico no processo de troca nesta pesquisa as possibilidades do uso de recursos literários a partir de mulheres negra é ir na contramão do apagamento das referências afro-brasileiras da produção de saber e práticas.

A ilustração com base na canção de Dona Ivone Lara no samba *Sorriso Negro*, no indica a composição de duas frases apropriadas para uma reflexão. A primeira é *negro sem emprego fica sem sossego*, e a segunda *negro que já foi escravo*. Tanto o negro que não em emprego quanto o escravizado que foi tornado trabalhador vivem dilemas comuns: o impedimento de, nesse modo de produção, venderem sua força de trabalho. Se pensarmos na PAS e nos serviços ofertados por meio do SUAS, é preciso se perguntar qual a intencionalidade do serviço social nessa política considerando sobretudo a população negra que a acessa? Entendo ser esta uma questão que a pesquisa me deixa como pistas para pensar futuros desejos e inquietações que ficaram ecoando a virar de cada página.

Ao iniciar o presente estudo, mencionamos uma afirmação de Ianni que a questão racial era vista pela janela por muitos campos de conhecimento e saberes. Ao chegar aqui, percebo que o serviço social sai da janela, toca o chão da história da população negra no Brasil, e que a partir dela, numa grande aliança, organizar-se coletivamente para a luta!

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social**. In Cadernos ABESS nº7. São Paulo, Cortez Editora, 1996.

\_\_\_\_\_. **Subsídios para o debate sobre a questão racial na formação em Serviço Social**. Gestão da ABEPSS 2017-2018 “Quem é de luta resiste”.2018.

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma única história**. Tradução de Eri a Barbosa. Original disponível em: [http://www.ted.com/talks/lang/pt-br/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story.html](http://www.ted.com/talks/lang/pt-br/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html). s/d. Tradução disponível em: <http://www.google.pt/url>, 2009.

ALMEIDA, Claudia de Godoi Ferreira; SILVA, Rafael Bianchi. **Paulo Freire e o trabalho social com famílias: um debate sobre a ação antidualógica**. ACTAS, v. 4, 2017

ALMEIDA, Magali da Silva. **Diversidade humana e racismo: notas para um debate radical no serviço social**. Argumentum, 9.1: 32-45. 2017.

ALMEIDA, Sheila Dias. **Serviço Social e Relações Raciais: caminhos para uma sociedade sem classes**. Temporalis, v. 15, n. 29, p. 311-333, 2015.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Dossiê: Marxismo e questão racial**. Margem Esquerda, São Paulo, Boitempo, n. 27, 2º sem. 2016.

\_\_\_\_\_. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALVARENGA. M. S. **Risco e vulnerabilidade na Política de Assistência Social**. Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, UFES, 2012.

AZEVEDO, Célia MM; **Onda negra Medo Branco. O Negro no Imaginário das Elites. Séc. XIX**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Editora Vozes Limitada, 2010.

BERING. E.R. **Trabalho e seguridade social: o neoconservadorismo nas políticas sociais**. In: BEHRING, Elaine Rosseti; SOUZA, Maria Helena Tenório de (Orgs.). Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008b. p. 152-174.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e da outras providências. 1993.

\_\_\_\_\_. Assistência Social. **Resolução nº 145, 15 de outubro de 2004.** Política Nacional de Assistência.

\_\_\_\_\_. IBGE. **Censo Demográfico.** 2000. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 26 de novembro de 2018.

\_\_\_\_\_. MDS. **SUAS, Sistema Único da Assistência Social.** 2009. Disponível em [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Consolidacao\\_Suas.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Consolidacao_Suas.pdf). Acesso em 26 de novembro de 2018.

\_\_\_\_\_. MDS. **Cartilha SUAS sem Racismo,** 2018. Disponível em [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/cartilhas/Cartilha\\_SUAS\\_Sem\\_Racismo\\_.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/Cartilha_SUAS_Sem_Racismo_.pdf). Acesso em 28 de novembro de 2018.

\_\_\_\_\_. **Cadastro Único,** Ministério do Desenvolvimento Social, 2018.

\_\_\_\_\_. SUAS sem racismo – **Promoção da Igualdade Racial no Sistema Único da Assistência Social.** Ministério do Desenvolvimento Social, 2018. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/cartilhas/Cartilha\\_SUAS\\_Sem\\_Racismo\\_.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/Cartilha_SUAS_Sem_Racismo_.pdf) Acesso no dia 11 de setembro de 2020.

BARROCO, Maria Lucia S. **Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político.** In: Revista Serviço Social & Sociedade. Nº.106. São Paulo Apr./June, pp 205-218. 2011

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos.** 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo.** Cortez Editora, 2016.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** Selo Negro, 2011.

\_\_\_\_\_. **Escritos de uma vida.** Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social, **Código de Ética. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.**—, 1997.

\_\_\_\_\_. **Carta de Maceió.** XXIX Encontro Nacional CFESS-CRESS. Maceió, 2000.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social.** Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília. 2011.

\_\_\_\_\_. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a Assistente Social (Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** rev. e atual). Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

\_\_\_\_\_, Série assistente social no combate ao preconceito caderno; **racismo**, caderno 3, Brasília – DF, 2016.

\_\_\_\_\_. **Assistentes Sociais no Combate ao Racismo – o Livro**. Brasília, 2020.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. São Paulo: editora da UNICAMP, 2001. COSTA, S. G. **Signos em transformação: a dialética de uma cultura profissional**. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

COIMBRA, Cecília. **"Operação Rio." O mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública**. Niterói: Oficina do Autor e Intertexto, 2001.

CONCEIÇÃO, Renata Maria. **A Questão Racial como expressão da Questão Social: Um debate necessário para o Serviço Social**. 1ª edição. Espaço Científico Livre Projetos Editoriais, 2014.

COSTA, Gracyelle. **Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam**. O Social em Questão, Rio de Janeiro, v. 38, n. 38, p. 227-246, 2017.

DATA SOCIAL. **Quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família segundo cor ou raça. 2015**. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro\\_ds.php?p\\_id=487](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro_ds.php?p_id=487)>. Acesso em: 11 abr. 2015.

DIAS, Hertz. **Teoria marxista e ideologia da negritude: encontros e desencontros**. Universidade e Sociedade, n. 46, Brasília, ANDES-SN. (2010).

EISENBERG, Peter L., **Homens Esquecidos: Escravos e trabalhadores livres no Brasil**. – séculos XVII e XIV. Editora da UNICAMP. 1989.

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**. Scripta, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009.

\_\_\_\_\_. **Becos da memória**. Pallas Editora, 2017.

EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. 1938.

ELPIDIO, Maria Helena; ROCHA, Roseli; VALDO, João Paulo. **Subsídios Para O debate sobre a questão étnico-racial na formação em serviço social**. Introdução. Temporalis. Brasília-DF, ano 18, n. 36, p. 422-434, jul/dez de 2018.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional**. Revista Katálysis, v. 23, n. 3, p. 519-527, 2020.

EURICO, Marcia Campos. **A percepção do assistente social acerca do racismo institucional**. Serviço Social & Sociedade, n. 114, p. 290-310, 2013.

\_\_\_\_\_. **A luta contra as explorações/ opressões, o debate étnico0racial e o trabalho do assistente social.** Revista Serviço Social e Sociedade, n13, p 515-529, set/ dez. 2018.

FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes.** vol. 1 e 2. São Paulo: Ática, p. 20. 1978.

\_\_\_\_\_. **Significado do protesto negro.** Cortez Editora, 1989.

\_\_\_\_\_. **O Mito Revelador.** Revista Espaço Acadêmico, Maringá, Ano III, Número 26, julho de 2003. Disponível em: [www.espaçoacademico.com.br/026/26hbrasil.htm](http://www.espaçoacademico.com.br/026/26hbrasil.htm).

\_\_\_\_\_. **A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era.** Vol. 2. Globo livros, 2008.

FOGARI, Maria Luísa da Costa. **Serviço Social e as políticas públicas para os usuários afrodescendentes.** 2010.

\_\_\_\_\_. **"Transitando entre as políticas de assistência social e Igualdade Racial."** UNESP. 2016.

FONTENELE, IC. **"A trajetória histórica da Assistência Social no Brasil no contexto das Políticas Sociais."** Política de Assistência Social e temas correlatos. Campinas: Papel Social (2016).

GÓES, Weber Lopes. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl.** 2015.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Editora Vozes Limitada, 2019

GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Preconceito e discriminação: queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil.** Programa A Cor da Bahia, Mestrado em Sociologia, FFCH-UFBA, 1998.

\_\_\_\_\_. **Classes, Raças e Democracia.** São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002.

\_\_\_\_\_. **Cor e raça. Raça novas perspectivas,** p. 63, 2008.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HALSEMBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro; Graal, 1979.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** Editora Paz e Terra, 1972.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra.** Editora Elefante, 2019.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4ª edição. São Paulo. Ed. Cortez, 2001. IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**, 2006.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. Capital financeiro, 2007

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. Capital financeiro, 2015.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempos de capital fetiche**. 4ª edição. 2010.

IANNI, Octávio. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. **Escravidão e Racismo**, 1978.

\_\_\_\_\_. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. 3º edição. Editora Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. "A questão social." *Ciência & Trópico* 17.2 (1989).

\_\_\_\_\_. **A ideia de Brasil moderno**. Editora Brasiliense, 1992.

\_\_\_\_\_. **A ideia do Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 120. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: Edusc, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Negro e o Socialismo**. Coleção Socialismo em Discussão (et. al.) São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo. 2005. Disponível em [https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/negro\\_e\\_o\\_socialismo.pdf](https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/negro_e_o_socialismo.pdf) Acesso em 17 de outubro de 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenciamento do Brasil de 1872**. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em 12 de janeiro de 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisas e Estatísticas Aplicadas. **Nota Técnica Nº 73. Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil (Setembro de 2012 a Março de 2020)**. Disponível em [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td\\_2246.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf) Acesso em 29 de outubro de 2020.

\_\_\_\_\_, **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. 4ª. Edição, Brasília-DF, 2011.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da violência 2018**, Rio de Janeiro, 2018.

JESUS, Carolina Maria; DANTAS, Audálio; TEIXEIRA, Alberto. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. Livraria F. Alves, 1960

JUNIOR, Joilson Santana Marques. **Questão Racial e Serviço Social: Um Olhar sobre sua produção Teórica Antes e Depois de Durban/Racial Issue**

and Social Work: A Look at the Academic Production Before and After Durban. *Libertas*, v. 13, n. 1, 2013.

LIMA, Katia. **A Obra Sociológica de Florestan Fernandes: Capitalismo Dependente e Contrarrevolução** Preventiva. 6º. Colóquio Internacional Marx E Engels Gt 2 - Os Marxismos. 2009. Disponível em [https://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2009/trabalhos/a-obra-sociologica-de-florestan-fernandes.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/a-obra-sociologica-de-florestan-fernandes.pdf) Acesso em 17 de outubro de 2020.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social: a falsa e a verdadeira ontologia de Hegel**. Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. **Questão racial e opressão: desigualdades raciais e as resistências plurais na sociedade capitalista**. *Argumentum*, v. 9, n. 1, p. 21-31, 2017.

MAIO, Marcos Chor. **A história do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil**. 1997.

MARINGONI, Gilberto. "História—O destino dos negros após a Abolição." *Revista Desafios do Desenvolvimento* 70 (2011).

MARTINS, T. C. S., SILVA, N. F. **Racismo estrutural, institucional e Serviço Social. – São Cristóvão**, SE: Editora UFS, 2020.

\_\_\_\_\_. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. **CAPITAL, O**. Os economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MELO, M.; MONTENEGRO, C. . **Capitalismo e questão social**. Cadernos de Graduação, Ciências Humanas e Sociais. v.02, n.02, p 13-24, 2014.

MENEZES, Franciane Cristina de. **Repensando a funcionalidade do racismo para o capitalismo no Brasil contemporâneo**. *Revista Libertas*, 13.1, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTAÑO, Carlos; LÚCIA, Duriguetto Maria. **Estado, classe e movimento social**. Cortez Editora, 2014.

MOURA, **Sociologia do Negro Brasileiro**. Serie Fundamentos. Editora Ática.1988.

\_\_\_\_\_. **História do Negro Brasileiro**. Ed. Ática, Série Princípios, 1989.

\_\_\_\_\_. **Dialética radical do Brasil negro**. Editora Anita, 1994.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier et al. **Serviço Social e Luta Antirracista: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo**. 2019.

MOTA, Ana Elizabete Simões. **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade.** Cortez Editora, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** In: Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira[S.l: s.n.] 2004.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** Editora Perspectiva SA, 2016.

NETTO, L. E. **O conservadorismo clássico- Elementos de caracterização e crítica.** São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 1. Brasília: CEAD/ ABEPSS/ CFESS, 1999.

\_\_\_\_\_. **Desigualdade, pobreza e Serviço Social.** Em Pauta. Teoria Social e realidade contemporânea. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n.19, p.135-170, maio, 2007.

\_\_\_\_\_. **"Introdução ao método da teoria social."** Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS : 668-696. 2009

\_\_\_\_\_. **Introdução ao Estudo do Método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NISBET, R. **O Conservadorismo.** Lisboa: Estampa, 1987.

PAIVA, Beatriz Augusto et al. **A universalização da Seguridade Social em questão: a tradução antinômica dos direitos socioassistenciais.** *Temporalis*, v. 12, n. 23, p. 45-67, 2012.

PATTO, Maria Helena Souza. **O conceito de cotidianidade em Agnes Heller e a pesquisa em educação.** *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, 16.1. 1993

\_\_\_\_\_. **Estado, Ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres.** *Estudos Avançados*. Vol 13 nº 35. São Paulo: Jan.\ Abr. 1999. Disponível em: <[http:// www. scielo.br](http://www.scielo.br) >. Acesso em 01 de agosto de 2020.

PEREIRA, Ellen Caroline; SAMPAIO, Simone Sobral. **A relação de classe e raça na formação da classe trabalhadora brasileira.** *Serv. soc. soc*, 133: 432-445, 2018. Número I Jan-jun 2010.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** Editora Companhia das Letras, 2018.

ROCHA, Roseli. **"A questão étnico-racial e a sua relevância no processo de formação em Serviço Social."** XI Congresso Luso Afro brasileiro em Ciências Sociais. 2013.

SANTOS, Milton. **A urbanização pretérita. A urbanização Brasileira**, v. 5, p. 19-30, 1993.

SANTOS, Neusa de Souza. **"Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social."** Rio de Janeiro: Edições Graal (1983).

SANTOS, Rosenverck Estrela. **O marxismo e a questão racial no Brasil: reflexões introdutórias.** *Lutas Sociais*, v. 19, n. 34, p. 100-113, 2015.

SANTOS, Fernanda Barros. **Raça e Classe no Brasil. Um estudo comparativo quanto à raça e classe à luz de Florestan Fernandes (1929-1995) & Roder Bastide (1898-1974) e Thales de Azevedo (1904-1995).** 1ed. – Rio de Janeiro – Gramma, 2016.

SANTOS, Diogo Joaquim dos. **Luta antirracista, unidade e transformação: um ensaio teórico.** *Revista Katálisis*, v. 21, n. 3, p. 594-601, 2018.

SCHUCMAN, Lia V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.** São Paulo, 2012.

SEYFERTH, Giralda. **A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos.** *Anuário antropológico*, 18.1: 175-203. 1994.

SILVA, M. N. **O negro no Brasil: Um problema de raça ou classe?** *Revistas Mediações*, Londrina, v5, n2, p 99-124, julho a dezembro de 2000.

SILVA, Maria Dalva Casimiro da Silva. **A produção de conhecimento no Serviço Social e sua relação com princípios éticos.** *Serviço Social & Sociedade, Assistência Social, Políticas e Direitos*. 77, Ano XXV, Marco, 2004.

SILVA, Daniel Antonio Coelho; DE CARVALHO, Danilo Nunes. 02) **A Integração do Negro na Sociedade de Classes: A Resistência Negra sob Perspectiva Marxista.** *Revista Brasileira de Educação e Cultura| RBEC| ISSN 2237-3098*, n. 1, p. 08-23, 2010.

SILVA, Marta Borba. **Assistência Social e seus usuários: entre a rebeldia e o conformismo.** Cortez Editora, 2014.

TEIXEIRA, Joaquina Barata, et al. **O projeto ético-político do Serviço Social.** *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*, 2009.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. **Desvendando as determinações sócio históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais.** *Revista Temporalis*, v. 2, p. 21-42, 2001.

VENTURA, Adão. **Costura de nuvens.** Sabará: Edições Dubolsinho, 2006

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão.** Editora Companhia das Letras, 2012.